

CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO

Relatório final – versão final

setembro de 2014



INDICE

Introdução	5
Enquadramento	7
A. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DA REALIDADE SÓCIOEDUCATIVA DO MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO	11
1. Análise demográfica	13
1.1. Enquadramento do município das Lajes do Pico no contexto regional	13
1.2. Evolução e distribuição da população no concelho	14
1.3. Movimentos e estrutura da população	19
1.4. Projeções da população residente	27
2. Caracterização socioeconómica e territorial do concelho	41
2.1. Caracterização da atividade económica e qualificação dos recursos humanos	41
2.1.1 Nível de atividade económica e desemprego	41
2.1.2 Estrutura do emprego, sectores de atividade económica e localização	46
2.1.3 Qualificação da população residente	48
2.2. Política de ordenamento do território	51
2.2.1 Hierarquização dos aglomerados urbanos	51
2.2.2 Acessibilidades e transportes	55
2.2.3 Projetos previstos	56
3. Caracterização e evolução do sistema educativo	59
3.1. Análise de enquadramento	59
3.2. Caracterização da oferta de educação e formação das Lajes do Pico	65
3.2.1 Agrupamento de escolas	65
3.2.2 Tipologia e localização do parque educativo	66
3.2.3 Estabelecimentos suspensos	68
3.2.4 Caracterização das instalações e espaços escolares	68
3.2.5 Estado de conservação, adequação e segurança dos espaços	74
3.2.6 Alterações detetáveis e necessidade de obras	76
3.2.7 Taxa de ocupação, irradiação e saturação dos espaços	76
3.2.8 Possibilidade/pertinência de ampliação de edifícios	79
3.2.9 Partilha de instalações entre instituições	80
3.2.10 Rede concelhia centros educativos e bibliotecas escolares	81
3.2.11 Serviços de psicologia e orientação	81
3.2.12 Movimento associativo de encarregados de educação	82
3.2.13 Educação especial	82
3.2.14 Atividades de tempos livres e atividades extra-curriculares	82
3.2.15 Os projetos educativos	84
3.2.16 Recursos humanos	86
3.3. Ação social e transportes escolares	86
4. Procura de Educação e formação no concelho das Lajes do Pico	89
4.1. Enquadramento geral	89
4.2. Educação Pré-escolar	94

4.3. Ensino básico	95
4.4. Ensino secundário	98
4.5. Ensino recorrente	99
4.6. Currículos alternativos	100
5. Diagnóstico estratégico da situação da rede educativa das Lajes do Pico	101
5.1. Síntese estratégica	101
5.2. Desafios que se colocam no âmbito do (re)ordenamento da rede educativa do Concelho das Lajes do Pico	104
B. PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO	107
1. Critérios de referência para o exercício de reordenamento da rede educativa	109
2. Propostas – Rede educativa das Lajes do Pico	113
2.1. Objetivos e princípios de intervenção	113
2.2. Propostas de intervenção específica de reordenamento da rede educativa para o concelho das Lajes do Pico	113
2.2.1. Propostas a curto prazo (ano letivo 2014/15)	114
2.2.2. Propostas a médio/longo prazo (com impacto a partir do ano letivo 2018/19)	117
2.3. Medidas de orientação estratégica para a consolidação da política educativa local	119
3. Programa de execução	123
3.1. Hierarquização, calendarização e responsabilidade	123
3.2. Impactos previstos com o reordenamento da rede educativa	124
3.3. Custos previstos para o reordenamento da rede educativa	124
4. Monitorização da carta educativa do município das Lajes do Pico	127
4.1. Organização do processo	127
4.1.1 Periodicidade	129
4.1.2 Sistematização e avaliação de resultados	129
4.1.3 Gestão do processo de recolha, sistematização e integração da informação	129
4.2. Apresentação da base de dados	130

ANEXOS

01_ MODELO DE QUESTIONÁRIO DA REDE EDUCATIVA

02_ MODELO DA FICHA DE SISTEMATIZAÇÃO FÍSICA

03_ SÍNTESE DE CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DA REDE EDUCATIVA

04_ TABELAS DA BASE DE DADOS

INTRODUÇÃO

O Relatório que se apresenta corresponde ao diagnóstico previsto no processo de elaboração da Carta Educativa do Município das Lajes do Pico, na Ilha do Pico, bem como à proposta final de reordenamento da rede educativa do concelho.

O programa de trabalhos considera a existência de três fases, considerando as duas primeiras na entrega do relatório anterior, que deu origem ao presente Relatório Final:

1. Diagnóstico e análise da realidade socioeducativa;
2. Proposta de Carta Educativa;
3. Carta Educativa do Município das Lajes do Pico (Relatório Final), com base no parecer sobre as propostas de reordenamento apresentado na fase anterior anterior.

Neste contexto, o documento encontra-se dividido em duas partes:

- a primeira diz respeito à caracterização, diagnóstico e análise da realidade socioeducativa do concelho;
- a segunda apresenta a proposta final de reordenamento da rede educativa.

O presente relatório, na **Parte A**, é composto pelos seguintes capítulos:

- no primeiro, procede-se a uma análise demográfica do município em que se faz, numa primeira fase, o enquadramento do concelho, seguida da evolução e distribuição da população, dos movimentos e estrutura da população e das projeções da população residente;
- no segundo, realiza-se uma breve abordagem às características económicas e de qualificação dos recursos humanos, bem como uma leitura sintética, da política de reordenamento do concelho, particularmente sobre a hierarquização dos aglomerados, acessibilidades e transportes e ainda dos projetos previstos;
- no terceiro, caracteriza-se o sistema educativo e sua evolução, do ensino pré-escolar ao secundário, integrando para além da análise de enquadramento, a caracterização da oferta de educação e formação nas Lajes do Pico e da ação social e transportes escolares;
- no quarto capítulo, efetua-se a análise da procura de educação, também nos seus diferentes níveis, incorporando para além do ensino regular o ensino recorrente, a educação especial e extraescolar;
- finalmente, no quinto capítulo, em jeito de balanço, apresenta-se uma síntese do diagnóstico, tendo em conta algumas das dimensões analisadas nos capítulos anteriores. Apresenta-se ainda um ponto em que se destacam um conjunto de questões e desafios que se colocam à rede educativa do município, em matéria de requalificação e reordenamento. Este capítulo será ainda reforçado com um desenvolvimento da análise, permitindo um aprofundamento da fundamentação das propostas de reordenamento da rede educativa do concelho.

A **Parte B**, em que se associa o conjunto de propostas para reordenamento da rede educativa, é composta pelos seguintes capítulos:

- no primeiro, são identificados os critérios de referência para o exercício de reordenamento da rede educativa;
- no segundo apresentam-se as propostas de reordenamento da rede educativa do município das Lajes do Pico, em que se identificam os objetivos e princípios de intervenção, as propostas de intervenção específicas de reordenamento da rede, com base em cenários a curto e médio/longo prazos, bem como as medidas de orientação estratégica para a

consolidação da política educativa do município. Estas propostas foram matéria de discussão e reflexão em sede de reunião de conselho local de educação;

- no terceiro, identifica-se o programa de execução, desde a sua hierarquização, calendarização e responsabilidades, aos impactos previstos com o reordenamento da rede e os custos previstos;
- no quarto e último capítulo apresenta-se o processo de monitorização da carta educativa das Lajes do Pico, integrando a organização do processo e a apresentação da base de dados.

Em termos metodológicos, o presente trabalho recorreu a um conjunto de fontes de informação:

- **documental** (documentos diversos fornecidos por entidades diversas e da legislação e regulamentação específica);
- **estatística** (INE, Direção Regional de Educação dos Açores);
- e **inquirição** (fichas de sistematização física, questionário às escolas da rede educativa)
- **entrevistas e sessões de trabalho** com informadores privilegiados (Conselho Local de Educação, Câmara Municipal das Lajes do Pico – Vereador da Educação, equipa técnica da Revisão do PDM, Juntas de Freguesia, Associação de Pais, Conselho Executivo da Unidade Orgânica da Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico).

Como já foi referido, as propostas de reordenamento da rede educativa do município das Lajes do Pico foram já discutidas e validadas pelo Conselho Local de Educação, dando origem a um conjunto de atualizações e ajustes que foram incorporados nas propostas finais que se apresentam no presente relatório, tendo em vista a sua aprovação pela Assembleia Municipal, seguindo para apreciação pela Direção Regional de Educação, para posterior homologação (mediante o parecer da DRE) pelo Ministério da Educação.

ENQUADRAMENTO

A Carta Educativa constitui um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo dos recursos educativos (edifícios e equipamentos educativos) de responsabilidade municipal, organizada de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização desses recursos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.

O instrumento orientador do desenvolvimento do sistema educativo, com particular ênfase na vertente organizativa e de infraestruturas educacionais Região Autónoma dos Açores foi exclusivamente, até 2005, a carta Escolar¹. Nesse ano, as alterações legislativas introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A, de 10 de Novembro, estabelecem a distinção entre a Carta Escolar e a Carta Educativa:

Carta Escolar	Carta Educativa
Âmbito regional	Âmbito municipal
Planeamento e ordenamento da rede educativa, do pré-escolar aos secundário, fixando orientações a seguir na sua evolução.	Planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos de responsabilidade municipal.
Integra os conteúdos das cartas educativas elaboradas pelos municípios.	

Fonte: CNE (2013) Estado da Educação 2012 – Autonomia e Descentralização

A responsabilidade de construção e manutenção dos edifícios educativos distribui-se entre a administração regional e a local, consoante os níveis educativos a que se destinam e a propriedade das infraestruturas. As autarquias são responsáveis pela construção dos edifícios para a educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, incluídos nas cartas educativas, enquanto a administração regional mantém a responsabilidade pelo Ensino Secundário e, a título supletivo, a construção dos edifícios necessários aos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico. A construção de novas escolas, quer ao nível do ensino básico quer do secundário, está dependente da existência destes instrumentos de planeamentos.

A Carta Escolar integra, assim, uma dimensão política de planeamento e ordenamento da rede educativa, fixando as orientações a seguir na sua evolução e integrando o conteúdo das cartas municipais.

Cumulativamente, o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos e as novas tendências e alterações demográficas e socioculturais sugerem a necessidade de uma profunda reflexão em torno da problemática da reorganização da rede educativa.

A definição do horizonte temporal em que vigora a Carta Educativa terá de ser concretizado em função do estudo das problemáticas, das dinâmicas do território previsíveis e das oportunidades de valorização da rede educativa. A monitorização da Carta Educativa, que deve ser anual, é um excelente indicador da necessidade de revisão deste instrumento. No entanto, a experiência ao nível da elaboração das cartas educativas tem-se pautado pela baliza dos 10 anos em consonância, em particular, com os Planos Diretores Municipais.

As cartas educativas têm como **objetivo central** apresentar uma proposta de reordenamento da rede educativa adequada à política educativa, balizada pela evolução da procura da educação e pela necessidade de rentabilização do parque escolar existente.

Associados a este objetivo geral, são definidos outros de carácter específico, indissociáveis das propostas do Plano Diretor Municipal (PDM), nomeadamente:

¹ A primeira carta escolar dos Açores surgiu em 2000 (Resolução n.º 1/2000, de 27 de janeiro) tendo sido atualizada em 2004 Resolução n.º 10/2004, de 22 de janeiro) e em 2006 (resolução n.º 70/2006, de 29 de junho).

- ✓ “Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, por forma que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva que ao mesmo nível se manifestar”;
- ✓ “Assegurar a racionalização e complementaridade [da oferta de educação e formação] e seu desenvolvimento qualitativo (...), num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respetivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projetos educativos das escolas”;
- ✓ “Promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis”;
- ✓ “Incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos”;
- ✓ “Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município” (DL nº 7/2003 de 15 de janeiro).

Assim, a Carta Educativa, deverá contemplar/equacionar medidas estratégicas no sentido de:

- “Reorganizar a oferta no sentido de articular vários níveis do sistema escolar com atividades formais e informais de educação e formação profissional;
- Diversificar as instâncias de formação na perspetiva do desenvolvimento de oportunidades de formação (contínua, recorrente e alternância);
- Organizar parcerias envolvendo atores sociais diversos tais como escolas, autarquias, coletividades, associações profissionais e empresariais”.

Em termos globais “a carta educativa tem por objeto a identificação, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respetiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extraescolar”.

Especificamente, inclui os seguintes aspetos:

- Identifica os recursos humanos necessários à prossecução das ofertas educativas, bem como uma análise da integração dos mesmos a nível municipal, de acordo com os cenários de desenvolvimento urbano e escolar;
- Incide sobre os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino da rede pública, privada, cooperativa e solidária;
- Incide, também, sobre a concretização da ação social escolar no município, nos termos das modalidades estabelecidas na lei e de acordo com as competências dos municípios, do Ministério da Educação e demais entidades;
- Prevê os termos da contratualização entre os municípios e a Direção Regional de Educação, ou outras entidades, relativamente à prossecução pelo município de competências na área das atividades complementares de ação educativa e do desenvolvimento do desporto escolar, de acordo com tipologias contratuais e custos padronizados, a fixar em protocolo a celebrar entre a Direção Regional da Educação e outras entidades.

Neste processo, os conselhos municipais de educação – nos Açores, **conselhos locais de educação** - têm um papel importante. Estes cumprem o seguinte objetivo:

“ (...) promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.” (DL nº 7/2003 de 15 de janeiro).

Tratam-se assim de “estruturas de participação dos agentes e parceiros sociais com vista à articulação da política educativa com outras políticas sociais, nomeadamente nas áreas da saúde, da ação social e da formação e emprego.

Para além de outras competências, no âmbito das cartas educativas espera-se deste órgão o seguinte:

- *“acompanhamento do processo de elaboração e de atualização da carta educativa, a qual deve resultar de estreita colaboração entre os órgãos municipais e os serviços do Ministério da Educação, com vista a, assegurando a salvaguarda das necessidades de oferta educativa do concelho, garantir o adequado ordenamento da rede educativa nacional e municipal”.*

Ainda no campo das competências, o Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro estabelece os seguintes objetivos às Autarquias:

- Constituição do conselho municipal de educação que deverá ter um representante de cada uma das estruturas educativas existentes no concelho;
- O reordenamento da rede educativa;
- Elaboração da Carta Educativa do Concelho.

A par deste diploma existem outros que também determinam as competências das autarquias em matéria de educação:

- Lei n.º 46/86 de 14 de outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo;
- Despacho Conjunto n.º 28/SERE/SEAM/88 – definição dos princípios gerais da planificação da Rede Escolar;
- Lei n.º 5/97 de 10 de fevereiro – Lei-quadro da educação pré-escolar;
- Despacho Conjunto n.º 15/SEAF/SEEI/97 de 8 de abril – extinção do ensino básico mediatizado;
- Decreto-Lei n.º 147/97 de 11 de junho – regime jurídico da educação pré-escolar; criação de uma rede pública e privada de educação pré-escolar visando a universalidade da mesma;
- Despacho Conjunto n.º 128/97 de 9 de julho – determinação da articulação entre Autarquias e Ministérios da Educação de forma a assegurar o apoio socioeducativo às famílias, bem como, as condições para que as crianças e os jovens realizem percursos escolares bem sucedidos;
- Decreto de Lei n.º 115/98 de 4 de maio – Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar, ensino básico e secundário;
- Lei n.º 159/99 de 14 de setembro – aprovação do quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais no domínio da construção e manutenção dos estabelecimentos de ensino e educação;
- Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de setembro – transferência de competências para os municípios/ estabelecimento dos critérios e a fórmula de cálculo da dotação máxima de referência dos auxiliares de ação educativa e dos assistentes de administração escolar.
- Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho - reforço e qualificação do poder local/transferência de competências para os municípios;
- Lei nº 13/2006, de 17 de abril - Transporte coletivo de crianças;
- Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto - Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré -escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade;

- Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A de 16 de junho – estabelece o regime jurídico da criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo da RAA e o regime jurídico do desporto escolar, das associações de escolas, do Conselho Local de Educação e do Conselho Coordenador do Sistema Educativo;
- Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A de 10 de novembro – aprova o regime jurídico do planeamento, proteção e segurança das construções escolares;
- Portaria n.º 107/2009 de 28 de dezembro (S. R. da Educação e Formação / S. R. do Trabalho e Solidariedade Social) - estabelece as normas de organização, estrutura curricular e funcionamento dos cursos integrados no Programa REATIVAR;
- Decreto Legislativo Regional n.º 17/2010/A de 13 de abril - altera o regime de criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional, aprovado pelo DLR n.º 12/2005/A, de 16 de junho, na redação que lhe foi dada pelo DLR n.º 35/2006/A, de 6 de setembro;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010 de 14 de junho – orientações para o reordenamento da rede escolar;
- Decreto Legislativo Regional n.º 21/2010/A de 24 de junho - Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional;
- Resolução da Assembleia da República n.º 92/2010 de 11 de agosto – Recomenda ao Governo que proceda a uma reavaliação do reordenamento da rede escolar estabelecida pela RCM n.º 44/2010 de 14 de junho;
- Resolução da Assembleia da República n.º 93/2010 de 11 de agosto – Definição de critérios para o reordenamento do parque escolar do 1º ciclo do ensino básico;
- Resolução da Assembleia da República n.º 94/2010 de 11 de agosto – Recomenda a criação de uma carta educativa nacional e a suspensão da aplicação da RCM n.º 44/2010 de 14 de Junho;
- Resolução da Assembleia da República n.º 95/2010 de 11 de agosto – Recomenda ao Governo critérios de qualidade no reordenamento da rede escolar.

Analisando o disposto nestes e noutros diplomas e de acordo com a prática na Região, o Município das Lajes do Pico assume as seguintes competências em matéria de educação:

- Construir, apetrechar e assegurar a manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e básica de 1º ciclo;
- Apoiar a distribuição das refeições pelos refeitórios dos estabelecimentos de ensino básico do 1º ciclo;
- Apoiar o envolvimento em atividades complementares e extracurriculares no âmbito da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico.

A. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DA REALIDADE SÓCIOEDUCATIVA DO MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO

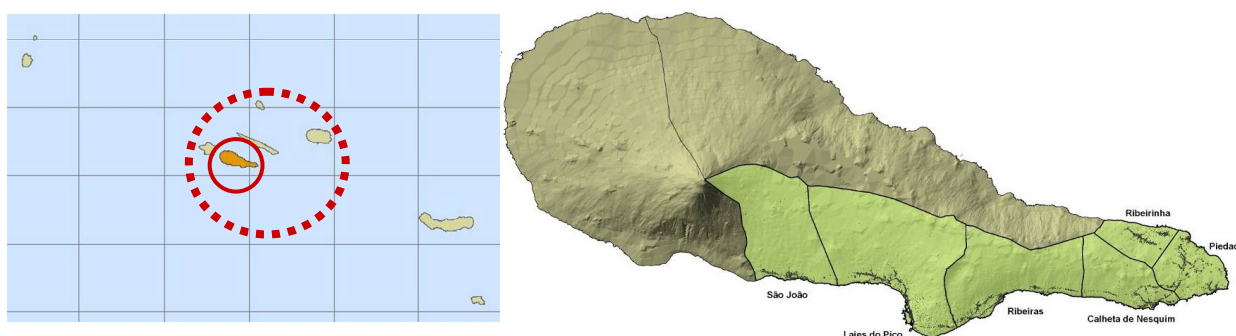
1. ANÁLISE DEMOGRÁFICA

1.1. ENQUADRAMENTO DO MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO NO CONTEXTO REGIONAL

A ilha do Pico encontra-se localizada no grupo central do arquipélago da Região Autónoma dos Açores (RAA), com orientação geral WNW-ESSE e cerca de 46,35 Km de comprimento máximo, entre a Ponta do Areeiro (Madalena) e a Ponta da Ilha (Manhenha), e 16,25 Km de largura máxima, entre a Ponta Negra (Cabrito) e a Lage do Cavalo (Ponta de São Mateus). É a ilha com maior altitude do arquipélago (2351m) e a segunda maior em extensão, com cerca de 446 km².

O povoamento da ilha foi iniciado por volta de 1480 com portugueses vindo do norte de Portugal Continental e evidencia um padrão de urbanização essencialmente concentrado ao longo da costa, como já referido, apoiado na estrutura viária que circunda a ilha, caracterizado por núcleos de baixa densidade e de pequena dimensão, sendo as Lajes a primeira vila da ilha criada em 1500, seguida pela vila de São Roque, em 1542, estando associadas ao cultivo do trigo, do pastel e à cultura da vinha.

Figura 1.1_Enquadramento regional na RAA



O concelho das Lajes do Pico localiza-se no centro do arquipélago, ocupa cerca de 155 km², com um perímetro aproximadamente de 96 km (Anuário Estatístico Regional 2010) e tem cerca de 4.711 habitantes de acordo com os resultados do último Censo (2011), o que corresponde a cerca de 1,9 % da população da RAA (246.746 hab), a 4,75% do grupo central (99.141 hab) e a 33,3% da ilha do Pico (14.148 hab), respetivamente.

A divisão administrativa do concelho está atualmente organizada em 6 freguesias: Calheta do Nesquim, Lajes do Pico, Piedade, Ribeiras, Ribeirinha e São João.

A morfologia litoral caracteriza-se de uma forma geral por baixas altitudes, embora na zona norte e sul da ilha existam troços com encostas acentuadas, nomeadamente a partir das margens do Planalto da Achada, em especial em Terra Alta e Pontas Negras/Calhau Miúdo, onde surgem arribas alcantiladas de grande altura. Apresenta uma costa bastante recortada com existência frequente de baías.

Em 2011, residiam no concelho das Lajes do Pico 4711 indivíduos (menos 330 que em 2001), o correspondente a apenas 1,9% da população residente na RAA, registando-se uma taxa de variação negativa no período intercensitário (-6,5%), tendência que não é acompanhada pela RAA, que apresenta uma evolução positiva no mesmo período de aproximadamente 2,1%.

1.2. EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NO CONCELHO

A análise das três últimas décadas, e atendendo à trajetória da variação da população residente nos concelhos do Pico e na RAA, verifica-se que há agravamento na tendência do declínio populacional, passando de uma variação negativa na década de 1990, para uma variação ainda mais significativa na última década nos concelhos da ilha, apesar de na RAA se verificar um ligeiro crescimento da população nas últimas décadas (ver tabela seguinte).

Tabela 1.1_Evolução da população residente na RAA e na ilha do Pico

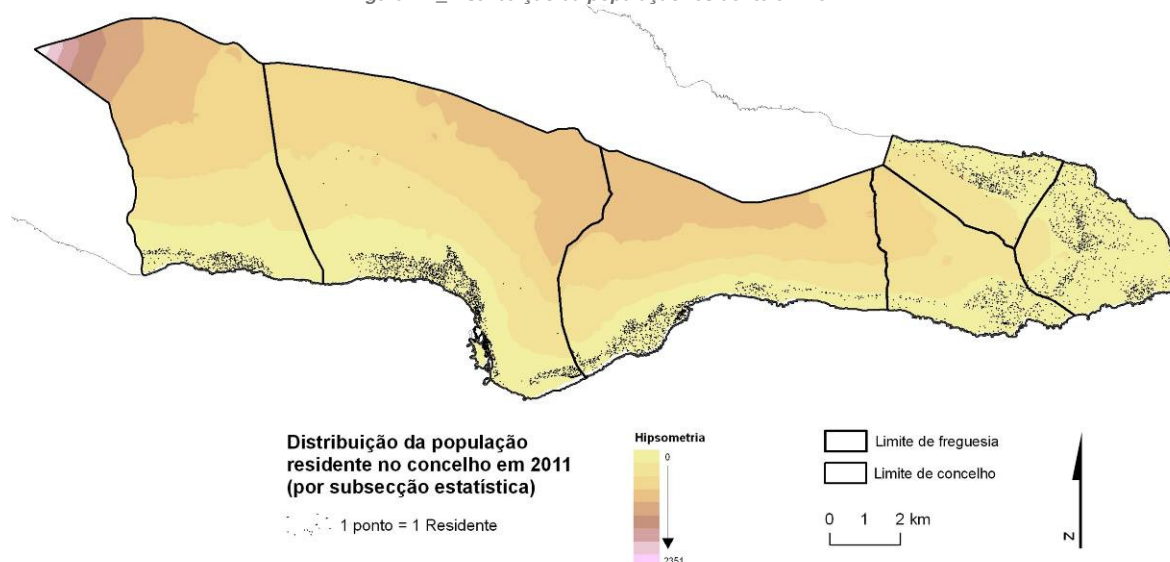
Unidade Geográfica	População residente			Variação	
	1991	2001	2011	1991/2001	2001/2011
RAA	237.795	241.763	246.746	1,7	2,1
Pico	15.202	14.806	14.148	-2,6	-4,5
Lajes do Pico	5.563	5.041	4.711	-9,4	-6,5
S. Roque do Pico	3.675	3.629	3.388	-1,3	-6,6
Madalena	5.964	6.136	6.047	2,9	-1,5

Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011, INE.

Em termos de distribuição, a ocupação territorial da população reflete a morfologia da própria ilha, verificando-se a concentração da população em torno das três sedes de concelho e ao longo da orla costeira, com exceção da ocupação que se verifica na Ponta da Piedade e na vertente adjacente à Madalena onde o povoamento se desenvolve também para o interior e é disperso e descontínuo.

O concelho das Lajes do Pico observa o mesmo padrão de ocupação da restante ilha, verificando-se de uma forma geral a concentração humana na faixa litoral, apoiada na rede viária, com exceção das freguesias da Piedade e Ribeirinha em que a área urbana se afasta da orla costeira, aproveitando a orografia mais favorável.

Figura 1.2_Distribuição da população residente em 2011



Fonte: Censo 2011, BGRI (INE)

A análise ao último século à escala dos municípios (vejam-se as tabelas seguintes) permite concluir que, com exceção de três décadas (1960, 2001 e 2011), em todos os restantes períodos intercensitários a evolução da população residente na ilha e concelhos do Pico acompanha a tendência geral da RAA, recuperando até 1950 o efetivo populacional perdido nas três décadas anteriores e entrando, após esta data e até ao último Censo de 2011, num forte período de declínio populacional (apesar da RAA ter registado já nesta data uma variação positiva, aliás como o concelho da Madalena), devido, essencialmente nas décadas de 60 a 80, ao forte êxodo migratório para América do Norte.

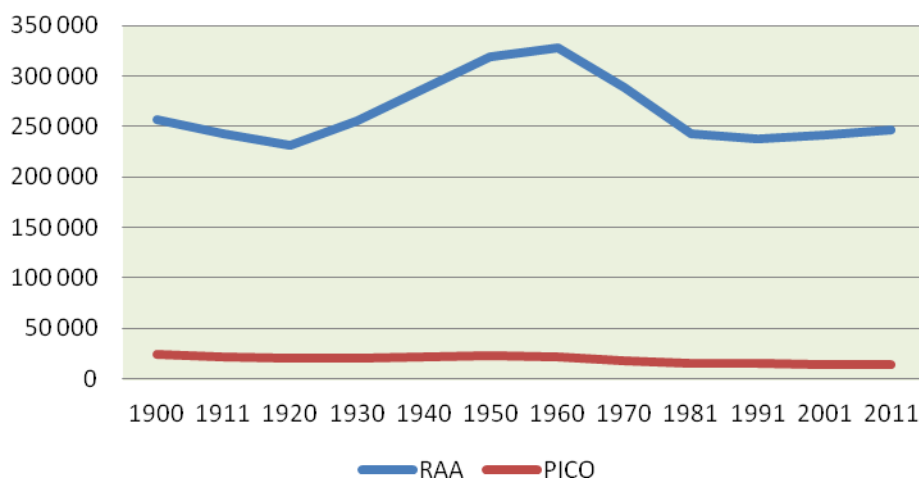
A flutuação da população neste último século é menor do que a verificada ao nível da RAA, contudo a inversão da tendência de perda de população que se regista nas duas última décadas na RAA não se verifica na ilha do Pico que continua a registar perda de população.

Tabela 1.2_Evolução da população residente na RAA, ilha do Pico, concelhos e freguesias das Lajes do Pico entre 1911 e 2011

Unidade Geográfica	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
RAA	242.941	231.513	255.464	287.080	318.449	327.446	289.096	243.410	237.795	241.763	246.746
PICO	21.853	19.927	20.204	21.423	22.557	21.807	18.490	15.483	15.202	14.806	14.148
LAJES DO PICO	8.325	7.457	7.796	8.168	8.539	8.156	6.832	5.828	5.563	5.041	4.711
<i>Calheta de Nesquim</i>	867	784	791	891	941	907	727	605	492	417	343
<i>Lajes do Pico</i>	2.697	2.495	2.514	2.604	2.639	2.508	2.147	1.935	1.913	1.780	1.802
<i>Piedade</i>	1.831	1.455	1.734	1.814	2.055	2.096	1.789	988	938	902	844
<i>Ribeiras</i>	1.984	1.860	1.982	2.049	1.981	1.827	1.470	1.235	1.188	1.045	925
<i>Ribeirinha</i>	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	532	475	411	374
<i>São João</i>	946	863	775	810	923	818	699	533	557	486	423
MADALENA	7.696	7.256	7.296	7.855	8.360	8.359	7.124	5.977	5.964	6.136	6.047
SÃO ROQUE DO PICO	5.832	5.214	5.112	5.400	5.658	5.292	4.534	3.678	3.675	3.629	3.388

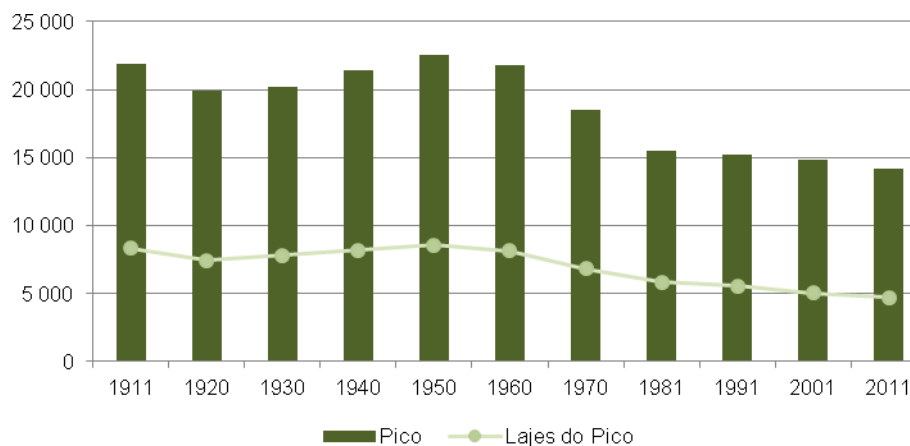
Fonte: Séries Estatísticas, SREA., Censo 2011. (a) Freguesia inexistente na data de referência.

Figura 1.3_Evolução populacional verificada no último século na RAA e na Ilha do Pico



Fonte: Séries Estatísticas, SREA., Censo 2011.

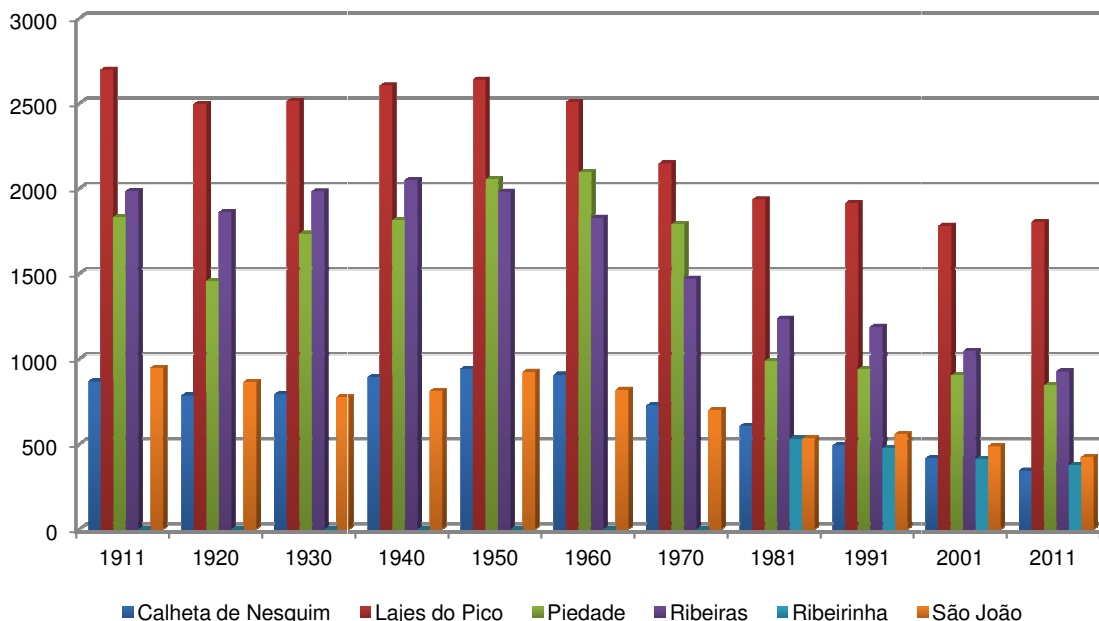
Figura 1.4_Evolução populacional verificada no último século na Ilha do Pico e no município das Lajes do Pico



Fonte: Censo 2011, BGRI (INE)

Analisando a variação ao nível das freguesias, compreende-se que a tendência descrita anteriormente para a ilha do Pico e os seus concelhos é acompanhada de uma forma genérica pelas diversas freguesias do concelho das Lajes do Pico, com exceção da dinâmica verificada na última década nas freguesias que apresentam situações diversas (veja-se figura seguinte).

Figura 1.5_Evolução da população verificada no último século ao nível das freguesias do concelho das Lajes do Pico



Fonte: Censo 2011, BGRI (INE)

Focando a análise na década 2001/2011, pode constatar-se que a taxa de variação da população no concelho das Lajes do Pico é negativa, verificando que são as freguesias de Calheta de Nesquim (-17,7%) e São João (-13%) que proporcionalmente perdem mais população.

Com exceção da freguesia das Lajes do Pico que apresenta um crescimento populacional (1,2%) apenas a freguesia da Piedade (-6,4%) regista uma variação negativa inferior à média concelhia (-6,5%)

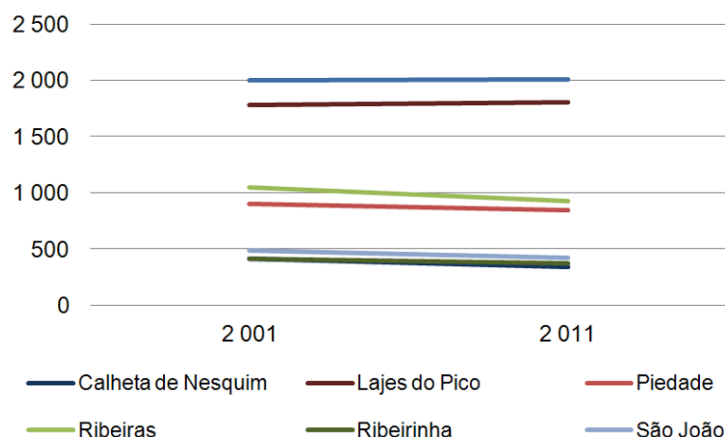
Tabela 1.3_População residente nas freguesias do concelho das Lajes do Pico

Unidade Geográfica	População residente		Taxa de variação	Peso das freguesias no concelho	
	2001	2011		2001	2011
RAA	241.763	246.746	2,1%	-	-
Pico	14.806	14.148	-4,4%	-	-
Lajes do Pico	5.041	4.711	-6,5%	-	-
Calheta de Nesquim	417	343	-17,7%	8%	7%
Lajes do Pico	1.780	1.802	1,2%	35%	38%
Piedade	902	844	-6,4%	18%	18%
Ribeiras	1.045	925	-11,5%	21%	20%
Ribeirinha	411	374	-9,0%	8%	8%
São João	486	423	-13,0%	10%	9%

Fonte: Censo 2011, BGRI (INE)

A variação da população na última década não se traduz numa nova forma de organização e distribuição territorial no território, embora acentue a importância relativa da freguesia das Lajes do Pico, que passa a representar 38% da população concelhia em 2011 versus 35% de 2001.

Figura 1.6_ Variação da população nas freguesias no concelho das Lajes do Pico na última década



Fonte: Censo 2011, BGRI (INE)

Quanto ao peso demográfico das freguesias, a sua representatividade é bastante desigual (veja-se figura anterior), situação que se confirma na última década com a dinâmica populacional verificada. De acordo com os Censos de 2011 (INE) a população concelhia em 2011 era de 4711 efetivos residentes, verificando-se que a sede de concelho concentra cerca de 1.800 residentes, ou seja 38% da população do concelho. Por sua vez, as freguesias de Ribeira e Piedade apesar de apresentarem um ligeiro decréscimo populacional na última década (-11,5% e -6,4%) e concentram, cada uma das freguesias, cerca de 20% da população total. As freguesias de Calheta de Nesquim e de São João perdem população e representatividade no concelho (menos 1% da população total), já a freguesia de Ribeiras mantém os 8% do efetivo populacional do concelho.

No sentido de perceber melhor o padrão de distribuição da população residente no concelho é necessário analisar os aglomerados populacionais das Lajes do Pico, tomando em consideração, mais uma vez, os aglomerados urbanos identificados nos estudos de caracterização da Revisão do PDM. Tendo em conta as características da ocupação do território, nomeadamente a forma do povoamento existente, bem como os dados que constam da BGRI 2011 (Base Geográfica de Referenciação da Informação), os núcleos urbanos resultam da agregação de lugares estatísticos atendendo a dimensão dos lugares, proximidade e interdependências e ainda as características de cada local.

Tabela 1.4_Ranking da população residente por lugar, 2011

Ranking	Lugar	População residente	Peso do nº de residentes no total do concelho	Densidade populacional (hab/km²)
1	Silveira	624	13,76%	347
2	Lajes do Pico	452	9,97%	565
3	Santa Cruz	392	8,64%	356
4	Ribeira do Meio	337	7,43%	562
5	Ribeirinha	324	7,14%	88
6	Companhia de Baixo	285	6,28%	356
7	Caminho de Cima	226	4,98%	377
8	Calhau	207	4,56%	104
9	Almagreira	189	4,17%	473
10	Terras	187	4,12%	623
11	Ponta da Ilha	175	3,86%	73
12	Manhenha	161	3,55%	134
13	Companhia de Cima	138	3,04%	153
14	Calheta de Nesquim	132	2,91%	189
15	Altamora	120	2,65%	200
16	Santa Bárbara	93	2,05%	186

Ranking	Lugar	População residente	Peso do nº de residentes no total do concelho	Densidade populacional (hab/km ²)
17	Arrife	85	1,87%	213
18	Pontas Negras	79	1,74%	158
19	Jogo da Bola	65	1,43%	163
20	Fetais*	51	1,12%	15
21	Feiteira	51	1,12%	64
22	Baixa	45	0,99%	64
23	Ribeira Grande	30	0,66%	38
24	Foros	29	0,64%	32
25	Ribeira Seca	20	0,44%	40
26	Canadas	15	0,33%	50
27	Engrade	13	0,29%	10
28	Cais do Galego	10	0,22%	25

Fonte: Censos 2011, BGRI (INE). (*) Este lugar divide-se por duas freguesias (Calheta de Nesquim e Piedade)

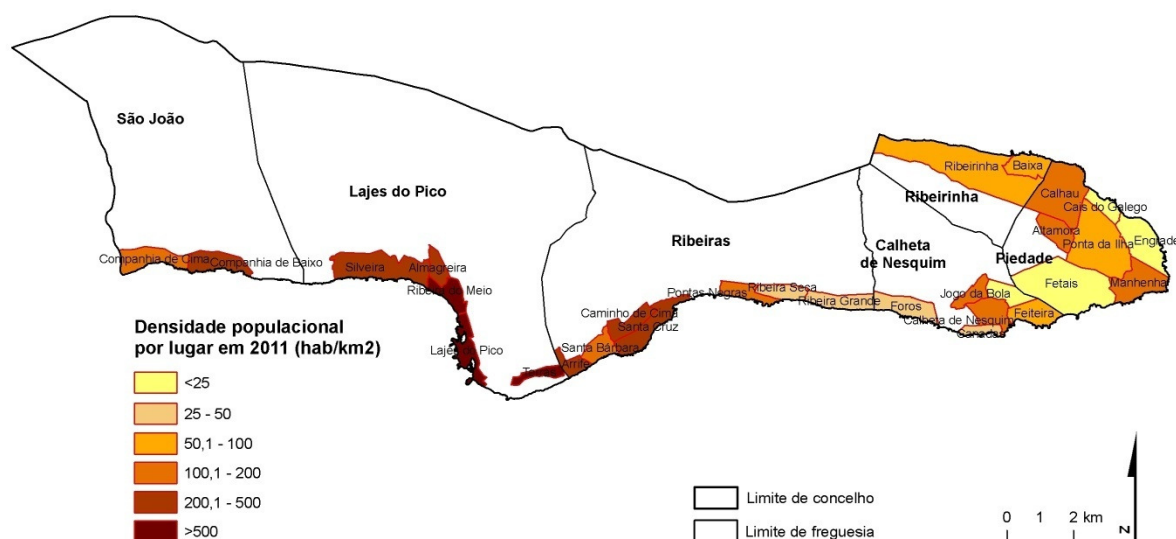
A tabela anterior apresenta o peso de cada lugar em termos de concentração de população residente, sendo que um núcleo urbano pode muitas vezes englobar vários dos lugares a seguir mencionados. É possível verificar que os lugares que assumem maior peso no total dos residentes no concelho das Lajes do Pico são Silveira (13,76%) e Lajes do Pico (9,97%) que em conjunto com a Ribeira do Meio (7,43%) constituem o núcleo urbano mais representativo do concelho, detendo cerca de 31% da população residente.

O lugar de Santa Cruz, na freguesia das Ribeiras, assume especial relevância não só pela 3ª posição do ranking com 8,64% da população mas, também, porque constitui com os lugares de Caminho de Cima e de Santa Bárbara um aglomerado que representa 15,67 %da população residente no concelho.

Por último, importa ainda destacar o caso de núcleo urbano de São João que corresponde a agregação dos lugares de Companhia de Baixo (em 6ª posição) e Companhia de Cima (em 13ª posição) que em conjunto representam 10,32% da população residente no concelho.

Na posição inversa, ou seja, nos últimos lugares do ranking de acordo com o número de população residente, encontram-se os lugares de Engrade e Ribeira Seca já que os lugares de Cais do Galego e Canadas são lugares em integrados nos núcleos urbanos da Piedade da Calheta de Nesquim, respetivamente.

Figura 1.7_Densidade populacional por lugar no concelho das Lajes do Pico



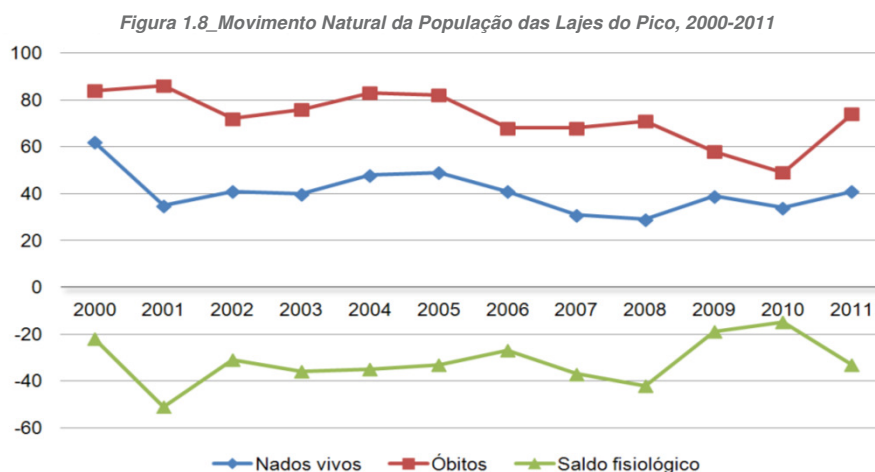
Fonte: Censo 2011, BGRI (INE)

Em função da dimensão do concelho, poderá considerar-se a densidade populacional como baixa, registando o valor médio do concelho: 30 hab/km², sobretudo se compararmos com outros concelhos de reduzida dimensão, e todavia mais populosos. Ao nível das freguesias, a Piedade surge com maior densidade populacional (54 hab/km²) sendo a segunda freguesia com menor dimensão. Por sua vez, a freguesia de São João apresenta a menor densidade populacional do concelho com apenas 13 hab/km². Como seria de esperar, a densidade populacional é substancialmente mais elevada nos lugares da freguesia de Lajes do Pico (entre 347 e 623 hab/km²) e no respetivo centro urbano principal (a Vila das Lajes com 565 hab/km²) em relação às restantes freguesias e lugares.

1.3. MOVIMENTOS E ESTRUTURA DA POPULAÇÃO

A evolução demográfica analisada de seguida está relacionada não só com a evolução do saldo natural (diferença entre nados vivos e óbitos num dado ano), como também com a do saldo migratório (diferença entre imigração e emigração num dado ano).

No que respeita ao movimento natural da população no município das Lajes do Pico constata-se que o nº de nados vivos foi sempre inferior ao número de óbitos, resultando num saldo fisiológico sempre negativo, com maiores variações negativas sobretudo entre 2000 e 2001 (passando de um saldo fisiológico negativo de 22 indivíduos para um saldo também negativo de 51 indivíduos), entre 2006 e 2008 e mais recentemente entre 2010 e 2011. Os valores mais altos de saldo fisiológico, ou seja, quando a diferença entre nados vivos e óbitos foi mais ténue, foram verificados em 2009 (-19) e 2010 (-15), enquanto que no extremo oposto, com saldos fisiológicos mais baixo, se encontram os anos de 2001 (-51) e 2008 (42). Entre 2002 e 2006 verificou-se uma tendência para a estabilização, explicando a estagnação de evolução de população que caracterizou o concelho neste período.

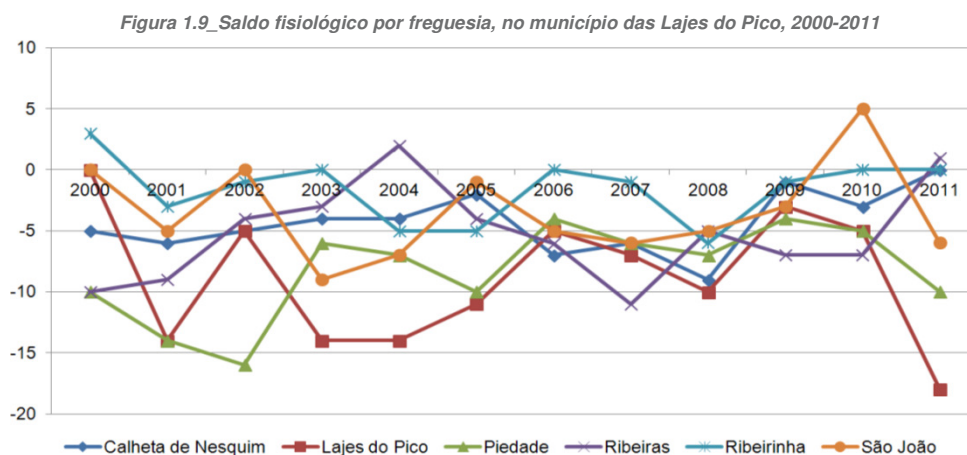


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas. Tratamento: Quaternaire Portugal

Ao longo de toda a década de 2000, a variação do saldo fisiológico foi sempre negativa, demonstrando a tendência de diminuição da população no concelho, com uma queda acentuada entre 2000 e 2001, recuperando no ano seguinte e mantendo alguma estabilidade até 2006, altura em que decresceu de -27 para -42 em 2008, sendo que em 2011 registou um saldo negativo pouco inferior a este resultado. Ao nível da ilha do Pico, a tendência do movimento natural da população é igualmente de decréscimo.

Os valores mais elevados de nados vivos foram registados em 2000 (62) e em 2004 (48) e 2005 (49), sendo os anos de 2007 (31) e 2008 (29) aqueles que registaram um valor mais baixo. No que concerne aos óbitos os anos de 2000 (84), 2001 (86), 2004 (83) e 2005 (82) foram os que registaram mais óbitos no município das Lajes do Pico.

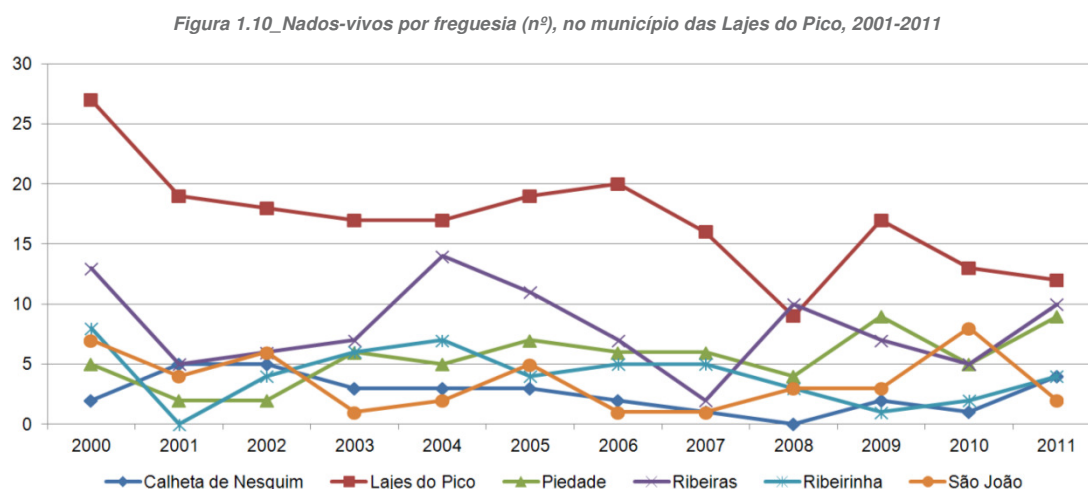
Considerando agora os dados à escala da freguesia, verifica-se que, entre o último período intercensitário (2001-2011), o saldo fisiológico aumentou em 3 das 6 freguesias - Ribeiras, Calheta de Nesquim e Ribeirinha - tendo sido justamente em 2011 que a freguesia sede de concelho registou um valor mais negativo (-18) quando em 2000 o saldo tinha sido nulo. Apenas a segunda freguesia com maior concentração de população registou um valor semelhante em 2002 (-16). Por oposição, os valores de saldo fisiológico mais elevados foram registados em 2010, na freguesia de São João (5) e Ribeirinha (3) no ano 2000, sendo esta a freguesia que apresentou uma variação mais constante relativamente às oscilações das restantes.



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas. Tratamento: Quaternaire Portugal

Contudo, ao analisar os valores do saldo fisiológico por freguesia neste período, comparativamente com a média do concelho, percebem-se algumas assimetrias na sua evolução, visto que entre 2002 e 2006 o saldo fisiológico no concelho apresenta uma certa estabilização, o mesmo não se verificando ao nível das freguesias, já que todas apresentam grandes oscilações ao longo de todo o período analisado. Aliás, a freguesia de São João é a que apresenta em termos globais um saldo fisiológico mais positivo ou próximo de nulo, registando o valor mais elevado em 2010 (5). Por sua vez a freguesia da Ribeirinha é a que regista uma menor variação deste indicador. Já a sede de concelho é a que apresenta um saldo fisiológico mais negativo, atingindo o valor mais baixo em 2011, em contraste com o resultado nulo em 2000.

No que toca aos nados-vivos, cuja quantificação é importante ao nível do planeamento da rede educativa do concelho, verificam-se algumas assimetrias: em 2001, a freguesia da Calheta de Nesquim foi a única a registar um aumento de nados-vivos para depois decrescer até 2008, ano em que não registou quaisquer nascimentos. Já Ribeiras foi a que apresentou maiores oscilações neste período.



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas. Tratamento: Quaternaire Portugal

Mais uma vez, a sede de concelho apresenta uma tendência de decréscimo do número de nados-vivos, com um ligeiro aumento entre 2004 e 2006, para voltar a cair até 2008, a par das freguesias da

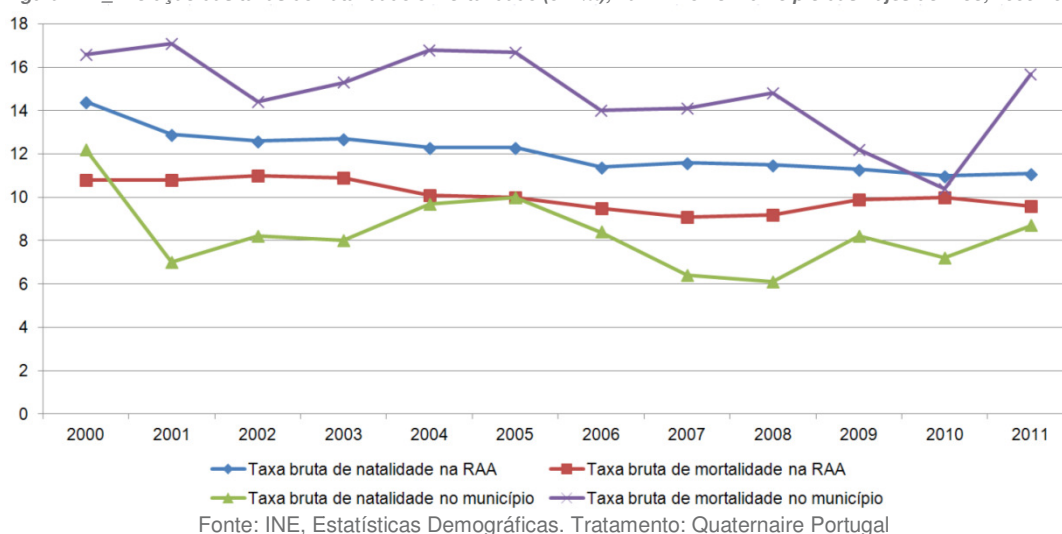
Piedade, Ribeiras e, embora com menor expressão, a freguesia de São João. A freguesia da Ribeirinha foi a que registou um ligeiro aumento dos nados-vivos neste intervalo. Entre 2010 e 2011 apenas São João e Lajes do Pico apresentaram uma diminuição acentuada do número de nados-vivos, contrariando a tendência de crescimento das restantes freguesias.

Ao considerar as taxas brutas de natalidade, no período de 2000 a 2011, percebe-se que a tendência evolutiva do concelho das Lajes do Pico não acompanha a evolução da média regional, já que a taxa bruta de mortalidade é superior à de natalidade e apresenta valores muito superiores aos registados na RAA, embora com períodos de grandes oscilações, atingindo o valor mais elevado em 2001 (17,1‰) e a mais baixa em 2010 (10,4‰). Na RAA a taxa de mortalidade atinge o valor máximo em 2003 (10,9‰) e o valor mais baixo em 2007 (9,10‰)

Relativamente à taxa bruta de natalidade, a RAA registou uma tendência quase constante de decréscimo, passando de 14,4‰ em 2000 para 11‰ em 2010 subindo depois muito ligeiramente em 2011. No município das Lajes do Pico esta baixou drasticamente entre 2000 e 2001 (de 12,2‰ em passou para 7‰) para registar uma recuperação até 2005 (10‰), voltando depois a cair até ao valor mínimo deste período, atingindo 6,1‰ em 2008. Entre 2010 e 2011 verificou-se a mesma tendência de crescimento registada na RAA embora de forma mais evidente.

Uma importante conclusão que se pode tirar desta análise prende-se com o facto da taxa de mortalidade média do município se encontrar durante este período de análise sempre bastante acima da taxa de natalidade, apesar dos dois indicadores sofrerem algumas oscilações, tendo sido no ano de 2010 que os dois valores estiveram mais próximos (ano em que a taxa de mortalidade foi mais reduzida). O mesmo não aconteceu na RAA, na qual a taxa de natalidade é sempre superior à taxa de mortalidade, embora com tendência a estabilizar.

Figura 1.11_Evolução das taxas de natalidade e mortalidade (em ‰), na RAA e no município das Lajes do Pico, 2000-2011

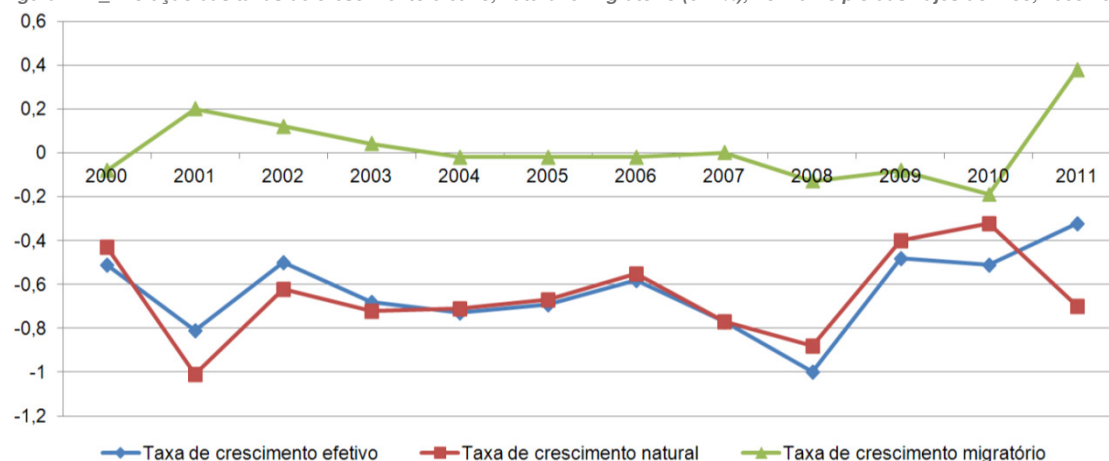


No que toca aos movimentos migratórios, percebe-se através da análise da figura seguinte que a taxa de crescimento migratório no concelho das Lajes do Pico foi ligeiramente negativa entre 2004 e 2010, o que significa que durante este período houve mais emigração do que imigração, tendo esta sido mais acentuada entre 2008 (-0,13%) e 2010 (-0,19%). Segundo os resultados do último Censo (2011) a taxa de crescimento migratório sofreu um aumento significativo fixando-se nos 0,38%, estando a imigração a superar a emigração.

A taxa de crescimento natural nas Lajes do Pico teve uma evolução distinta neste período, sendo o crescimento natural sempre negativo no período entre 2000 (-0,43%) e 2011 (-0,70%), atingindo em 2001 o valor mais baixo do período (-1,01%) com alguma recuperação entre 2002 e 2006, decrescendo novamente com um número bastante superior de óbitos face aos nascimentos em 2008 (-0,88%), valor próximo do registado em 2011.

Neste contexto, a taxa de crescimento efetivo do concelho tem vindo a evoluir conforme as flutuações destas duas taxas, tendo sido igualmente negativa durante todo o período, com pequenas oscilações entre 2002 e 2006, embora a evoluir positivamente após um mínimo histórico em 2008, registando o valor mais alto em 2011 (-0,32%) ainda que negativo.

Figura 1.12_Evolução das taxas de crescimento efetivo, natural e migratório (em %), no município das Lajes do Pico, 2000-2011



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas. Tratamento: Quaternaire Portugal

Torna-se assim claro que a tendência de declínio demográfico que se tem verificado no concelho nos últimos anos, tem sido resultado de um crescimento natural sempre negativo, mais do que por uma perda populacional relacionada com os movimentos migratórios, o que deverá ser levado em conta ao nível do planeamento da rede escolar, não só numa ótica territorial e economicista, mas também social.

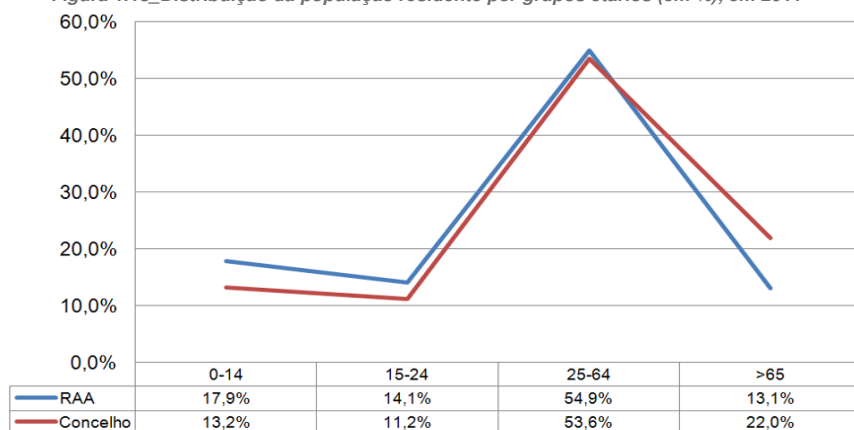
Em 2011, registou-se uma variação positiva da taxa de crescimento migratório no município (0,38%), superior ao valor registado na RAA (0,03%), implicando um aumento do número de estrangeiros a residir no concelho.

Em resumo, o município das Lajes do Pico revela-se um território com muito fraca dinâmica demográfica, quer pela via dos fenómenos naturais (natalidade e mortalidade) quer pela via da capacidade de atração de novos residentes, pois tem-se comportado em média, no período analisado, como um território repulsivo. No entanto, regista-se uma evolução favorável do saldo migratório;

Ao nível da elaboração de propostas de reordenamento da rede escolar, interessará sobretudo considerar os migrantes enquanto fonte de rejuvenescimento da população: demograficamente, para além de contribuírem para o crescimento populacional per si, no caso de migrantes em grupos etários mais jovens e em idade fértil, estes tenderão a contribuir para aumentos da natalidade concelhia, podendo vir assim a gerar uma pressão acrescida ao nível da utilização de equipamentos sociais e escolares.

No que diz respeito à estrutura etária e ao nível de qualificação dos residentes, de acordo com os dados do último período censitário, havia em 2011 uma similitude percentual da população no grupo etário 25-64 anos na RAA e no concelho das Lajes do Pico, que representa mais de metade da população, verificando-se que comparativamente com a RAA o município das Lajes do Pico apresenta uma população mais envelhecida.

Figura 1.13_Distribuição da população residente por grupos etários (em %), em 2011



Fonte: Censo 2011, BGRI (INE)

Assim, embora no caso da população em idade ativa (25 aos 64 anos), o seu peso seja ligeiramente menor nas Lajes do Pico (53,6%), face à região (54,9%), a redução da população com idades inferiores tenderá no futuro a acentuar esta diferença.

À escala do concelho, veja-se tabela e gráfico seguintes, verifica-se que, com exceção da freguesia de Calheta de Nesquim, em todas as outras freguesias do concelho o grupo mais representativo corresponde à população ativa, correspondendo a mais de metade da população da freguesia.

Tabela 1.7_Distribuição da população residente por grupos etários, em 2011

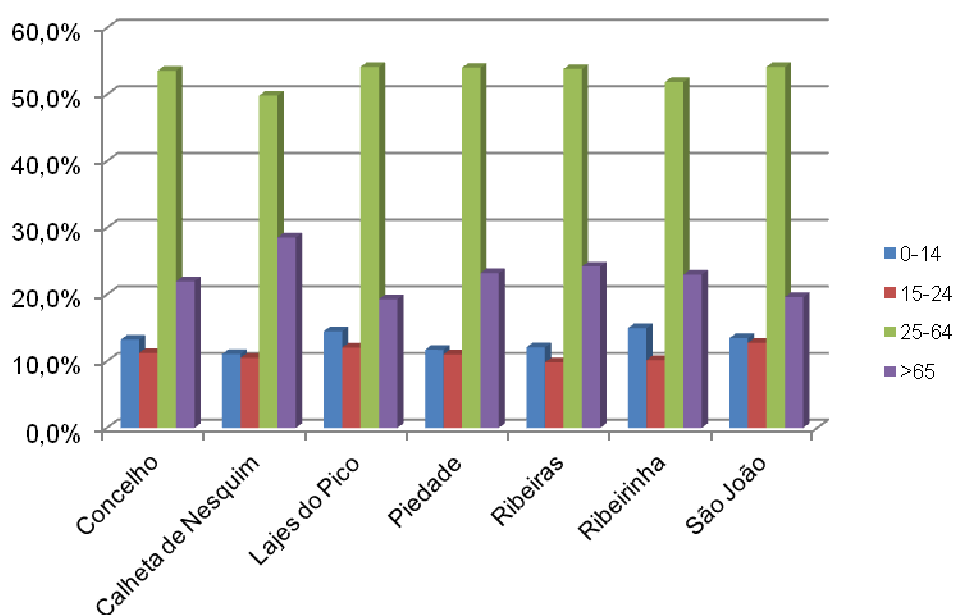
Unidade Geográfica	População residente e grupos etários em 2011							
	Total	0-14	%	15-24	%	25-64	%	≥65
RAA	246772	44197	17,9	34731	14,1	135466	54,9	32378
Lajes do Pico	4711	623	13,2	529	11,2	2524	53,6	1035
Calheta de Nesquim	343	38	11,1	36	10,5	171	49,9	98
Lajes do Pico	1802	261	14,5	217	12,0	976	54,2	348
Piedade	844	99	11,7	93	11,0	456	54,0	196
Ribeiras	925	112	12,1	91	9,8	498	53,8	224
Ribeirinha	374	56	15,0	38	10,2	194	51,9	86
São João	423	57	13,5	54	12,8	229	54,1	83

Fonte: Censo 2011, BGRI (INE)

Já a Calheta de Nesquim, destaca-se por ser a que tem uma maior percentagem de população com uma idade superior a 65 anos (28,6%), sendo a média concelhia de 22%. Acresce que esta freguesia apresenta, igualmente, a menor percentagem de população jovem, até aos 24 anos (21,6%), sendo a média do concelho 24,5%.

Em relação à percentagem de população jovem nas freguesias (população até aos 24 anos) destacam-se, por apresentarem valores superiores à percentagem do concelho (24,5), as freguesias Lajes do Pico (26,4%), São João (26,2%) e Ribeirinha (25,1%). Salienta-se que são estas duas últimas freguesias referidas (São João e Ribeirinha) que apresentam, também, um crescimento populacional na última década (veja-se subcapítulo anterior).

Figura 1.14_Distribuição da população residente por grupos etários, por freguesia (em %), em 2011



Fonte: Censo 2011, BGRI (INE)

Descendo à escala do lugar, constata-se que as populações de Almagreira e Silveira, na freguesia das Lajes do Pico, são as mais jovens com aproximadamente 31% dos seus residentes com menos de 25 anos de idade. Em sentido inverso, o lugar da Foros na Calheta de Nesquim e Pontas Negras

na freguesia das Ribeiras revelam uma estrutura etária mais envelhecida, com a menor percentagem de residentes no grupo etário dos 0 aos 24 anos e a maior no caso do grupo dos residentes com 65 ou mais anos de idade (cerca de 48% e 35% respetivamente). Uma vez mais, o grupo etário dos 25 aos 64 anos mostra-se o mais relevante em quase todos os lugares do município das Lajes do Pico, ao que não será alheio o facto de estarmos perante o grupo etário mais alargado.

Tabela 1.8_Distribuição da população residente por grupos etários, por lugar, em 2011

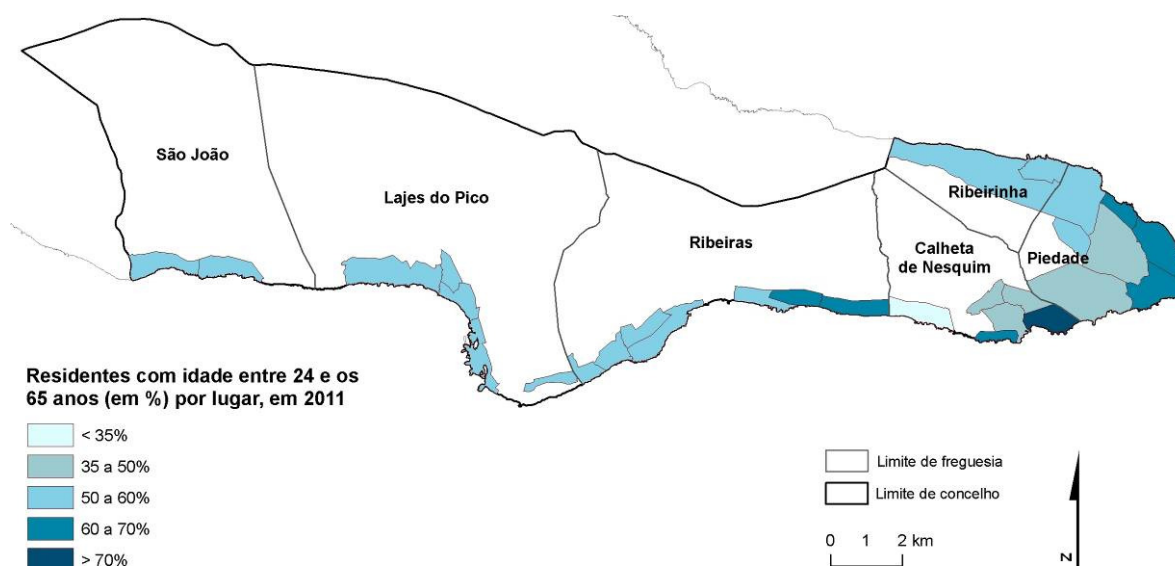
	População residente	Residentes						
		0 - 4 anos	5 – 9 anos	10 a 13 anos	14 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 64 anos	>65 anos
Concelho	4711	183	206	189	291	283	2524	1035
Calheta de Nesquim	292	7	11	11	16	15	150	82
Jogo da Bola	65	0	3	6	4	6	30	16
Foros	29	1	1	0	3	1	9	14
Feiteira	51	3	2	1	0	0	37	8
Calheta de Nesquim	132	3	5	4	9	7	64	40
Canadas	15	0	0	0	0	1	10	4
Lajes do Pico	1802	75	91	80	132	100	976	348
Almagreira	189	15	11	12	13	8	98	32
Silveira	624	21	34	32	56	48	334	99
Ribeira do Meio	337	10	14	9	26	19	195	64
Lajes do Pico	452	17	18	18	32	18	238	111
Terras	187	11	12	8	5	7	102	42
Residual	13	1	2	1	0	0	9	0
Piedade	895	32	30	29	55	60	477	212
Cais do Galego	10	0	0	0	2	1	7	0
Calhau	207	5	7	7	14	16	108	50
Ponta da Ilha	175	4	4	6	11	13	84	53
Altamora	120	4	4	2	8	11	71	20
Engrade	13	0	0	1	1	0	8	3
Manhenha	161	10	5	5	7	6	101	27
Fetais	209	9	10	8	12	13	98	59
Ribeiras	925	36	34	34	49	50	498	224
Pontas Negras	79	1	1	0	5	4	40	28
Ribeira Seca	20	2	0	0	0	0	13	5
Ribeira Grande	30	0	1	1	1	1	21	5
Santa Cruz	392	21	11	14	22	26	201	97
Caminho de Cima	226	10	12	11	13	13	119	48
Santa Bárbara	93	1	6	4	5	5	53	19
Arrife	85	1	3	4	3	1	51	22
Ribeirinha	374	17	23	14	16	24	194	86
Ribeirinha	324	10	20	13	15	21	166	79
Baixa	45	7	3	1	0	2	26	6
Residual	5	0	0	0	1	1	2	1
São João	423	16	17	21	23	34	229	83
Companhia de Baixo	285	12	14	15	15	25	153	51
Companhia de Cima	138	4	3	6	8	9	76	32

Fonte: Censo 2011, BGRI (INE)

A figura seguinte espelha a distribuição territorial da população residente no grupo etário dos 25 aos 64 anos de idade onde se pode verificar que a maioria dos lugares apresenta uma população superior

a 50% dos seus residentes, com destaque para a zona da Manhenha e do Calhau na freguesia da Piedade e ainda Feiteira na Calheta de Nesquim.

Figura 1.15_Distribuição dos residentes com idades entre os 24 e os 65, por lugar, em 2011 (em %)



Fonte: Censo 2011, BGRI (INE)

Observando a tabela seguinte, que apresenta a evolução da população residente no último período intercensitário, verifica-se que houve um acréscimo significativo de cerca de 2,3% da população em idade ativa entre 2001 e 2011 no concelho das Lajes do Pico, inferior ao registado na RAA. Já o grupo etário da população jovem, até aos 24 anos, sofreu uma perda de 4,6%. O grupo da população com mais de 65 anos, sofreu, no mesmo período, um aumento de 2,4%, tendência que também se verifica ao nível das freguesias, com exceção da Ribeirinha e de São João que apresentam um ligeiro decréscimo. O aumento da população ativa aliado à diminuição da população idosa, resultará numa diminuição do índice de dependência de idosos, (veja-se a este propósito a tabela seguinte).

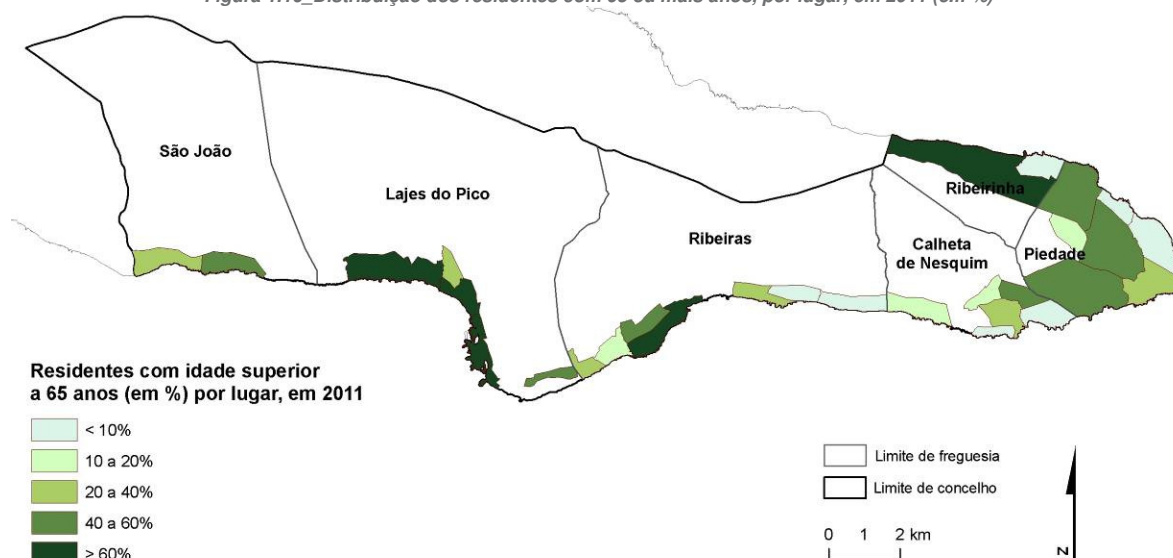
Tabela 1.9_Evolução da população residente por grupos etários no concelho e por freguesia

Unidade Geográfica	Total de residentes (nº)		População residente e grupos etários (%)							
			0-14 anos		15-24 anos		25-64 anos		> 65 anos	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
RAA	241763	246772	21,4%	17,9%	21,4%	14,1%	48,6%	54,9%	13,0%	13,1%
Lajes do Pico	5041	4711	15,8%	13,2%	15,8%	11,2%	51,3%	53,6%	19,6%	22,0%
Calheta de Nesquim	417	343	14,6%	11,1%	14,6%	10,5%	52,0%	49,9%	24,2%	28,6%
Lajes do Pico	1780	1802	17,1%	14,5%	17,1%	12,0%	52,0%	54,2%	16,0%	19,3%
Piedade	902	844	17,3%	11,7%	17,3%	11,0%	51,1%	54,0%	19,3%	23,2%
Ribeiras	1045	925	13,2%	12,1%	13,2%	9,8%	51,7%	53,8%	22,1%	24,2%
Ribeirinha	411	374	13,9%	15,0%	13,9%	10,2%	49,4%	51,9%	23,6%	23,0%
São João	486	423	16,7%	13,5%	16,7%	12,8%	49,6%	54,1%	21,0%	19,6%

Fonte: Censo 2011, BGRI (INE)

Ainda de acordo com a mesma informação estatística de 2011, verifica-se pela análise da figura 1.16 que é nas freguesias das Lajes do Pico e Ribeirinha que a população apresenta maior proporção de idosos, bem como o lugar de Santa Cruz das Ribeiras, correspondendo a mais de 60% dos seus residentes. Por outro lado, os lugares de Ribeira Grande e Ribeira Seca na freguesia das Ribeiras, a freguesia da Calheta de Nesquim e os lugares situados na orla costeira da freguesia da Piedade apresentam uma proporção inferior a 20% da população residente com idade superior a 65 anos.

Figura 1.16_Distribuição dos residentes com 65 ou mais anos, por lugar, em 2011 (em %)



Fonte: Censo 2011, BGRI (INE)

Por fim, e de acordo com a tabela 1.10 e a figura 1.17, analisa-se a população em idade ativa, o índice de envelhecimento e o índice de dependência de idosos no concelho das Lajes do Pico, onde se constata que este é um concelho que regista, para grande parte das freguesias e subsecções do seu território, um índice de envelhecimento acima da média da RAA (cerca de 79 idosos para cada 100 jovens até aos 14 anos), mas ligeiramente abaixo da média nacional (102 idosos por cada 100 jovens até aos 14 anos), sendo a média para o município das Lajes do Pico de 179 idosos.

Das seis freguesias que compõem o concelho das Lajes do Pico, três possuem um índice de envelhecimento elevado, muito superior à média regional, acima dos 200 idosos para cada 100 jovens até aos 14 anos, nomeadamente e por ordem decrescente Calheta de Nesquim, Piedade e Ribeiras. Em sentido inverso, apenas o lugar de Almagreira na freguesia sede do concelho apresenta um índice de envelhecimento mais aproximado do valor da RAA.

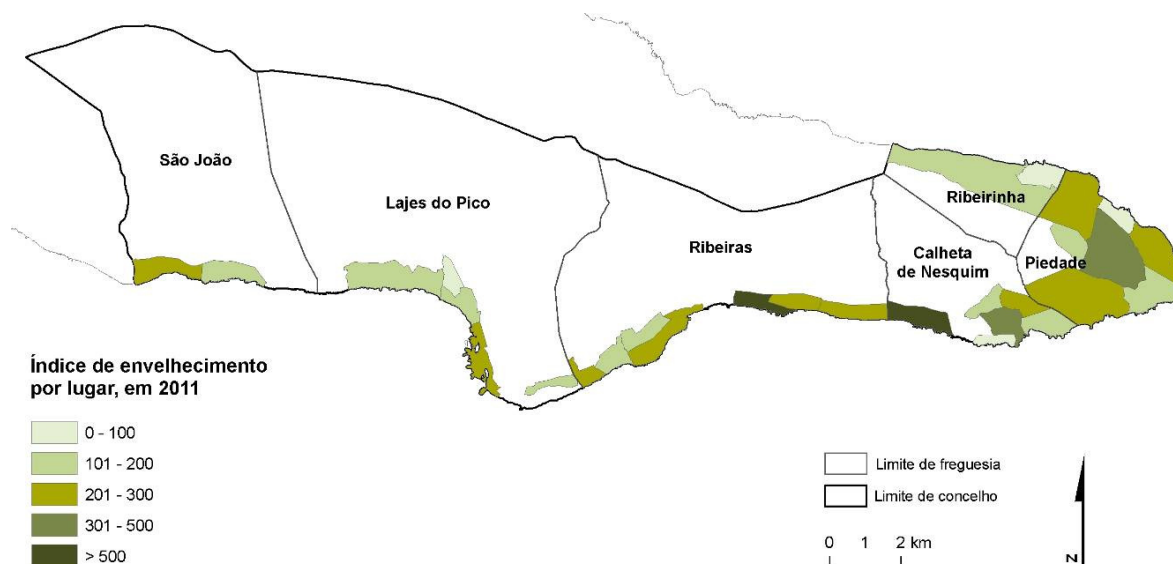
Tabela 1.10_População em idade ativa, índice de envelhecimento e índice de dependência de idosos em 2011, por freguesia e lugar

	População em idade ativa	População idosa	Índice de envelhecimento	Índice de dependência de idosos
Concelho	2524	1035	179,1	41,0
Calheta de Nesquim	150	82	282,8	54,7
Jogo da Bola	30	16	177,8	53,3
Foros	9	14	700,0	155,6
Feiteira	37	8	133,3	21,6
Calheta de Nesquim	64	40	333,3	62,5
Canadas	10	4	0,0	40,0
Lajes do Pico	976	348	141,5	35,7
Almagreira	98	32	84,2	32,7
Silveira	334	99	113,8	29,6
Ribeira do Meio	195	64	193,9	32,8
Lajes do Pico	238	111	209,4	46,6
Terras	102	42	135,5	41,2
Residual	9	0	0,0	0,0
Piedade	477	212	233,0	44,4
Cais do Galego	7	0	0,0	0,0
Calhau	108	50	263,2	46,3
Ponta da Ilha	84	53	378,6	63,1
Altamora	71	20	200,0	28,2
Engrade	8	3	300,0	37,5
Manhenha	101	27	135,0	26,7
Fetais (*)	98	59	218,5	60,2

	População em idade ativa	População idosa	Índice de envelhecimento	Índice de dependência de idosos
Ribeiras	498	224	215,4	45,0
Pontas Negras	40	28	1400,0	70,0
Ribeira Seca	13	5	250,0	38,5
Ribeira Grande	21	5	250,0	23,8
Santa Cruz	201	97	210,9	48,3
Caminho de Cima	119	48	145,5	40,3
Santa Bárbara	53	19	172,7	35,8
Arrife	51	22	275,0	43,1
Ribeirinha	194	86	159,3	44,3
Ribeirinha	166	79	183,7	47,6
Baixa	26	6	54,5	23,1
Residual	2	1	0,0	50,0
São João	229	83	153,7	36,2
Companhia de Baixo	153	51	124,4	33,3
Companhia de Cima	76	32	246,2	42,1

Fonte: Censo 2011, BGRI (INE); (*) Este lugar divide-se por duas freguesias (Calheta de Nesquim e Piedade)

Figura 1.17_Índice de envelhecimento por lugar em 2011



Fonte: Censo 2011, BGRI (INE)

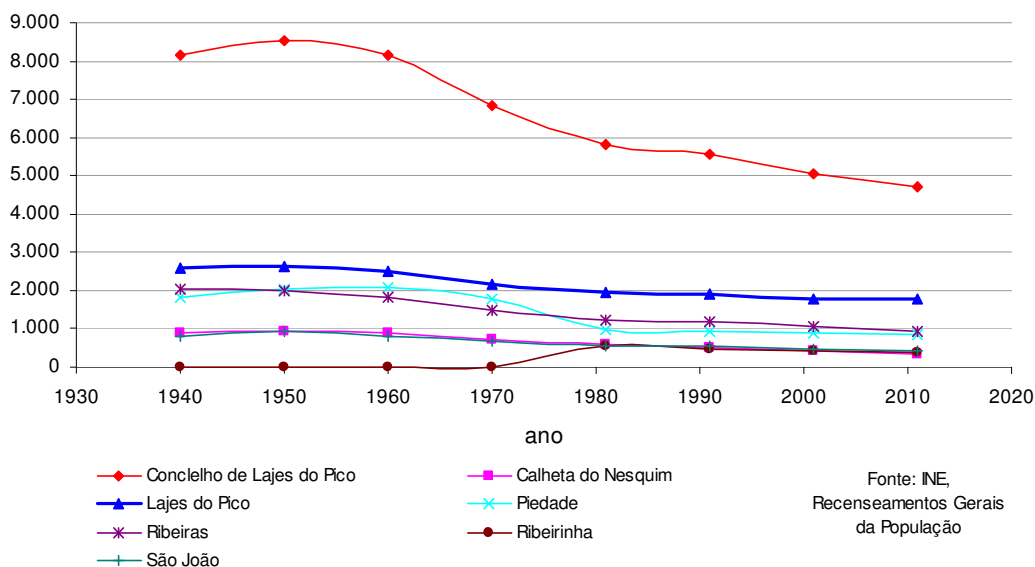
1.4. PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE

A metodologia de projeção da população residente por grupos etários do município de Lajes do Pico e nas respetivas freguesias utilizou como valores de referência os valores efetivos da população total e por grupos etários dos quatro Recenseamentos Gerais da População Residente. Trata-se assim de projetar a tendência passada nas três últimas décadas para futuro.

A projeção da população por grupos etários, quinquenais e da população em idade escolar, atendeu às seguintes orientações ou princípios gerais:

- Presença de um território de reduzida dimensão populacional, o que requer alguns cuidados na análise dos resultados da projeção. O município de Lajes do Pico, com 4 711 habitantes em 2011, apresenta um significativo grau de sensibilidade demográfica, ou seja, é muito sensível a alterações conjunturais resultantes de fenómenos pontuais que poderão por em causa a projeção realizada;

Figura 1.18_Evolução da população residente no concelho e freguesias das Lajes do Pico de 1940 a 2011



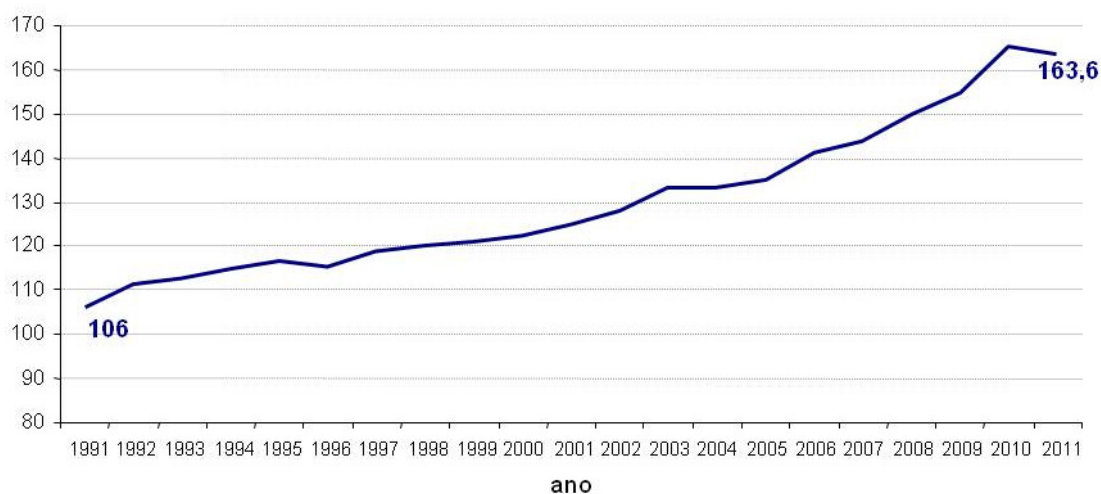
- Presença de um território em perda demográfica significativa desde 1950, à semelhança do sucedido na própria Ilha do Pico;

Tabela 1.11_Taxa de variação da população residente do concelho e freguesias de Lajes do Pico, de 1940 a 2011 (%)

	1940/1950	1950/1960	1960/1970	1970/1981	1981/1991	1991/2001	2001/2011
Concelho de Lajes do Pico	4,5	-4,5	-16,2	-14,7	-4,5	-9,4	-6,5
Calheta de Nesquim	5,6	-3,6	-19,8	-16,8	-18,7	-15,2	-17,7
Lajes do Pico	1,3	-5,0	-14,4	-9,9	-1,1	-7,0	1,2
Piedade	13,3	2,0	-14,6	-44,8	-5,1	-3,8	-6,4
Ribeiras	-3,3	-7,8	-19,5	-16,0	-3,8	-12,0	-11,5
Ribeirinha	-	-	-	-	-10,7	-13,5	-9,0
São João	14,0	-11,4	-14,5	-23,7	4,5	-12,7	-13,0

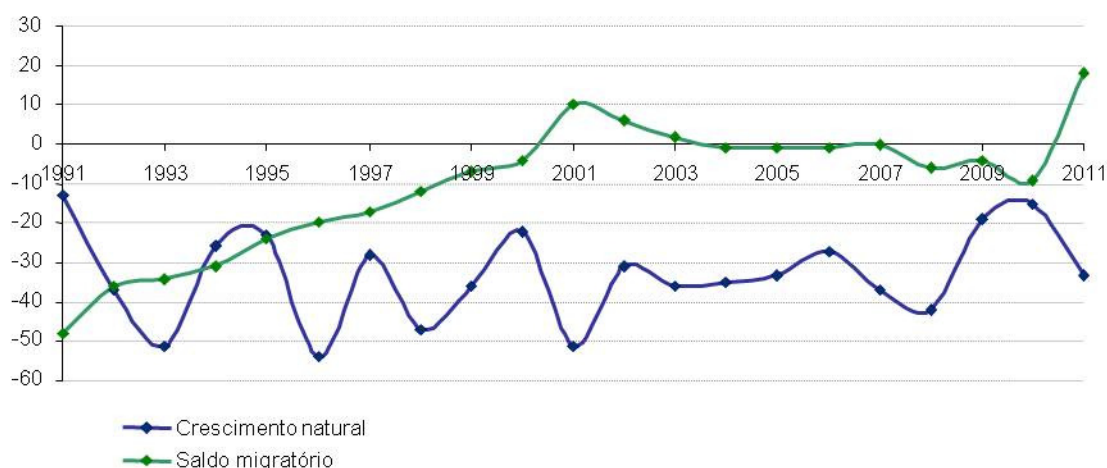
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Figura 1.19_Evolução do Índice de envelhecimento no município das Lajes do Pico, de 1991 a 2011



- Presença de um território em envelhecimento pronunciado, passando de 6 idosos por 100 jovens em 1991, para 25 idosos por 100 jovens em 2001, e para 64 idosos por 100 jovens em 2011;
- Presença de um território com crescimento natural negativo desde 1991 até 2011, e salvo raras exceções (em 2001, 2002, 2003 e 2011) com saldos migratórios negativos. Entre 1991 e 2011, o concelho perdeu por via do saldo natural cerca de 700 habitantes e por via das migrações cerca de 220 habitantes. Revela-se desta forma um território com muito fraca dinâmica demográfica, quer pela via dos fenómenos naturais (natalidade e mortalidade) quer pela via da capacidade de atração de novos residentes pois tem-se comportado em média, neste período, como um território repulsivo. No entanto, regista-se neste período uma evolução favorável do saldo migratório;

Figura 1.20_Saldo natural e migratório no município das Lajes do Pico, de 1991 a 2011



Fonte: INE, Indicadores demográficos.

- Análise centrada na unidade estatística Indivíduos e no atributo idade, considerando os grupos etários quinquenais e os grupos etários relativos aos níveis de ensino (idade escolar);
- Análise histórica (1981, 1991, 2001 e 2011) e prospetiva (2020 e 2030) baseada na projeção da tendência passada nas últimas três décadas;

Assinala-se, desde já, que este tipo de análise incorpora uma margem de erro que é, na generalidade dos casos, bastante difícil de controlar. A debilidade das bases estatísticas disponíveis principalmente a níveis territoriais muito desagregados e o período histórico de grande alteração dos padrões de qualidade de vida e de modelos territoriais que ocorrem atualmente introduzem fatores de incerteza mais ou menos profundos.

Assim, atendendo aos princípios e características anteriormente expostos, o esquema metodológico adotado na projeção demográfica da população por grupos etários assenta sinteticamente nas seguintes etapas:

1ª etapa: Adoção dos valores efetivos da população, por município e freguesia, segundo a idade ano a ano (Censos de 1981, 1991, 2001 e 2011) e **apuramento dos grupos etários quinquenais e de acordo com os níveis de ensino**

Tabela 1.12_População residente no concelho e freguesias por grupo etário quinquenal em 1981, 1991, 2001 e 2011

	Concelho de Lajes do Pico	Calheta de Nesquim	Lajes do Pico	Piedade	Ribeiras	São João	Ribeirinha
1981 Total	5.828	605	1.935	988	1.235	533	532
0 a 4	380	28	133	66	82	30	41
5 a 9	440	63	127	69	97	45	39
10 a 14	448	46	165	78	78	37	44
15 a 19	476	44	155	99	91	48	39

	Concelho de Lajes do Pico	Calheta de Nesquim	Lajes do Pico	Piedade	Ribeiras	São João	Ribeirinha
20 a 24	350	35	109	54	86	37	29
25 a 29	317	21	122	50	75	29	20
30 a 34	286	29	106	41	61	28	21
35 a 39	335	42	129	45	59	26	34
40 a 44	323	33	118	58	64	21	29
45 a 49	357	27	118	64	87	28	33
50 a 54	357	36	103	77	76	34	31
55 a 59	366	37	122	59	74	38	36
60 a 64	371	44	109	61	76	36	45
65 a 69	383	48	123	65	86	30	31
70 a 74	301	29	102	50	66	25	29
75 a 79	186	24	58	32	35	20	17
80 a 84	98	11	21	17	25	13	11
>=85	54	8	15	3	17	8	3
1991 Total	5.563	492	1.913	938	1.188	557	475
0 a 4	341	25	113	68	65	45	25
5 a 9	318	20	131	46	68	29	24
10 a 14	398	25	137	62	89	42	43
15 a 19	421	45	134	61	94	50	37
20 a 24	361	33	132	56	73	34	33
25 a 29	375	30	130	88	73	29	25
30 a 34	343	22	128	54	75	38	26
35 a 39	309	17	113	48	77	35	19
40 a 44	311	23	122	47	66	31	22
45 a 49	322	38	114	43	65	30	32
50 a 54	310	28	105	52	65	30	30
55 a 59	357	31	112	66	80	40	28
60 a 64	321	33	94	71	66	30	27
65 a 69	323	37	98	49	74	31	34
70 a 74	301	39	103	45	62	23	29
75 a 79	228	26	65	40	53	23	21
80 a 84	153	13	54	29	35	8	14
>=85	71	7	28	13	8	9	6
2001 Total	5041	417	1780	902	1045	486	411
0 a 4	236	19	92	41	43	24	17
5 a 9	244	16	111	47	38	17	15
10 a 14	317	26	101	68	57	40	25
15 a 19	310	17	127	43	71	32	20
20 a 24	357	21	139	68	65	30	34
25 a 29	346	36	128	59	64	27	32
30 a 34	321	23	130	54	59	27	28
35 a 39	368	27	116	84	78	37	26

	Concelho de Lajes do Pico	Calheta de Nesquim	Lajes do Pico	Piedade	Ribeiras	São João	Ribeirinha
40 a 44	305	25	106	55	70	30	19
45 a 49	305	15	112	54	72	32	20
50 a 54	326	31	124	47	65	37	22
55 a 59	319	33	108	53	70	26	29
60 a 64	298	27	102	55	62	25	27
65 a 69	301	31	85	55	74	33	23
70 a 74	253	24	73	51	58	27	20
75 a 79	195	23	55	28	43	23	23
80 a 84	144	14	48	23	29	13	17
>=85	96	9	23	17	27	6	14
2011 Total	4.711	343	1.802	844	925	423	374
0 a 4	183	7	75	32	36	16	17
5 a 9	206	12	91	29	34	17	23
10 a 14	234	19	95	38	42	24	16
15 a 19	246	14	117	40	41	20	14
20 a 24	283	22	100	53	50	34	24
25 a 29	256	7	115	44	56	22	12
30 a 34	333	14	154	74	49	21	21
35 a 39	347	36	128	56	65	31	31
40 a 44	346	29	136	55	61	28	37
45 a 49	352	23	111	79	77	36	26
50 a 54	305	22	116	49	62	30	26
55 a 59	297	16	111	54	67	31	18
60 a 64	288	24	105	45	61	30	23
65 a 69	291	34	102	49	58	20	28
70 a 74	261	22	92	56	50	19	22
75 a 79	231	18	76	46	54	24	13
80 a 84	134	15	42	28	32	8	9
>=85	118	9	36	17	30	12	14

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Tabela 1.13_População residente no concelho e freguesias de Lajes do Pico, por grupo etário relativo aos níveis de ensino, em 1981, 1991, 2001 e 2011

	Concelho de Lajes do Pico	Calheta de Nesquim	Lajes do Pico	Piedade	Ribeiras	São João	Ribeirinha
1981 Total	5.828	605	1.935	988	1.235	533	532
3 a 5	253	29	88	40	59	15	22
6 a 9	352	47	98	59	77	37	34
10 a 11	165	18	65	29	29	14	10
12 a 14	283	28	100	49	49	23	34
15 a 17	300	29	99	68	50	27	27

	Concelho de Lajes do Pico	Calheta de Nesquim	Lajes do Pico	Piedade	Ribeiras	São João	Ribeirinha
1991 Total	5.563	492	1.913	938	1.188	557	475
3 a 5	199	13	74	40	43	16	13
6 a 9	259	16	107	37	51	26	22
10 a 11	163	10	57	20	41	18	17
12 a 14	235	15	80	42	48	24	26
15 a 17	256	19	88	36	63	31	19
2001 Total	5.041	417	1.780	902	1.045	486	411
3 a 5	139	13	57	24	24	14	7
6 a 9	188	12	85	39	31	10	11
10 a 11	122	10	41	27	18	14	12
12 a 14	195	16	60	41	39	26	13
15 a 17	178	10	67	26	42	20	13
2011 Total	4.711	343	1.802	844	925	423	374
3 a 5	117	6	53	21	14	6	17
6 a 9	156	10	69	20	27	12	18
10 a 11	107	7	52	12	14	12	10
12 a 14	127	12	43	26	28	12	6
15 a 17	139	8	73	18	22	12	6

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

2ª etapa: Projeção dos valores efetivos da população do município (Censos de 1981, 1991, 2001 e 2011), segundo os grandes grupos etários (0 a 14; 15 a 24; 25 a 64 e >=65) e de acordo com os níveis de ensino, para 2020 e 2025

Tabela 1.14_Projeção da população residente no concelho e freguesias de Lajes do Pico, para 2020 e 2025, por grupo etário quinquenal

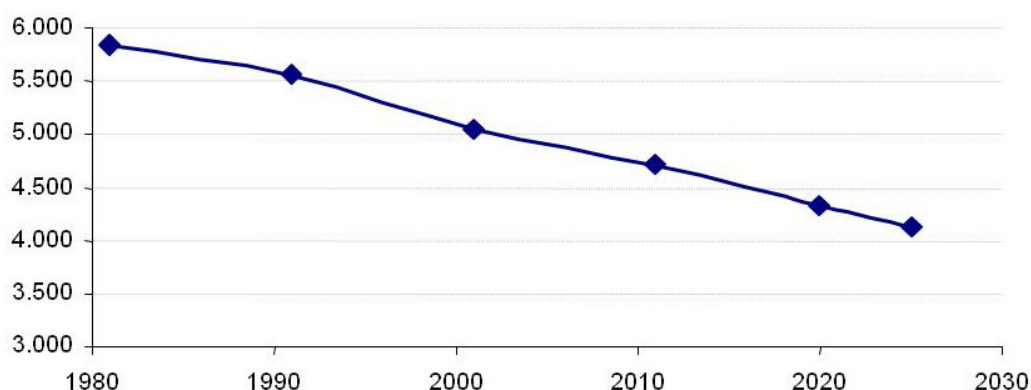
	1981	1991	2001	2011	2020	2025
Total	5.828	5.563	5.041	4.711	4.318	4.124
0 a 14	1.268	1.057	797	623	388	278
15 a 24	826	782	667	529	450	399
25 a 64	2.712	2.648	2.588	2.524	2.462	2.431
>=65	1.022	1.076	989	1.035	1.019	1.016

Fonte: INE, dados de base. Projeções da equipa do estudo

O recurso à projeção da população segundo grupos etários mais alargados deve-se ao facto de considerarmos a projeção de valores mais elevados, controlando melhor o erro implícito na projeção de valores muito pequenos, como seriam os relativos aos grupos etários quinquenais ou das idades escolares.

Os valores da população de Lajes do Pico para 2020 e 2025 resultam do somatório dos valores por grandes grupos etários projetados para os mesmos anos. Por outro lado, os valores projetados para 2025 resultam da consideração de metade do acréscimo ou decréscimo registado em cada um destes grupos etários, entre 2020 e 2030.

Figura 1.21_Evolução da população residente no município das Lajes do Pico, de 1981 a 2025



Fonte: INE e apuramentos da equipa do estudo

Atendendo ao método das quotas de distribuição da população do concelho por grupos etários quinquenais e relativos às idades escolares face à população segundo os grandes grupos etários, tornou-se possível estimar a população concelhia para estes grupos etários mais finos para os anos 2020 e 2025.

Tabela 1.15_Projeção para 2020 e 2025 do peso relativo da população segundo os grupos etários quinquenais, para as Lajes do Pico

	1981	1991	2001	2011	2020	2025
0 a 4	0,300	0,323	0,296	0,294	0,292	0,290
5 a 9	0,347	0,301	0,306	0,331	0,310	0,308
10 a 14	0,353	0,377	0,398	0,376	0,398	0,402
15 a 19	0,576	0,538	0,465	0,465	0,409	0,389
20 a 24	0,424	0,462	0,535	0,535	0,591	0,611
25 a 29	0,117	0,142	0,134	0,101	0,110	0,107
30 a 34	0,105	0,130	0,124	0,132	0,141	0,145
35 a 39	0,124	0,117	0,142	0,137	0,147	0,150
40 a 44	0,119	0,117	0,118	0,137	0,136	0,139
45 a 49	0,132	0,122	0,118	0,139	0,133	0,134
50 a 54	0,132	0,117	0,126	0,121	0,118	0,117
55 a 59	0,135	0,135	0,123	0,118	0,112	0,109
60 a 64	0,137	0,121	0,115	0,114	0,103	0,100
65 a 69	0,375	0,300	0,304	0,281	0,246	0,232
70 a 74	0,295	0,280	0,256	0,252	0,233	0,225
75 a 79	0,182	0,212	0,197	0,223	0,231	0,236
80 a 84	0,096	0,142	0,146	0,129	0,154	0,160
>=85	0,053	0,066	0,097	0,114	0,136	0,147

Fonte: INE e projeções da equipa do estudo

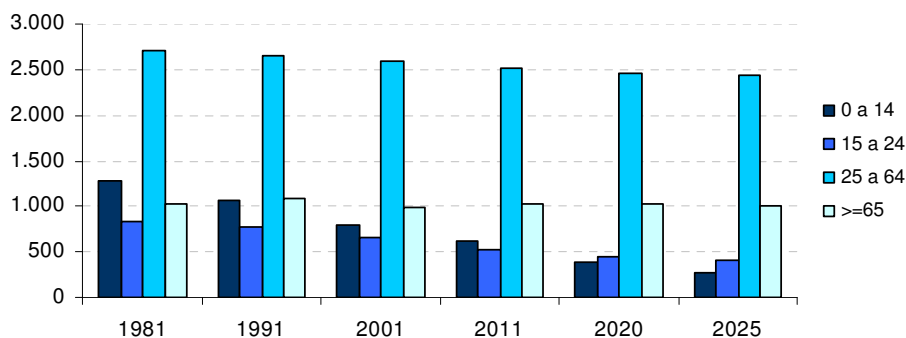
Os quantitativos populacionais projetados por grupo etário quinquenal resultam do produto destas quotas pelos valores projetados para os grandes grupos etários do total do concelho.

Tabela 1.16_Projeção da população residente no município das Lajes do Pico para 2020 e 2025 por grupo etário quinquenal

	1981	1991	2001	2011	2020	2025
Total	5.828	5.563	5.041	4.711	4.318	4.124
0 a 4	380	341	236	183	113	80
5 a 9	440	318	244	206	120	86
10 a 14	448	398	317	234	154	112
15 a 19	476	421	310	246	184	155
20 a 24	350	361	357	283	266	244
25 a 29	317	375	346	256	270	260
30 a 34	286	343	321	333	348	352
35 a 39	335	309	368	347	361	365
40 a 44	323	311	305	346	336	338
45 a 49	357	322	305	352	326	325
50 a 54	357	310	326	305	291	284
55 a 59	366	357	319	297	275	264
60 a 64	371	321	298	288	254	242
65 a 69	383	323	301	291	251	236
70 a 74	301	301	253	261	237	229
75 a 79	186	228	195	231	235	240
80 a 84	98	153	144	134	157	162
>=85	54	71	96	118	139	149

Fonte: INE e projeções da equipa do estudo

Figura 1.22_Evolução da população residente no município das Lajes do Pico, por grandes grupos etários, de 1981 a 2025



Fonte: INE e projeções da equipa do estudo

Igual metodologia foi seguida para o apuramento da população residente em 2020 e 2025 por grupos etários relativos aos diferentes níveis de ensino.

Tabela 1.17_Projeção da população para 2020 e 2025 do peso relativo da população segundo os grupos etários escolares, para o município das Lajes do Pico

	1981	1991	2001	2011	2020	2025
3 a 5	0,200	0,188	0,174	0,188	0,175	0,173
6 a 9	0,278	0,245	0,236	0,250	0,230	0,225
10 a 11	0,130	0,154	0,153	0,172	0,183	0,189
12 a 14	0,223	0,222	0,245	0,204	0,215	0,213
15 a 17	0,363	0,327	0,267	0,263	0,215	0,197

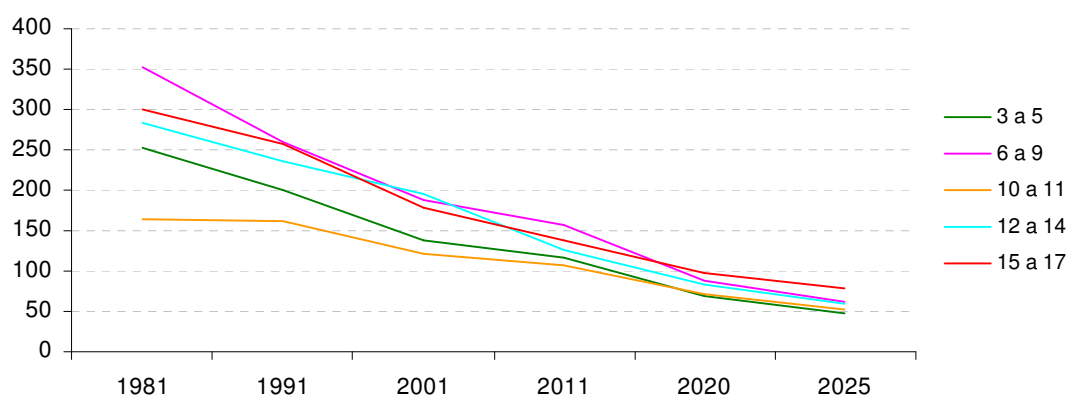
Fonte: INE e projeções da equipa do estudo

Tabela 1.18_Projeção da população residente no município das Lajes do Pico para 2020 e 2025 por grupo etário escolar

	1981	1991	2001	2011	2020	2025
3 a 5	253	199	139	117	68	48
6 a 9	352	259	188	156	89	62
10 a 11	165	163	122	107	71	53
12 a 14	283	235	195	127	83	59
15 a 17	300	256	178	139	96	78

Fonte: INE e projeções da equipa do estudo

Figura 1.23_Evolução da população residente no município das Lajes do Pico em idade escolar, de 1981 a 2025



Fonte: INE e projeções da equipa do estudo

3ª etapa: Projeção da população do município (2020 e 2025), segundo os grandes grupos etários quinquenais e de acordo com os níveis de ensino, por freguesia

À semelhança do método anteriormente aplicado para apuramento dos valores populacionais do concelho por grupos etários específicos, a aplicação do método das quotas de distribuição da população das freguesias face ao concelho e a sua projeção permitiu o apuramento dos quantitativos populacionais por freguesia do concelho de Lajes do Pico nos anos 2020 e 2025.

Tabela 1.19_Projeção da população das freguesias do município das Lajes do Pico, segundo os grandes grupos etários

		1981	1991	2001	2011	2020	2025
Calheta de Nesquim	0 a 14	137	70	61	38	18	11
	15 a 24	79	78	38	36	22	17
	25 a 64	269	222	217	171	148	135
	>=65	120	122	101	98	89	84
Lajes do Pico	0 a 14	425	381	304	261	171	127
	15 a 24	264	266	266	217	202	186
	25 a 64	927	918	926	976	972	977
	>=65	319	348	284	348	330	331
Piedade	0 a 14	213	176	156	99	67	48
	15 a 24	153	117	111	93	75	66
	25 a 64	455	469	461	456	458	457
	>=65	167	176	174	196	199	203

		1981	1991	2001	2011	2020	2025
Ribeiras	0 a 14	257	222	138	112	64	44
	15 a 24	177	167	136	91	75	64
	25 a 64	572	567	540	498	483	471
	>=65	229	232	231	224	225	224
São João	0 a 14	112	116	81	57	38	27
	15 a 24	85	84	62	54	44	38
	25 a 64	240	263	241	229	229	226
	>=65	96	94	102	83	86	85
Ribeirinha	0 a 14	124	92	57	56	30	21
	15 a 24	68	70	54	38	32	28
	25 a 64	249	209	203	194	173	165
	>=65	91	104	97	86	89	88

Fonte: INE e projeções da equipa do estudo

Tabela 1.20_Projeção da população das freguesias do município das Lajes do Pico, segundo os grupos etários quinquenais

		1981	1991	2001	2011	2020	2025
Calheta de Nesquim	0 a 4	28	25	19	7	4	2
	5 a 9	63	20	16	12	4	2
	10 a 14	46	25	26	19	10	6
	15 a 19	44	45	17	14	7	5
	20 a 24	35	33	21	22	15	12
	25 a 29	21	30	36	7	13	11
	30 a 34	29	22	23	14	12	10
	35 a 39	42	17	27	36	29	28
	40 a 44	33	23	25	29	25	23
	45 a 49	27	38	15	23	18	16
	50 a 54	36	28	31	22	20	18
	55 a 59	37	31	33	16	15	13
	60 a 64	44	33	27	24	18	16
	65 a 69	48	37	31	34	27	25
	70 a 74	29	39	24	22	20	18
	75 a 79	24	26	23	18	18	17
	80 a 84	11	13	14	15	16	16
	>=85	8	7	9	9	9	9
Lajes do Pico	0 a 4	133	113	92	75	48	35
	5 a 9	127	131	111	91	65	49
	10 a 14	165	137	101	95	58	42
	15 a 19	155	134	127	117	98	89
	20 a 24	109	132	139	100	104	98
	25 a 29	122	130	128	115	118	116
	30 a 34	106	128	130	154	166	173
	35 a 39	129	113	116	128	121	120

		1981	1991	2001	2011	2020	2025
	40 a 44	118	122	106	136	129	131
	45 a 49	118	114	112	111	107	106
	50 a 54	103	105	124	116	127	129
	55 a 59	122	112	108	111	103	101
	60 a 64	109	94	102	105	101	100
	65 a 69	123	98	85	102	82	78
	70 a 74	102	103	73	92	77	74
	75 a 79	58	65	55	76	74	76
	80 a 84	21	54	48	42	57	60
	>=85	15	28	23	36	40	43
Piedade	0 a 4	66	68	41	32	20	14
	5 a 9	69	46	47	29	19	13
	10 a 14	78	62	68	38	28	20
	15 a 19	99	61	43	40	22	17
	20 a 24	54	56	68	53	52	49
	25 a 29	50	88	59	44	48	46
	30 a 34	41	54	54	74	80	85
	35 a 39	45	48	84	56	75	79
	40 a 44	58	47	55	55	53	53
	45 a 49	64	43	54	79	74	77
	50 a 54	77	52	47	49	34	29
	55 a 59	59	66	53	54	51	49
	60 a 64	61	71	55	45	42	39
	65 a 69	65	49	55	49	43	40
	70 a 74	50	45	51	56	56	57
	75 a 79	32	40	28	46	44	45
	80 a 84	17	29	23	28	31	33
	>=85	3	13	17	17	25	28
Ribeiras	0 a 4	82	65	43	36	20	14
	5 a 9	97	68	38	34	16	11
	10 a 14	78	89	57	42	27	20
	15 a 19	91	94	71	41	34	28
	20 a 24	86	73	65	50	41	36
	25 a 29	75	73	64	56	51	48
	30 a 34	61	75	59	49	48	46
	35 a 39	59	77	78	65	73	73
	40 a 44	64	66	70	61	63	63
	45 a 49	87	65	72	77	70	69
	50 a 54	76	65	65	62	57	55
	55 a 59	74	80	70	67	65	64
	60 a 64	76	66	62	61	55	53
	65 a 69	86	74	74	58	52	48
	70 a 74	66	62	58	50	46	44

		1981	1991	2001	2011	2020	2025
	75 a 79	35	53	43	54	58	60
	80 a 84	25	35	29	32	34	35
	>=85	17	8	27	30	35	38
São João	0 a 4	30	45	24	16	11	8
	5 a 9	45	29	17	17	8	5
	10 a 14	37	42	40	24	19	14
	15 a 19	48	50	32	20	15	12
	20 a 24	37	34	30	34	29	26
	25 a 29	29	29	27	22	21	20
	30 a 34	28	38	27	21	20	19
	35 a 39	26	35	37	31	36	37
	40 a 44	21	31	30	28	32	33
	45 a 49	28	30	32	36	38	39
	50 a 54	34	30	37	30	31	31
	55 a 59	38	40	26	31	25	24
	60 a 64	36	30	25	30	25	24
	65 a 69	30	31	33	20	21	20
	70 a 74	25	23	27	19	20	19
	75 a 79	20	23	23	24	26	26
	80 a 84	13	8	13	8	8	8
	>=85	8	9	6	12	11	12
Ribeirinha	0 a 4	41	25	17	17	9	6
	5 a 9	39	24	15	23	11	8
	10 a 14	44	43	25	16	10	7
	15 a 19	39	37	20	14	9	6
	20 a 24	29	33	34	24	23	21
	25 a 29	20	25	32	12	17	16
	30 a 34	21	26	28	21	23	23
	35 a 39	34	19	26	31	27	27
	40 a 44	29	22	19	37	31	31
	45 a 49	33	32	20	26	20	19
	50 a 54	31	30	22	26	22	21
	55 a 59	36	28	29	18	16	14
	60 a 64	45	27	27	23	16	14
	65 a 69	31	34	23	28	24	24
	70 a 74	29	29	20	22	18	16
	75 a 79	17	21	23	13	16	15
	80 a 84	11	14	17	9	12	12
	>=85	3	6	14	14	19	21

Fonte: INE e projeções da equipa do estudo

Os resultados obtidos para a população em idade escolar constantes na tabela seguinte permitem concluir que a população em idade escolar no município das Lajes do Pico tenderá a diminuir até 2025, perdendo no período entre 2011 e 2025, mais de metade da sua população escolar. Esta tendência será seguida por todas as freguesias do concelho, sendo o grupo dos 6 aos 9 anos o que

mais população irá perder, seguido pelo grupo do pré-escolar. O grupo com idades compreendidas entre os 10 e os 11 será o que terá uma variação menos negativa.

Esta diminuição da população em idade escolar resultará numa quebra do peso destes grupos na população total, embora se preveja uma variação do peso distinta para os diversos grupos etários.

Tabela 1.21_Projeção da população das freguesias do município das Lajes do Pico, segundo os grupos etários relativos aos níveis de ensino

		1981	1991	2001	2011	2020	2025
Calheta de Nesquim	3 a 5	29	13	13	6	3	2
	6 a 9	47	16	12	10	3	1
	10 a 11	18	10	10	7	4	2
	12 a 14	28	15	16	12	7	5
	15 a 17	29	19	10	8	4	2
Lajes do Pico	3 a 5	88	74	57	53	33	24
	6 a 9	98	107	85	69	47	35
	10 a 11	65	57	41	52	32	25
	12 a 14	100	80	60	43	26	18
	15 a 17	99	88	67	73	53	45
Piedade	3 a 5	40	40	24	21	13	9
	6 a 9	59	37	39	20	13	9
	10 a 11	29	20	27	12	10	7
	12 a 14	49	42	41	26	19	14
	15 a 17	68	36	26	18	9	6
Ribeiras	3 a 5	59	43	24	14	6	3
	6 a 9	77	51	31	27	13	9
	10 a 11	29	41	18	14	8	6
	12 a 14	49	48	39	28	19	14
	15 a 17	50	63	42	22	19	15
São João	3 a 5	15	16	14	6	5	3
	6 a 9	37	26	10	12	5	3
	10 a 11	14	18	14	12	9	7
	12 a 14	23	24	26	12	10	7
	15 a 17	27	31	20	12	9	8
Ribeirinha	3 a 5	22	13	7	17	9	6
	6 a 9	34	22	11	18	9	6
	10 a 11	10	17	12	10	8	6
	12 a 14	34	26	13	6	2	0
	15 a 17	27	19	13	6	3	2

Fonte: INE e projeções da equipa do estudo

A tendência de perda de população com idade para frequentar o **ensino pré-escolar** (entre os 3 e os 5 anos) irá manter-se nos próximos anos, acentuando-se significativamente até 2025, altura em que o número de crianças neste intervalo etário será muito baixo. A freguesia das Lajes do Pico será a que apresentará maior densidade de crianças nesta faixa etária (24) e semelhante à soma das demais freguesias, o que reflete a baixa expressão do volume de crianças, nesta faixa etária, que cada uma das demais freguesias terá por si só.

Este é um panorama que deverá conduzir inevitavelmente a uma reflexão sobre o reordenamento da rede educativa ao nível do Pré-escolar.

Relativamente ao intervalo etário correspondente ao **1.º Ciclo** (entre os 6 e os 9 anos de idade), as projeções apontam para que a freguesia das Lajes do Pico seja a que deverá continuar a ter uma maior população destas idades, embora com uma diminuição prevista para metade entre 2011 e 2025. As freguesias da Ribeirinha, Piedade e Calheta de Nesquim deverão ter, no seu conjunto, 25 alunos em idade de frequência do 1.º ciclo no ano 2020 e 16 crianças em 2025.

De acordo com as projeções demográficas elaboradas pela equipa nos próximos anos, estima-se um decréscimo populacional quer para o escalão etário dos 10 aos 11 anos de idade, quer para o referente aos 12 a 14 anos de idade.

Em 2020, estima-se que exista um número de alunos no **2.º e 3.º ciclos** semelhante ao verificado no último ano letivo em que há registo (2012/2013), mas que a tendência de decréscimo será mais evidente no 3.º ciclo face à situação atual. Em 2025, estima-se que o contexto continue a evoluir para uma baixa populacional estimando-se a existência de 53 jovens no escalão dos 10 aos 11 anos de idade e 65 jovens no escalão dos 12 aos 14 anos de idade.

Finalmente, o grupo etário correspondente ao nível de **ensino secundário** apresenta a mesma tendência, estimando-se que em 2020 existam apenas 97 jovens entre os 15 e 17 anos e, em 2025, apenas 78, em todo o concelho.

2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA E TERRITORIAL DO CONCELHO

2.1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA E QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

De acordo com os dados do Anuário Estatístico dos Açores de 2011, existiam no concelho das Lajes do Pico em 2010 cerca de 689 empresas (incluindo empresas individuais) as quais empregavam 1076 indivíduos. Contudo, e uma vez que irá proceder-se à caracterização da estrutura empresarial e do respetivo pessoal de serviço por setor de atividade, serão analisados em particular os dados mais recentes que constam dos Quadros de Pessoal da RAA divulgados pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional, mesmo não sendo completamente ilustrativos do panorama das empresas (visto não incluírem a administração central, regional e local, bem como dos institutos públicos nas modalidades de serviço personalizado do Estado e de fundo público, pessoas coletivas de direito público e os empresários em nome individual e as atividades por conta própria no sector primário). Não obstante, podem constituir uma ideia clara acerca das atividades económicas predominantes no concelho, que complementa a análise da distribuição da população residente por grandes sectores de atividade.

2.1.1 NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÓMICA E DESEMPREGO

Os dados relativos à estrutura empresarial ilustram a distribuição das empresas, estabelecimentos e pessoas ao serviço, por atividades económicas e dimensão.

Segundo os dados mais recentes divulgados pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional e que reportam ao ano de 2011, na RAA existiam 5.350 empresas sediadas nos Açores de um total de 7.349 estabelecimentos de empresas. Na Ilha do Pico, por sua vez existiam 365 empresas, das quais apenas 97 se localizavam no município das Lajes do Pico.

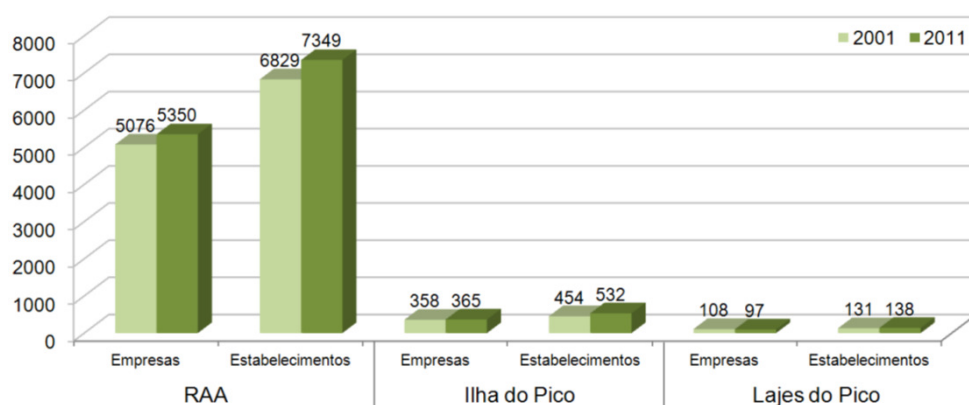
Tabela 2.1_ Total e variação de empresas e estabelecimentos na última década (2001-2011)

Localização da sede da empresa	Total de empresas sediadas nos Açores		Variação 2001/ 2011	Total de estabelecimentos		Variação 2001/ 2011
	2001	2011		2001	2011	
RAA	5076	5350	5,4%	6829	7349	7,6%
Ilha do Pico	358	365	1,9%	454	532	17,2%
Lajes do Pico	108	97	-10,1%	131	138	5,3%
Madalena	156	163	4,5%	201	260	29,4%
São Roque do Pico	94	105	11,7%	122	134	9,8%

Fonte: Estrutura empresarial. Publicação do Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2001 e 2011

Através da observação da tabela anterior é possível constatar que o município apresenta o menor número de sedes de empresas da Ilha, próximo dos valores registados para o concelho de São Roque do Pico, mas muito longe do potencial económico da Madalena - que beneficia da relação privilegiada com a Horta. De salientar que as Lajes do Pico constituem o único concelho da ilha a registar um decréscimo do número de empresas nele sediadas (na ordem dos 10%), sendo São Roque do Pico o que demonstra uma maior evolução neste aspeto, com um crescimento significativo nos últimos 10 anos.

Figura 2.1_Total e variação de empresas e estabelecimentos na última década no município das Lajes do Pico

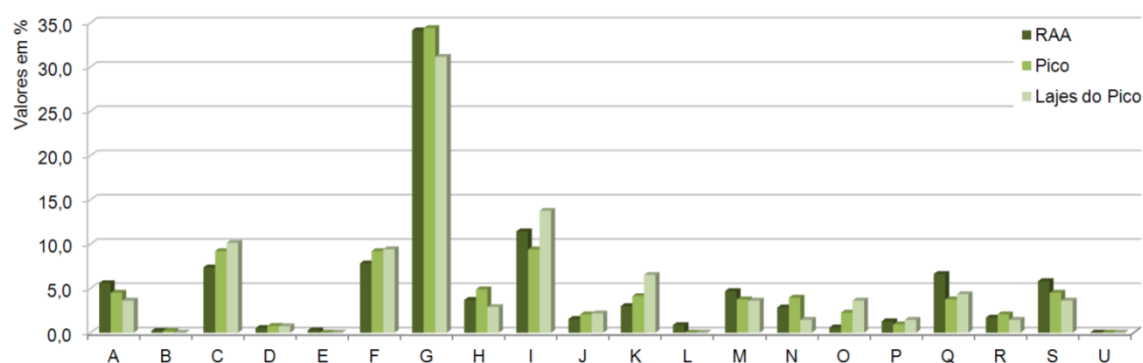


Fonte: Estrutura empresarial. Publicação do Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2001 e 2011

A tabela e figura anteriores apresentam uma comparação das dinâmicas empresariais da RAA e do concelho das Lajes do Pico. Segundo os dados apresentados, existiam na RAA, em 2011, 7.349 estabelecimentos de empresas (assim designado por incluir as sedes de empresas e suas filiais) o que corresponde a uma variação positiva de 7,6% face ao ano 2001. Para o mesmo período, o município das Lajes do Pico apresentou um crescimento de 5,3% o que significa um aumento de 7 estabelecimentos no concelho, totalizando 138 estabelecimentos (em 2011). Quando comparados com os valores para a ilha e a Região, esta dinâmica, ainda que positiva, revela-se manifestamente inferior. Relativamente às empresas sediadas no concelho, registou-se um decréscimo de aproximadamente 10%, contrariando a tendência verificada na ilha e na RAA.

Em seguida, será feita uma abordagem à repartição dos estabelecimentos de empresas por sector de atividade (por secção, de acordo com a classificação das atividades económicas CAE Rev3). Contudo, deve ter-se em conta que estes dados não são completamente representativos do emprego no concelho, pois não incluem os empresários em nome individual, nem as atividades por conta própria integradas no sector primário. De qualquer forma, dão uma ideia muito clara acerca dos sectores de atividade predominantes nas Lajes do Pico, que complementa a visão estrita retirada da análise da distribuição da população residente por grandes sectores de atividade feita no ponto anterior.

Figura 2.2_Distribuição dos estabelecimentos de empresas nos Açores por sector de atividade (2011)



Sectores de atividade (CAE.Rev3)

A – Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	H – Transportes e armazenagem	O – Administração pública, defesa, segurança social obrigatória
B – Indústrias extrativas	I – Alojamento, restauração e similares	P – Educação
C – Indústrias transformadoras	J – Atividades de informação e de comunicação	Q – Atividades de saúde humana e apoio social
D – Eletricidade, Gás, Vapor, Água quente e fria, Ar frio	K – Atividades financeiras e de seguros	R – Atividades artísticas, desportivas e recreativas
E – Distribuição de água, saneamento e resíduos	L – Atividades Imobiliárias	S – Outras atividades de serviços
F – Construção	M – Atividades de consultoria, científicas e técnicas	U – Organismos internacionais e extraterritoriais
G – Comércio (por grosso e a retalho), reparação de veículos automóveis	N – Atividades administrativas e serviços de apoio	

Fonte: Estrutura empresarial. Publicação do Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2011

Através da análise da figura anterior é possível verificar que, genericamente, os sectores de atividade seguem a mesma tendência tanto na Região, como na ilha do Pico e no concelho: o sector do comércio por grosso e a retalho (sector de atividade G) domina o tecido empresarial açoriano, representando cerca de 35% das empresas na RAA e mais de 30% no município das Lajes do Pico, seguido do sector do alojamento, restauração e similares (sector I) contabilizando quase cerca de 15% das empresas no concelho. Aliás, é interessante verificar que a presença de atividades associadas ao turismo é mais significativa nas Lajes do Pico em comparação com a ilha onde se localiza ou mesmo a Região.

Por sua vez, os sectores de atividade “Indústrias transformadoras” (secção C) e “Construção” (secção F) têm também um peso significativo nas empresas do concelho: cerca de 10% e 9%, respetivamente, das empresas das Lajes do Pico funcionam neste sector. De referir ainda alguma relevância das atividades associadas ao sector agropecuário (cerca de 4% das empresas), bem como das atividades financeiras e de seguros, as de saúde humana e apoio social e outras atividades de serviços, evidenciando a importância do sector terciário na estrutura empresarial do município. Os restantes sectores de atividade são pouco representativos, evidenciando valores inferiores 3% ou mesmo inexistentes.

No que diz respeito à dimensão dos estabelecimentos (incluindo sedes de empresas) pode dizer-se que o tecido empresarial da Região Autónoma dos Açores é dominado por microempresas, sendo que cerca de 85% das empresas emprega menos de 10 pessoas. O peso deste escalão no município das Lajes do Pico é ainda mais elevado, cerca de 88%, existindo apenas 3% (5 empresas) com mais de 20 trabalhadores.

Tabela 2.2_Estabelecimentos por número de trabalhadores ao serviço, 2011

Unidade geográfica	Total de Estabelecimentos	< 10	10 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 e mais
RAA	7714	6566	672	334	100	26	16	0
Ilha do Pico	532	462	46	19	4	0	1	0
Lajes do Pico	138	121	12	5	0	0	0	0

Gráfico

- até 9 trabalhadores
- entre 10 e 19 trabalhadores
- entre 20 e 49 trabalhadores
- entre 50 e 99 trabalhadores
- entre 100 a 199 trabalhadores
- entre 200 e 499 trabalhadores
- 500 trabalhadores e mais

Fonte: Estrutura Empresarial por ilha e concelho 2011, Observatório do Emprego e Formação Profissional

Quanto às empresas de maior dimensão que se localizam na RAA, existem apenas 100 médias empresas (em que trabalham entre 50 e 199 pessoas) das quais 4 situadas na ilha do Pico, mas nenhuma nas Lajes do Pico. A tabela anterior ilustra o panorama da dimensão dos estabelecimentos de empresas na Região, com especial atenção para realidade do concelho das Lajes do Pico. Além de não existirem grandes empresas no concelho, existem apenas 16 em toda a RAA, em que apenas 1 possui sede na ilha do Pico.

Com vista à análise da distribuição das empresas por classe de atividade ao nível das freguesias, recorreu-se à informação mais recente disponibilizada pela autarquia complementada pelos levantamentos de campo efetuados em janeiro de 2013. Assim, apresenta-se de seguida uma breve análise da distribuição das empresas e estabelecimentos existentes no município das Lajes do Pico, em 2013, por sector de atividade, no sentido de completar a caracterização da estrutura empresarial atual.

A tabela e gráfico seguintes servem para confirmar, em termos genéricos, a presença significativa dos estabelecimentos de comércio em quase todas as freguesias, com exceção da Calheta de Nesquim, cujas atividades económicas estão sobretudo associadas à agricultura e indústria transformadora. A freguesia da Ribeirinha, por sua vez, apresenta também uma menor diversidade de estabelecimentos,

dominada claramente pela indústria transformadora, nomeadamente as carpintarias, cujo peso representa 80% dos estabelecimentos aqui localizados.

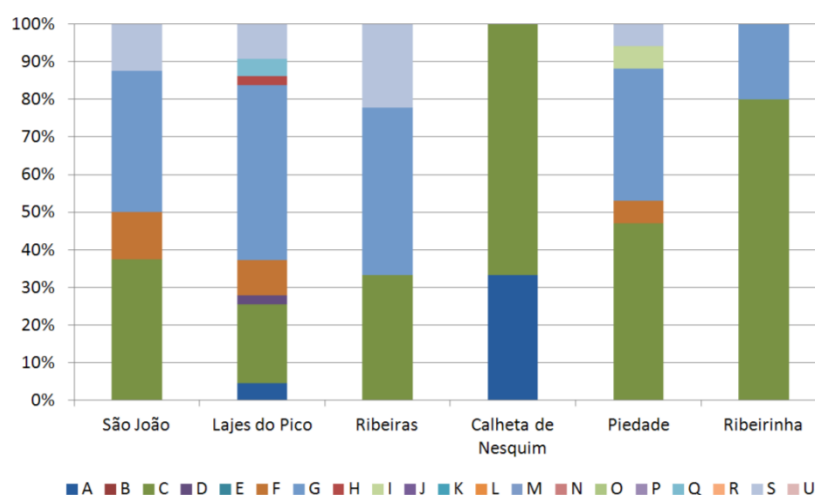
Tabela 2.3_Distribuição dos estabelecimentos por classe de atividade (CAE Rev3), por freguesia, em 2013

	AB	C	DE	F	G	H	I	JKLMN	OP	Q	RS	U	Total
São João	0	3	0	1	3	0	0	0	0	0	1	0	8
Lajes do Pico	2	9	1	4	20	1	0	0	0	2	4	0	43
Ribeiras	0	3	0	0	4	0	0	0	0	0	2	0	9
Calheta de Nesquim	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Piedade	0	8	0	1	6	0	1	0	0	0	1	0	17
Ribeirinha	0	8	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	10
Concelho	3	33	1	6	35	1	1	0	0	2	8	0	90

Fonte: CM Lajes do Pico

A sede do concelho apresenta uma grande variedade de sectores de atividade, dominada, mais uma vez pelos estabelecimentos comerciais e de serviços, seguida da indústria transformadora, sendo, em conjunto com São João, as freguesias onde se concentram as empresas associadas à construção civil.

Figura 2.3_Distribuição dos estabelecimentos por classe de atividade (CAE Rev3), por freguesia, em 2013

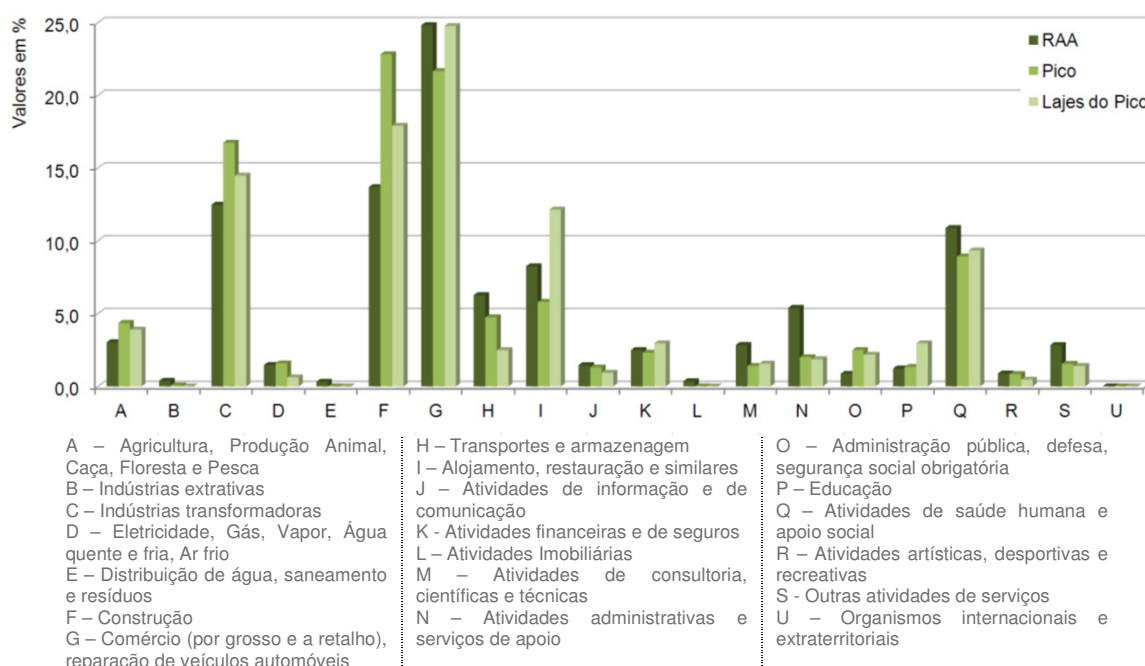


Fonte: CM Lajes do Pico

Analisando agora cada sector de atividade segundo o número de pessoas ao serviço em 2011, no concelho das Lajes do Pico existiam 642 indivíduos residentes a trabalhar nos estabelecimentos de empresas (fonte - Quadros de Pessoal da RAA, 2011).

Assim sendo, o sector mais representativo segundo a variável “nº de pessoas ao serviço” é o sector do “Comércio” (Classe G) que emprega cerca de 25% dos residentes no município das Lajes do Pico ao serviço de empresas, percentagem equivalente à média da RAA, sendo também o sector de atividade mais representativo em termos de número de estabelecimentos. Por ordem decrescente, nas Lajes do Pico, surge o sector da “Construção” (F) com cerca de 17% dos trabalhadores em empresas e ainda o sector da “Indústria transformadora” (C) com aproximadamente 14% e do “Alojamento, restauração e similares” (I) com cerca de 12%.

Figura 2.4_Distribuição do pessoal ao serviço nos estabelecimentos de empresas por sector de atividade, em 2011



Fonte: Estrutura empresarial. Publicação do Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2011

Relativamente ao desemprego é possível verificar que, em 2011, existiam no município das Lajes do Pico 135 residentes desempregados, correspondendo a uma taxa de desemprego de 4,4%. Este valor é bastante inferior ao registado no mesmo ano na globalidade do País, 13,8%, e ao valor regional, onde se registou uma taxa de desemprego de 11,1%. as freguesias de São João, Piedade e Lajes do Pico são as que registam maiores taxas de desemprego, com valores acima do concelho, com destaque para São João com 6%.

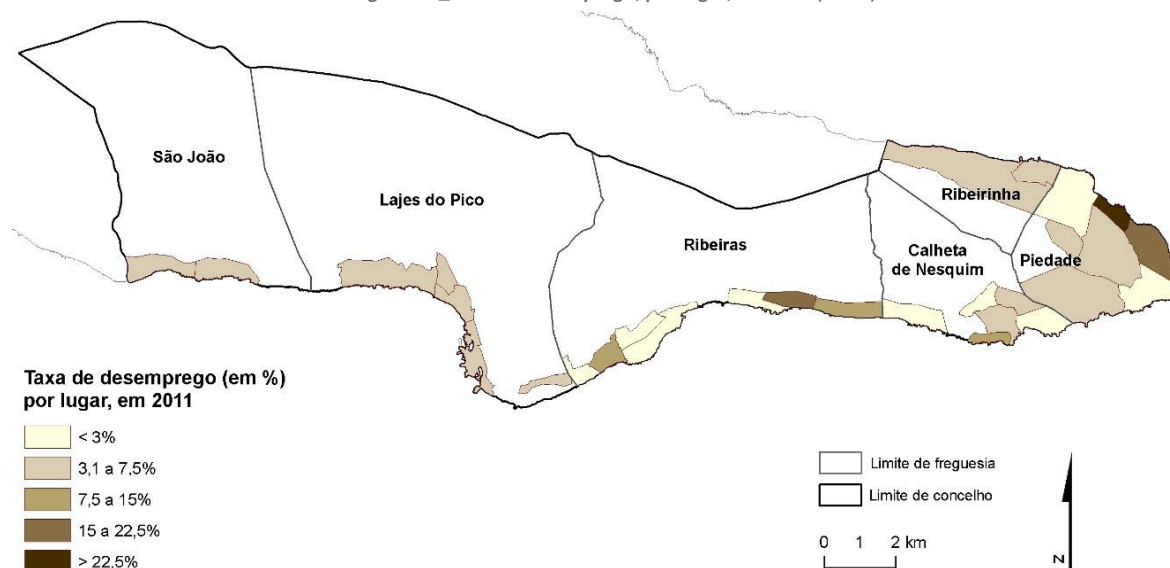
Tabela 2.4_Emprego e desemprego nas Lajes do Pico, por freguesia, em 2011

	Total residentes empregados	Residentes desempregados	Taxa de desemprego (%)
Concelho	1891	135	4,4
Calheta de Nesquim	92	6	3,4
Lajes do Pico	752	55	4,6
Piedade	359	27	4,7
Ribeiras	364	21	3,6
Ribeirinha	159	9	3,9
São João	165	17	6,0

Fonte: Censo 2011, BGRI (INE)

Aproximando a escala de análise à subsecção estatística (veja-se figura 2.5), verifica-se que estes dados corroboram a informação à escala da freguesia, isto é, são as subsecções que compõem lugares das freguesias anteriormente mencionadas, as que registam maiores casos de elevadas taxas de desemprego, salientando-se os lugares de Engrade e Cais do Galego na freguesia da Piedade, acima dos 20%, embora o núcleo de Ribeira Seca, na freguesia das Ribeiras apresente uma taxa de desemprego bastante elevada, superior a 15%.

Figura 2.5_Taxa de desemprego, por lugar, em 2011 (em %)



Fonte: Censo 2011, BGRI (INE)

2.1.2 ESTRUTURA DO EMPREGO, SECTORES DE ATIVIDADE ECONÓMICA E LOCALIZAÇÃO

Dos 5.910 indivíduos residentes empregados na ilha do Pico em 2011, cerca de 32% residiam no concelho das Lajes do Pico, isto é, 1.891 indivíduos. Analisando a tabela 2.5 é possível verificar o peso significativo do sector primário, demonstrando a importância da agricultura e pecuária no concelho das Lajes do Pico, nomeadamente nas freguesias de Piedade, Ribeirinha e São João, praticamente equiparada ao sector secundário. O lugar de Fetais, na Piedade, destaca-se dos restantes por apresentar um valor acima dos 30% dos residentes que trabalham no sector primário.

Quanto ao sector secundário, dentro do concelho, surge com um peso muito significativo na freguesia da Calheta de Nesquim (32,6%) cujos lugares apresentam valores acima da média concelhia. Este sector é menos relevante nas freguesias de Ribeiras (17,2%) e Lajes do Pico (23,4%), sendo os lugares de Santa Cruz e Santa Bárbara e ainda as Lajes do Pico os que apresentam menores percentagens (que variam entre 15% e 18%) de residentes que trabalham nestas atividades.

Tabela 2.5_Dados sobre a atividade económica dos residentes no concelho das Lajes do Pico, em 2011

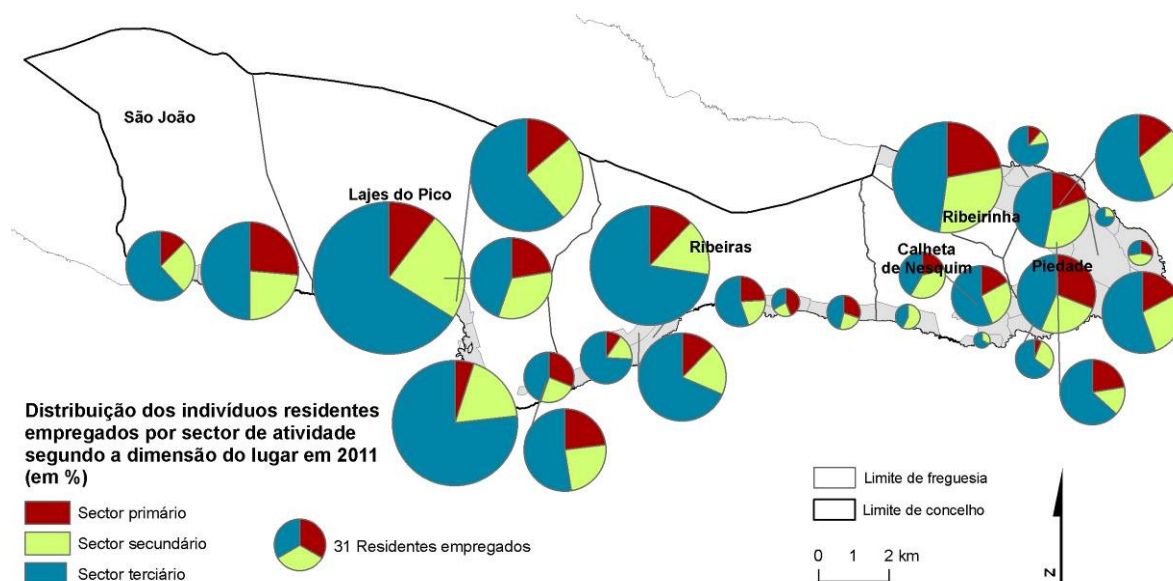
Freguesia/Lugar	Residentes empregados por sector de atividade (%)			Total residentes empregados	Residentes desempregados	Taxa de desemprego
	Sector primário	Sector secundário	Sector terciário			
Concelho	16,1	24,0	59,9	1891	135	4,4
Calheta de Nesquim	14,1	32,6	53,3	92	6	3,4
Jogo da Bola	20,8	37,5	41,7	24	0	0,0
Foros	0,0	57,1	42,9	7	0	0,0
Feiteira	5,9	29,4	64,7	17	1	2,7
Calheta de Nesquim	17,1	26,8	56,1	41	4	5,1
Canadas	0,0	33,3	66,7	3	1	9,1
Residual	0,0	0,0	0,0	0	0	0,0
Lajes do Pico	12,2	23,4	64,4	752	55	4,6
Almagreira	22,4	32,9	44,7	76	8	6,7
Silveira	10,5	23,3	66,2	266	21	4,9
Ribeira do Meio	13,8	24,8	61,4	145	8	3,4

Freguesia/Lugar	Residentes empregados por sector de atividade (%)			Total residentes empregados	Residentes desempregados	Taxa de desemprego
	Sector primário	Sector secundário	Sector terciário			
Lajes do Pico	5,0	18,2	76,8	181	12	4,2
Terras	23,1	24,4	52,6	78	5	4,4
<i>Residual</i>	0,0	16,7	83,3	6	1	11,1
Piedade	20,3	27,3	52,4	359	27	4,7
Cais do Galego	0,0	25,0	75,0	4	3	30,0
Calhau	14,0	30,2	55,8	86	3	2,2
Ponta da Ilha	19,7	33,3	47,0	66	4	3,8
Altamora	22,4	14,3	63,3	49	4	4,7
Engrade	28,6	42,9	28,6	7	2	22,2
Manhenha	17,1	27,6	55,3	76	3	2,7
Fetais (*)	31,0	25,4	43,7	71	8	6,6
<i>Residual</i>	0,0	0,0	0,0	0	0	0,0
Ribeiras	15,9	17,9	66,2	364	21	3,6
Pontas Negras	24,1	20,7	55,2	29	0	0,0
Ribeira Seca	44,4	22,2	33,3	9	2	15,4
Ribeira Grande	30,8	23,1	46,2	13	2	8,7
Santa Cruz	12,2	15,2	72,6	164	6	2,4
Caminho de Cima	12,4	19,1	68,5	89	4	2,8
Santa Bárbara	9,7	16,1	74,2	31	6	9,5
Arrife	31,0	24,1	44,8	29	1	1,9
<i>Residual</i>	0,0	0,0	0,0	0	0	0,0
Ribeirinha	20,8	27,7	51,6	159	9	3,9
Ribeirinha	22,1	30,0	47,9	140	8	4,0
Baixa	11,1	11,1	77,8	18	1	3,6
<i>Residual</i>	0,0	0,0	100,0	1	0	0,0
São João	21,8	24,2	53,9	165	17	6,0
Companhia de Baixo	26,4	23,6	50,0	110	12	6,3
Companhia de Cima	12,7	25,5	61,8	55	5	5,4
<i>Residual</i>	0,0	0,0	0,0	0	0	0,0

Fonte: Censo 2011, BGRI (INE);(*) Este lugar divide-se por duas freguesias (Calheta de Nesquim e Piedade)

Porém, as principais atividades e fontes de rendimentos para 60% dos residentes empregados, estão associadas ao sector terciário, à semelhança do que se verifica um pouco por todo o país, com especial destaque para as freguesias das Lajes do Pico e Ribeiras que apresentam um valor acima da média concelhia, cerca de 64,4% e 66,2% respetivamente, devido à grande concentração de estabelecimentos comerciais e serviços. Este fenómeno é evidente na figura anterior, sendo estas freguesias as que registam maior número de lugares com percentagens de empregados no sector terciário acima da média concelhia. Por seu turno, as freguesias que apresentam menores índices de emprego no sector terciário, são Ribeirinha (51,6%) e Piedade (52,4%), onde a indústria transformadora se torna mais representativa do que nas restantes freguesias.

Figura 2.6_Distribuição dos indivíduos residentes empregados de acordo com o sector de atividade, em 2011 e segundo a dimensão dos lugares (em %)



Fonte: Censo 2011, BGRI (INE)

2.1.3 QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

Com o objetivo de analisar o grau de qualificação da população residente, recorreu-se aos dados do Censo de 2011 do INE, à escala da subsecção estatística. De acordo com esta informação, 3,4% dos residentes do município das Lajes do Pico não sabe ler nem escrever, valor inferior à média regional (4,7%). Este fenómeno tem maior incidência na freguesia das Ribeiras, com uma taxa de analfabetismo de 5%, como é possível verificar na tabela seguinte. Contrapondo, as freguesias de São João e Calheta de Nesquim são as que apresentam taxas de analfabetismo inferiores à média concelhia, com taxas a rondar os 2%.

Tabela 2.6_População residente segundo o seu nível de qualificação (%) em 2011, por freguesia e lugar

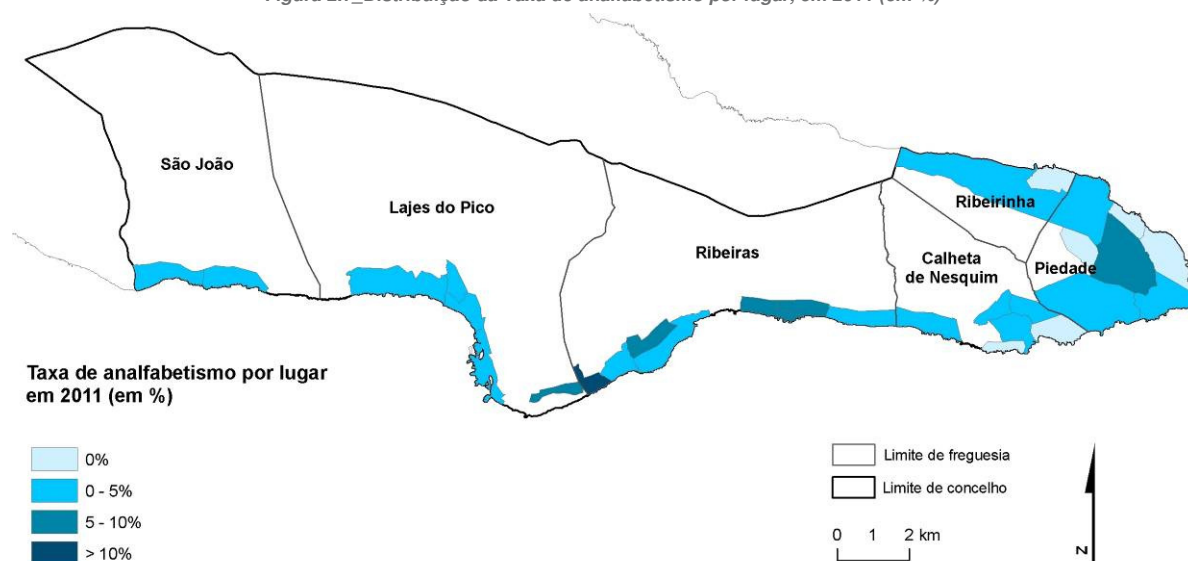
	Taxa de analfabetismo	Pop. res. a frequentar ou com o 1º CEB completo	Pop. res. a frequentar ou com o 2º CEB completo	Pop. res. a frequentar ou com o 3º CEB completo	Pop. res. a frequentar ou com o Secundário completo	Pop. res. a frequentar ou com curso médio ou superior completo
Concelho	3,4	40,1	18,2	18,4	14,5	10,4
Calheta de Nesquim	2,2	46,2	20,9	14,0	13,7	5,1
Jogo da Bola	1,6	46,2	29,2	13,8	13,8	3,1
Foros	3,7	55,2	27,6	13,8	6,9	0,0
Feiteira	0,0	41,2	13,7	11,8	11,8	7,8
Calheta de Nesquim	3,2	47,0	18,9	15,9	15,2	4,5
Canadas	0,0	40,0	13,3	6,7	20,0	20,0
Lajes do Pico	3,2	34,6	18,1	19,6	15,9	13,5
Almagreira	4,3	39,7	25,4	15,9	10,6	3,2
Silveira	2,6	34,6	18,1	20,4	19,1	17,5
Ribeira do Meio	4,5	38,3	17,5	20,5	16,0	10,7
Lajes do Pico	1,2	32,7	16,2	24,1	18,1	17,9
Terras	6,7	28,3	16,0	8,0	5,3	4,8
Residual	10,0	23,1	23,1	23,1	7,7	15,4

	Taxa de analfabetismo	Pop. res. a frequentar ou com o 1º CEB completo	Pop. res. a frequentar ou com o 2º CEB completo	Pop. res. a frequentar ou com o 3º CEB completo	Pop. res. a frequentar ou com o Secundário completo	Pop. res. a frequentar ou com curso médio ou superior completo
Piedade	3,1	42,2	20,7	18,9	13,7	7,5
Cais do Galego	0,0	10,0	30,0	40,0	30,0	30,0
Calhau	1,5	46,4	20,3	18,8	13,5	6,8
Ponta da Ilha	6,0	45,1	22,3	17,7	11,4	6,3
Altamora	0,0	43,3	25,8	22,5	13,3	9,2
Engrade	0,0	46,2	23,1	15,4	23,1	7,7
Manhenha	3,4	35,4	18,6	16,8	16,8	12,4
Fetais *	4,2	41,6	17,7	18,7	12,4	3,3
Ribeiras	5,0	43,2	15,0	18,3	10,5	10,3
Pontas Negras	5,2	48,1	6,3	16,5	8,9	11,4
Ribeira Seca	5,6	55,0	0,0	15,0	5,0	0,0
Ribeira Grande	3,4	43,3	16,7	23,3	6,7	0,0
Santa Cruz	2,5	41,6	13,5	19,9	12,5	13,8
Caminho de Cima	5,9	42,5	18,6	17,7	11,1	7,1
Santa Bárbara	3,5	46,2	16,1	19,4	8,6	14,0
Arrife	16,0	42,4	22,4	11,8	5,9	3,5
Ribeirinha	3,3	45,5	18,7	13,1	14,4	7,5
Ribeirinha	3,7	48,8	18,5	13,6	13,6	6,5
Baixa	0,0	24,4	22,2	8,9	17,8	8,9
São João	2,1	38,8	16,5	18,2	18,2	9,9
Companhia de Baixo	1,9	38,6	18,2	16,8	16,1	9,5
Companhia de Cima	2,3	39,1	13,0	21,0	22,5	10,9

Fonte: Censo 2011, BGRI (INE); (*) Este lugar divide-se por duas freguesias (Calheta de Nesquim e Piedade)

Na figura seguinte pode observar-se o padrão da distribuição da taxa de analfabetismo no município das Lajes do Pico à escala da subsecção estatística.

Figura 2.7_Distribuição da Taxa de analfabetismo por lugar, em 2011 (em %)

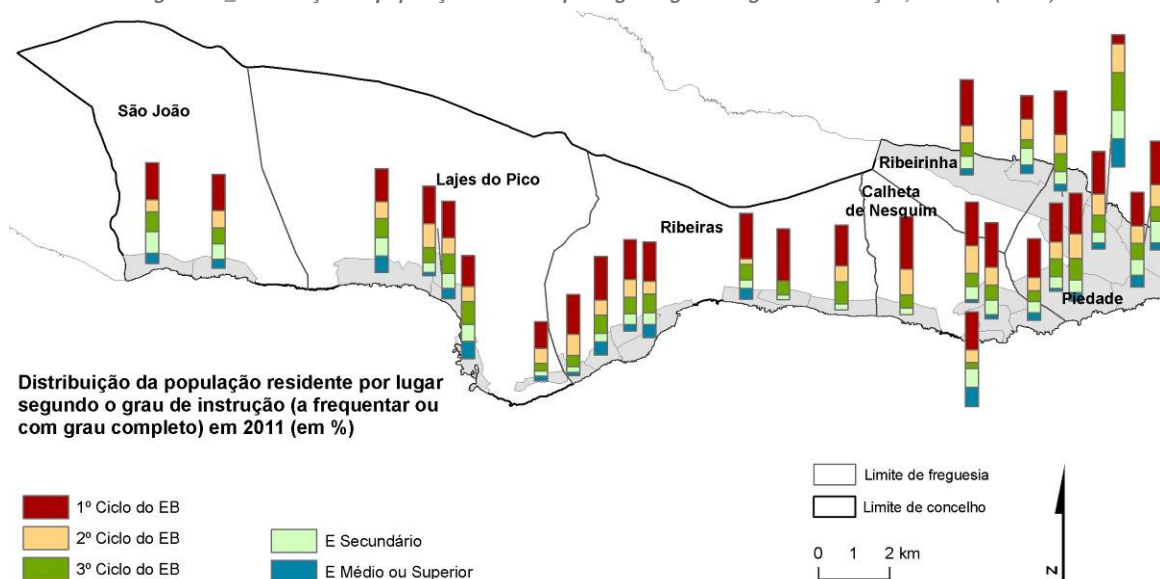


Fonte: Censo 2011, BGRI (INE)

Dos residentes no concelho que possuem qualificações académicas, cerca de 91,2% completaram ou frequentam a escolaridade obrigatória (até ao ensino secundário), registo superior à média da ilha,

que ronda os 89,4%. Contudo, esta tendência inverte-se quando comparados os valores dos residentes que prosseguiram os estudos para além da escolaridade obrigatória (ensino médio ou superior): no concelho do Lajes do Pico não ultrapassa os 10,4%, enquanto na Região chega aos 11,8%.

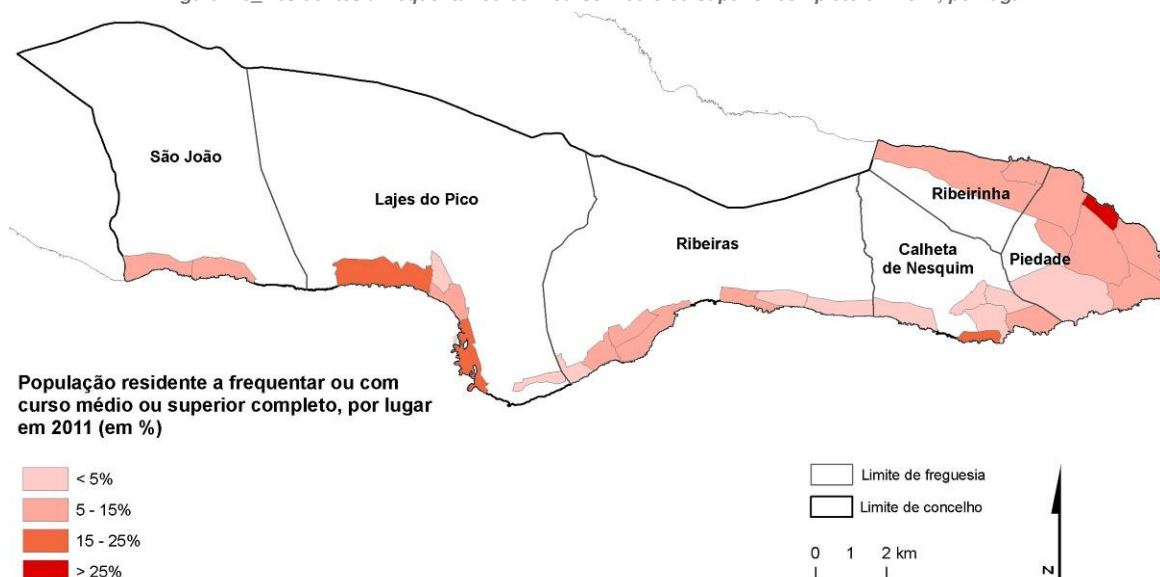
Figura 2.8_Distribuição da população residente por lugar segundo o grau de instrução, em 2011 (em %)



Fonte: Censo 2011, BGRI (INE)

Analisando apenas os residentes que frequentam ou já concluíram o ensino médio ou superior, é possível afirmar que são os principais centros populacionais do concelho que registam taxas de qualificação superior mais elevadas, nomeadamente as freguesias das Lajes do Pico (243 indivíduos residentes) e Ribeiras (95 indivíduos residentes), para um total do concelho de 492 indivíduos residentes a frequentar ou com curso médio/superior completo. Como se pode ver nas figuras 2.8 e 2.9, são os lugares da Silveira e Lajes do Pico que apresentam os melhores níveis de qualificação superior dos seus residentes, seguidos de Santa Cruz das Ribeiras e Companhia de Baixo.

Figura 2.9_Residentes a frequentar ou com curso médio ou superior completo em 2011, por lugar



Fonte: Censo 2011, BGRI (INE)

2.2. POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

2.2.1 HIERARQUIZAÇÃO DOS AGLOMERADOS URBANOS

Para analisar e ordenar a oferta educativa do município das Lajes do Pico torna-se fundamental perceber o modo de ocupação e organização da estrutura urbana do território, uma vez que a oferta de emprego, os custos de habitação e as acessibilidades originam dinâmicas e fluxos populacionais para os aglomerados mais atrativos.

Neste ponto pretende-se caracterizar a rede urbana do concelho tendo por base o Plano Diretor Municipal (PDM) que se encontra atualmente em revisão. Assim, foram analisados os documentos da 1ª fase de revisão – que constituem os estudos de caracterização e diagnóstico.

Ocupando maioritariamente a costa sul da ilha, o município das Lajes do Pico apresenta um litoral rochoso e recortado por ribeiras de regime torrencial frequentemente revestidas com vegetação, alternando paisagens de relevo suave com encostas declivosas e ainda troços de costa baixa com arribas de alturas que variam entre os 50 e os 150m. A ocupação urbana surge essencialmente implantada na base destas arribas, com exceção dos aglomerados da Piedade e Ribeirinha, que se situam em zonas mais altas, até aos 200m de altitude.

Figura 2.10_Paisagens das Lajes do Pico: freguesia das Ribeiras e Vila das Lajes



As áreas urbanas do município das Lajes do Pico apresentam, no contexto do modelo tradicional de ocupação das ilhas açorianas, especificidades próprias naturalmente derivadas da forte relação com o mar e com a atividade baleeira, bem como das características morfológicas do território. A ocupação urbana evidencia um padrão de povoamento linear disperso aliado a esta notória proximidade ao mar, que se generaliza em diversos pequenos núcleos, os quais, na sua maioria, possuem uma infraestrutura de apoio portuário, sendo muito frequentes as zonas balneares, formais ou informais.

Tabela 2.7_Aglomerados urbanos do concelho das Lajes do Pico

Freguesia	Agglomerado urbano
São João	São João
Lajes do Pico	Lajes/Ribeira do Meio/Silveira
	Terras
Ribeiras	Arrife
	Santa Cruz das Ribeiras
	Pontas Negras
	Ribeira Grande
Calheta de Nesquim	Calheta de Nesquim
Piedade	Fetais
	Piedade
	Calhau
Ribeirinha	Baixa
	Ribeirinha

Fonte: Revisão do PDM das Lajes do Pico, 1ª fase – Avaliação e Diagnóstico, Domínio Urbano, maio 2013

Com base nas caracterizações elaboradas no âmbito da 1ª fase da revisão do PDM, apresenta-se a tabela seguinte que sintetiza as principais características dos aglomerados que constituem a rede urbana do município.

Tabela 2.8_Breve caracterização dos aglomerados urbanos das Lajes do Pico

Aglomerado	Caracterização
São João	Localiza-se a poente da sede de concelho, desenvolvendo-se sobretudo ao longo da Estrada Regional, desde a Zona Industrial das Lajes. A ocupação urbana estende-se por cerca de 3,5km lineares formando uma espécie de cordão construído, com pequenas ramificações viárias perpendiculares ao eixo estruturante, articulado com o relevo mais ou menos acidentado que caracteriza a paisagem onde se insere. Verificam-se duas zonas mais consolidadas (nos extremos do aglomerado) e que correspondem à maior concentração dos equipamentos de utilização coletiva. No restante perímetro, o tecido urbano é mais disperso, havendo muitas áreas sem qualquer ocupação.
Lajes do Pico/Ribeira do Meio/Silveira	Localizada na base de uma arriba com mais de 200m de altura, envolvida por áreas agrícolas e pastagens, compartimentadas com por muretes em pedra, a Vila das Lajes, inserida neste contexto de forte ruralidade, é a única povoação com características marcadamente urbanas em toda a ilha. Com um tecido denso e consolidado, apresenta limites bem definidos e uma relação franca com a paisagem que provém da sua localização numa zona baixa, encaixada entre o mar e a costa de declive acentuado. A zona da Ribeira do Meio, Almagreira e Silveira uma distribuição essencialmente linear ao longo da Estrada Regional, com exceção de Almagreira que se desenvolve para norte ao longo da Rua da Almagreira com grande amplitude visual sobre a orla costeira.
Terras	Faz parte ainda da freguesia das Lajes do Pico. O declive que caracteriza a paisagem é bastante acidentado, sendo a envolvente constituída sobretudo por terrenos agrícolas divididos por muros em pedra, cuja exploração é potenciada pela rede hidrográfica existente. A ocupação urbana apresenta uma dimensão considerável face ao contexto urbano do município, embora a delimitação do perímetro urbano do PDM em vigor não siga esta distribuição já que todo o núcleo urbano se desenvolveu para norte desta via.
Arrife	Localiza-se no limite poente da freguesia das Ribeiras e apresenta um povoamento linear, disperso ao longo dos arruamentos. É composto pelos núcleos de Arrife de Cima e Arrife de Baixo, separados pela Estrada Regional. O primeiro constitui-se como uma faixa pouco consolidada, ocupada por moradias isoladas construídas ao longo do único eixo viário de acesso perpendicular à estrada regional, que acompanha a Ribeira do Arrife. O núcleo do Arrife de Baixo apresenta um grau de consolidação ainda menor, ocupando uma faixa com cerca de 35m para cada lado da Rua da Cruz e da Canada da Cruz que liga novamente à ER, sendo neste troço que limita o aglomerado a nascente onde se concentra a maior parte das edificações.
Santa Cruz das Ribeiras	Aglomerado urbano formado por três núcleos distintos: Santa Cruz das Ribeiras, localizado a nascente, Santa Bárbara situado a poente; e a zona do Caminho de Cima, com uma ocupação linear paralelamente à ER. Localizado numa faixa litoral mais larga e menos declivosa, proporcionando uma franca abertura visual e dotado de bons acessos ao mar. O aglomerado desenvolve-se no sentido nascente pelo Caminho de Baixo, ocupando uma plataforma praticamente plana, quase ao nível do mar, existindo também pequenas ramificações para norte, embora com uma ocupação mais dispersa, onde predominam habitações de 1 a 2 pisos, distribuídas de forma orgânica ao longo dos vários arruamentos.
Pontas Negras	Corresponde a um pequeno núcleo urbano inserido numa encosta com declive acentuado – uma das zonas mais acidentadas do município – revestida de vegetação, apresentando uma área mais consolidada a norte da estrada regional. Possui uma zona de habitação dispersa que se desenvolve a sul da ER ao longo de dois pequenos arruamentos, sendo que um deles dá acesso à Aguada, uma área com algumas edificações – sobretudo de ocupação sazonal – implantadas numa plataforma quase ao nível do mar, onde se situa a zona balnear das Pontes.
Ribeira Grande	Constitui um pequeno núcleo urbano situado ao longo da ER, na freguesia das Ribeiras, de caráter maioritariamente habitacional, embora seja evidente a presença de vários arrumos de máquinas e equipamentos agrícolas. O conjunto urbano encontra-se implantado numa zona menos acidentada, comparativamente a Pontas Negras, envolvida por terrenos agrícolas, sendo atravessado pela Ribeira Grande e por outras duas linhas de água relevantes na estrutura da ocupação que se apresenta dispersa e se desenvolve ao longo de dois eixos viários: a ER e a Rua de São João.
Calheta de Nesquim	Sede de freguesia, situa-se na área menos declivosa do município. Possui de um modo geral uma franca abertura visual e bons acessos ao mar, envolvida por arribas revestidas com vegetação. Apresenta um povoamento linear pouco denso e disperso, implantado até aos 100m de altitude, acompanhando os eixos viários. O PDM em vigor delimitou faixas ao longo das vias, as quais definiram a ocupação urbana, embora se verifiquem várias edificações fora do perímetro urbano, sobretudo junto à costa. A zona mais consolidada é a que está mais próxima do mar. O restante perímetro urbano é bastante disperso, havendo mesmo uma percentagem significativa de espaço urbano não ocupado.

Aglomerado	Caracterização
Fetais	Pequeno núcleo urbano que se desenvolveu a partir da estrada regional, cuja ocupação resulta sobretudo da fixação da população atraída pelas condições favoráveis de exploração agrícola na envolvente. Encontra-se sobretudo localizado na freguesia da Piedade, dividido em duas zonas pela estrada regional: Fetais de Cima a norte e Fetais de Baixo, a sul. Apresenta uma organização dispersa, com tendência para a implantação junto às vias.
Piedade	O território onde se encontra implantado é marcado por uma relativa interioridade, a avaliar pela distância à orla costeira e à ausência de acessos ao mar, sendo a influência paisagística da Montanha do Pico praticamente nula. O aglomerado surge implantado a cerca de 250m de altitude, envolvido por áreas cultivadas e pastagens adjacentes, existindo algumas zonas em que se perde a relação visual com o mar dada a altitude e o relevo suave. A ocupação urbana é de baixa densidade, desenvolvendo-se de forma linear sobretudo em faixas com 50m de largura para cada lado dos eixos viários. A organização dispersa das construções faz com que o grau de ocupação do solo urbano seja reduzido, agrupadas essencialmente em bolsas junto aos cruzamentos viários.
Calhau	Localizado na costa norte, na Ponta da Ilha, na freguesia da Piedade, surge na planta de ordenamento do PDM em vigor como um prolongamento do perímetro urbano da Piedade, embora se verifique uma maior ocupação do solo rural. Apresenta fundamentalmente duas áreas consolidadas: uma, ainda integrada em solo urbano, que se desenvolve de forma linear ao longo da via de acesso (sem saída); a outra, corresponde ao centro urbano propriamente dito e situa-se completamente fora do perímetro urbano definido no PDM. Esta ocupa uma área de sensivelmente 5,3ha e inclui os espaços onde se situa o salão cultural, o porto de pesca e respetivos arrumos e ainda a ermida, apresentando algumas edificações em zonas de risco, seja por ameaça do avanço do mar (na envolvente do porto) ou pela instabilidade de arribas e vertentes (nomeadamente o Caminho de Cima da Rocha).
Baixa	Pequena área urbana de caráter rural, localizado na costa norte da ilha, de estrutura linear, implantado em terrenos menos declivosos, onde a presença dos currais de vinha e das adegas marcam a paisagem. É possível identificar a área mais consolidada correspondente à zona central do aglomerado, onde se localiza a ermida e o equipamento cultural. O povoamento assume um caráter claramente rural, com um elevado grau de dispersão, embora a área edificada fora do solo classificado como urbano seja pouco significativa.
Ribeirinha	É sede de freguesia e faz ainda parte da zona da Ponta da Ilha. Encontra-se implantada acima dos 200m de altitude, com ampla abertura visual sobre o mar, onde a morfologia do terreno apresenta uma inclinação suavizada por socacos criados com muretes de pedra que permitem a exploração agrícola e a criação de pastagens para o gado.

Fonte: Revisão do PDM das Lajes do Pico, 1ª fase – Avaliação e Diagnóstico, Domínio Urbano, maio 2013

O Plano Diretor Municipal em vigor definiu uma hierarquia urbana (veja-se tabela seguinte) que contemplou essencialmente dois níveis segundo a importância funcional e presença de equipamentos, aplicada aos nove aglomerados considerados na planta de ordenamento, destacando as Lajes/Ribeira do Meio/Silveira e Piedade com níveis concelhio e subconcelhio respetivamente, sendo os restantes de hierarquia inferior.

Tabela 2.9_ Aglomerados urbanos definidos no PDM em vigor

Designação do aglomerado	Nível
Lajes/Ribeira do Meio/Silveira	1
Piedade	1
Santa Cruz das Ribeiras	2
Ribeirinha	2
Calheta de Nesquim	2
Ribeira Grande	2
Pontas Negras	2
Arrife	2
São João	2

Fonte: PDM em vigor (Artigo 6º, DRR n.º21/2005/A de 12 de outubro).

No sentido de aferir a realidade do concelho relativamente às relações de dependência e complementaridade entre os vários núcleos urbanos, a Revisão do PDM das Lajes do Pico estabeleceu uma hierarquia da rede urbana municipal, com base nos seguintes critérios:

- Dimensão populacional – população residente, nomeadamente o peso em relação ao concelho;

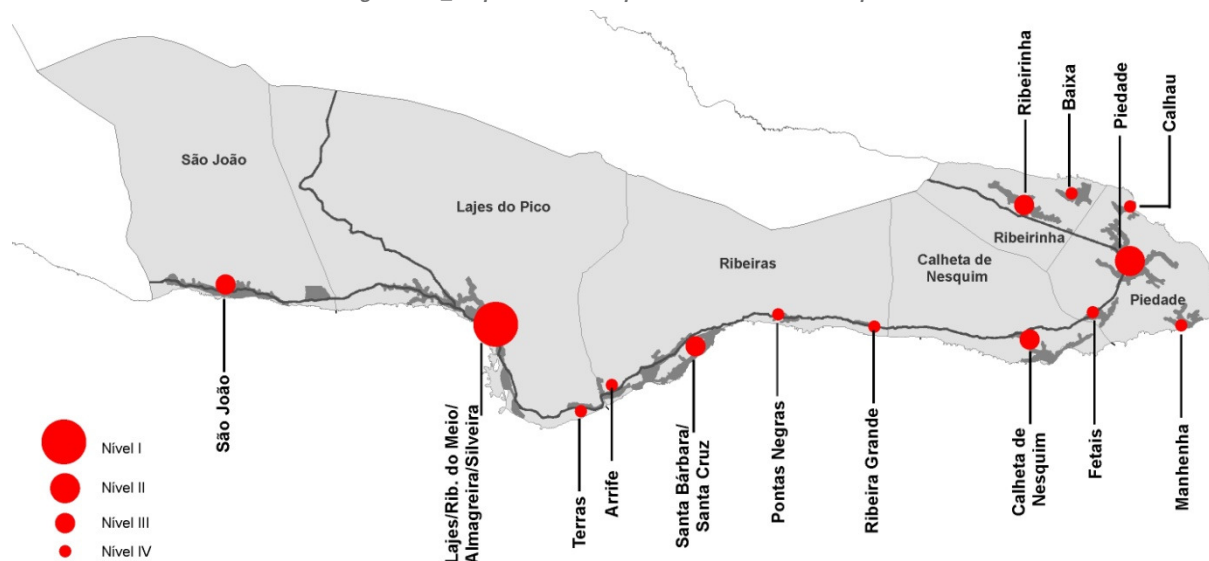
- Dimensão urbana – dimensão das áreas urbanas (inclui os espaços urbanos, urbanizáveis e industriais);
- Grau de centralidade – funções centrais e oferta de bens e serviços.

A conjugação dos critérios mencionados permite definir uma hierarquia para os núcleos urbanos identificados, composta por quatro níveis, segundo uma ordem de importância decrescente:

- **Nível 1 – Lajes/Ribeira do Meio/Silveira;**
- **Nível 2 – Piedade;**
- **Nível 3 – engloba as restantes sedes de freguesia, São João, Santa Cruz das Ribeiras, Calheta de Nesquim e Ribeirinha;**
- **Nível 4 – atribuído aos restantes núcleos, Terras, Arrife, Pontas Negras, Ribeira Grande, Fetais, Calhau, Baixa e Manhêna.**

Esta tentativa de organização da rede urbana municipal permite verificar que existe uma forte hierarquização dos aglomerados urbanos do município das Lajes do Pico, principalmente porque se assiste a uma dependência efetiva de todos em relação ao centro urbano principal – Lajes/Ribeira do Meio/Silveira – o qual concentra a maioria das funções diferenciadoras e os grandes equipamentos coletivos. Por outro lado, a instalação de um Posto RIAC na Piedade e a construção da nova Escola Básica Integrada da Ponta da Ilha veio dar destaque a este aglomerado urbano no que se refere ao papel que desempenha na estrutura urbana do município, assistindo-se a uma estreita relação de complementaridade com o núcleo urbano da Ribeirinha maioritariamente habitacional que concentra grande parte da população residente na zona da chamada “ponta da ilha”.

Figura 2.11_Proposta de hierarquia da rede urbana municipal



Fonte: Revisão do PDM das Lajes do Pico, 2ª fase – Proposta Preliminar, janeiro 2014

Não obstante, as sedes de freguesia assumem um papel preponderante na prestação de serviços básicos de apoio aos seus residentes, nomeadamente no que diz respeito à assistência social e ao recreio da população, através da descentralização de algumas funções principais, de uma forma geral localizadas nas respetivas sedes de Junta de Freguesia ou nas Casas do Povo. Este facto permite-lhes adquirir alguma autonomia no que se refere à satisfação das necessidades básicas da população, dadas as distâncias a que se encontram os núcleos urbanos centrais, sobretudo as condições de acessibilidade à sede do município, não sendo contudo autossuficientes.

A proximidade ao oceano e os portos existentes constituiu o primeiro fator motivador da ocupação urbana, além das condições morfológicas e de fertilidade dos solos, que permitiu a exploração agrícola, garantindo a subsistência das populações. A distribuição espacial dos aglomerados urbanos, a par das características topográficas do território, é condicionada pela acessibilidade ao concelho a qual depende quase exclusivamente da Estrada Regional que atravessa todas as freguesias.

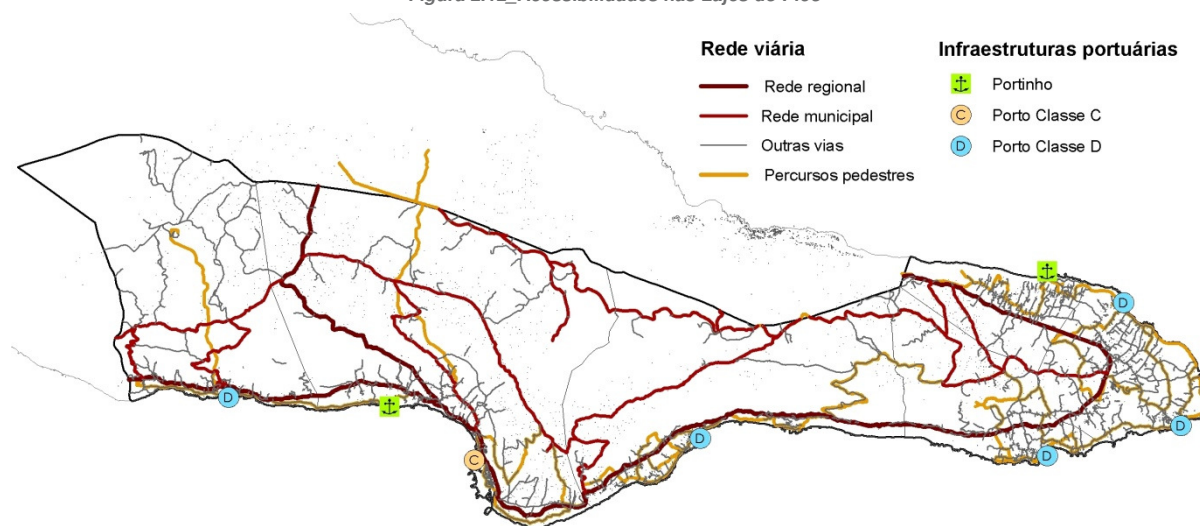
Tendo em consideração o fraco grau de consolidação do tecido urbano na quase totalidade dos aglomerados do concelho, pode concluir-se que apresentam ainda uma margem de espaço suscetível de ocupação urbana bastante significativa, onde se pretende fomentar a coesão dos núcleos urbanos através do preenchimento dos espaços já infraestruturados e atualmente sem ocupação.

2.2.2 ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES

A rede viária do concelho das Lajes do Pico, tal como definida no Plano Diretor Municipal em vigor (DRR n.º 21/2005/A de 12 de outubro) é constituída pelas seguintes redes:

- Rede regional – englobando as estradas regionais numa extensão de 93,8km;
- Rede municipal – constituída por estradas e caminhos municipais, com uma extensão total de 70,8 km;
- Outras vias – correspondentes a todas as vias não incluídas na classificação anterior, englobando ainda os percursos pedonais.

Figura 2.12_Acessibilidades nas Lajes do Pico



A principal estrutura viária do concelho é a ER 1 - que atravessa o concelho quase sempre paralelamente à orla costeira, assegurando a ligação entre todos os aglomerados urbanos e os concelhos vizinhos – complementada pela ER 2, que contribui para o atravessamento transversal da ilha e a ligação mais rápida às infraestruturas de entrada na ilha, nomeadamente o aeroporto (no concelho da Madalena) e o Porto do Cais (em São Roque do Pico)

As infraestruturas portuárias das Lajes do Pico encontram-se distribuídas por toda a costa e englobam oito infraestruturas: um porto de classe C – na Vila das Lajes –, cinco portos de classe D e dois portinhos.

A infraestrutura principal do concelho é o Porto das Lajes do Pico, de classe C com funções de náutica de recreio e pesca, suportando alguma da atividade económica do concelho. Esta infraestrutura é fundamental para um dos sectores mais importantes do turismo das Lajes: a observação de cetáceos.

No que respeita à rede de transportes públicos, é constituída atualmente por dois modos:

- autocarros, operado pela empresa Cristiano Limitada que assegura as ligações entre a Piedade e o concelho da Madalena (carreira do norte) e entre Ribeirinha e Madalena (carreira do sul);

- táxis.

Tabela 2.10_Percursos existentes e horários de transportes públicos coletivos nas Lajes do Pico, 2013

Carreira	Origem	Destino	Paragens	Frequência	Horário
Carreira do Norte	Madalena	Piedade	Cabeço Chão, Bandeiras, Aeroporto, Santa Luzia, Santana, São Vicente, Santo António, Cais do Pico, São Roque, São Miguel Arcanjo, Prainha de Cima, Prainha de Baixo, Rossio, Santo Amaro, Terra Alta, Ribeirinha	2 vezes por dia, de segunda a sábado	10:00 e 17:45
				1 vez por dia ao domingo e feriados	9:30
	Piedade	Madalena	Ribeirinha, Terra Alta, Santo Amaro, Rossio, Prainha de Baixo, Prainha de Cima, São Miguel Arcanjo, São Roque, Cais do Pico, Santo António, São Vicente, Santana, Santa Luzia, Aeroporto, Bandeiras, Cabeço Chão	2 vezes por dia, de segunda a sábado	6:15 e 13:30
				1 vez por dia ao domingo e feriados	13:15
Carreira do Sul	Madalena	Ribeirinha (Igreja)	Criação Velha, Monte, Candelária, Mirateca, Ramal das Relvas, São Mateus, São Caetano, Terra do Pão, São João, Silveira, Ribeira do Meio, Lajes, Arrife, Santa Bárbara, Santa Cruz (Igreja), Pontas Negras, Calheta (Igreja), Piedade	2 vezes por dia	10:00 (AeB) e 17:45 (B)
				1 vez por dia ao domingo e feriados	9:30
	Ribeirinha (Igreja)	Madalena	Piedade, Calheta (Igreja), Pontas Negras, Santa Cruz (Igreja), Santa Bárbara, Arrife, Lajes, Ribeira do Meio, Silveira, São João, Terra do Pão, São Caetano, São Mateus, Ramal das Relvas, Mirateca, Candelária, Monte, Criação Velha	2 vezes por dia	5:40 (B) e 13:10 (B)
				1 vez por dia ao domingo e feriados	12:45

A – Não inclui descida do Ramal da Calheta;

B – à 2ª e 5ª a ligação entre Santa Cruz e Santa Bárbara é feita pelo Caminho Municipal.

Fonte: www.cristianolimitada.pt

2.2.3 PROJETOS PREVISTOS

Como já foi referido, a Revisão do PDM das Lajes do Pico está atualmente numa fase inicial de elaboração, não existindo ainda propostas ao nível da programação de equipamentos de utilização coletiva, no âmbito da educação e ensino.

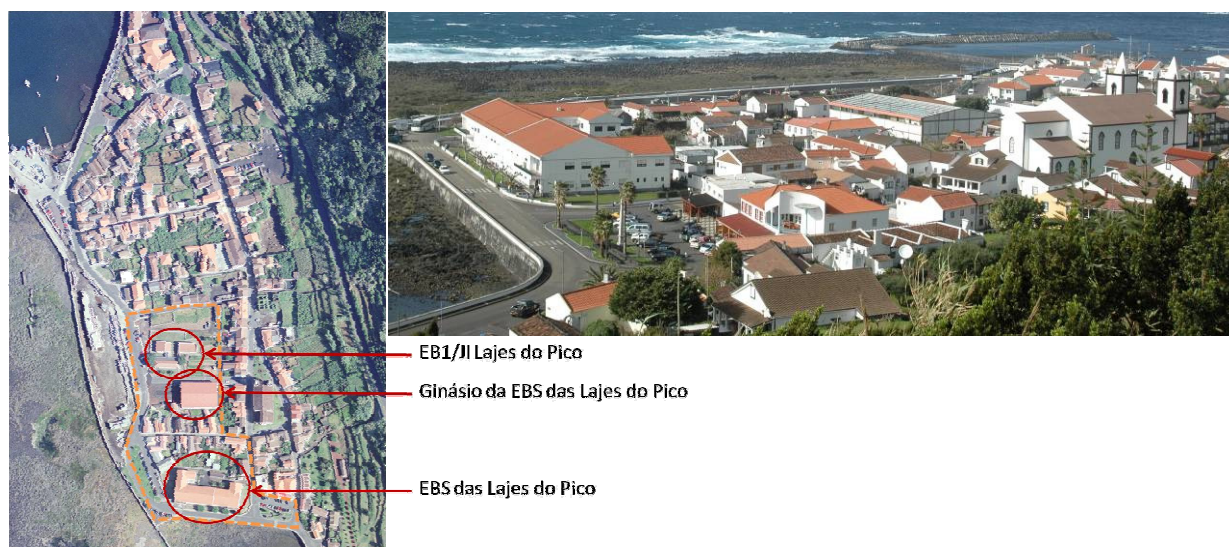
De acordo com o plano plurianual de investimentos para 2013 aprovado pela autarquia em novembro de 2012, estão previstas diversas ações, algumas ainda em projeto e outras em fase de implementação, com impacto significativo no território municipal, nomeadamente nos seguintes domínios:

- Habitação, através dos programas de apoio à execução de obras de recuperação, conservação e ampliação de habitações degradadas destinado à melhoria das condições básicas dos agregados familiares mais carenciados, da promoção da reabilitação urbana e a venda de lotes na Vila das Lajes e delimitação de novas áreas de urbanização em Santa Cruz das Ribeiras, no sentido de relocalizar famílias que residem em zonas em risco de derrocada;
- Equipamentos de utilização coletiva, sobretudo no que toca a beneficiação dos edifícios escolares e culturais, a conclusão da Escola Básica Integrada da Ponta da Ilha, a construção da nova escola secundária das Lajes do Pico, a construção de equipamentos desportivos, a requalificação de algumas zonas balneares e ainda promoção das atividades culturais, recreativas e desportivas no concelho;
- Infraestruturação básica, compreendendo as obras de ampliação e melhoria das redes de saneamento e abastecimento de água à população, nomeadamente nas freguesias das Ribeiras, Lajes do Pico e São João, o desenvolvimento da recolha seletiva;
- Acessibilidades, nomeadamente através da melhoria das infraestruturas rodoviárias de ligação entre os vários aglomerados urbanos, bem como a abertura de novos arruamentos e requalificação de vias e caminhos existentes, incluindo os acessos às explorações agrícolas e caminhos rurais e ainda criação de percursos pedestres.

Por outro lado, refira-se a existência de um projeto de realocação da Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico – a qual apresenta graves problemas estruturais - numa área fora do centro da Vila (na zona da Ribeira do Meio), no âmbito da reorganização da rede educativa do município face às alterações que decorrem do alargamento da escolaridade obrigatória e das dinâmicas demográficas e socioculturais que se verificam.

A opção de retirar este equipamento de importância estruturante no funcionamento do principal centro urbano do concelho, deslocando-o para uma nova zona a desenvolver, cria uma situação crítica no núcleo histórico da vila, uma vez que conduz ao esvaziamento de uma das principais funções urbanas indutoras de dinâmicas sociais, económicas e vivenciais (a biblioteca, o comércio local, os serviços de restauração, entre outros) e a consequente degradação do tecido urbano existente. Neste sentido, será necessário equacionar a realização de uma operação integrada de reestruturação e regeneração da área afetada, processo que, face ao contexto económico atual, se adivinha de difícil concretização.

Figura 2.13_Área de influência direta da EB/S das Lajes do Pico



A figura anterior procura ilustrar a dimensão da área no centro da Vila das Lajes que deverá ser objeto da referida operação integrada de regeneração urbana, no âmbito da eventual realocação do equipamento educativo.

No contexto do território municipal, as distâncias dificultam a deslocação e o acesso da população, e cada unidade territorial apresenta níveis de procura distintos, nem sempre coincidindo com a massa crítica necessária estabelecida pelos critérios correntes de programação e dimensionamento das diversas tipologias de equipamentos coletivos, pelo que a defesa da equidade territorial poderá legitimar soluções sobredimensionadas.

3. CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO

3.1. ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO

A Carta Educativa, como referido anteriormente, é regulada pelo Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro e tem como referência a Lei n.º 46/86 de 14 de outubro a qual estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 115/97 de 19 de setembro e demais normativos em vigor.

O Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A de 10 de novembro, que estabelece o regime jurídico do planeamento, proteção e segurança das construções escolares na RAA, apresenta um conjunto de princípios de ordenamento da rede educativa e define os termos de elaboração da carta educativa no território da RAA.

O sistema educativo em funcionamento na Região Autónoma dos Açores (RAA) compreende a educação pré-escolar, o ensino básico, o ensino secundário, para jovens e adultos. No primeiro caso, para além do ensino básico geral, estão previstas as modalidades associadas: ao Ensino artístico vocacional, o Programa Oportunidade (nas categorias I, II e III e profissionalizante) e os Profij I – Tipo 1 e II – Tipo 2 e Tipo 3 e para além dos cursos científico humanísticos, dos cursos tecnológicos e dos cursos profissionais estão previstos os cursos artísticos especializados e os Profij IV. No que se refere aos adultos, ao ensino recorrente acresce o programa reativar em ambos os níveis de ensino, as vias de conclusão do ensino secundário, no nível secundário e o Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências em ambos os níveis de ensino.

Figura 3.1_Oferta de educação e formação de nível básico e secundário: Região Autónoma dos Açores, 2013



Fonte: CNE – Estado da Educação 2012 Autonomia e Descentralização / Adaptado pela equipa

Educação pré-escolar

Definida pela Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro), a educação pré-escolar “é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida”. A sua frequência é facultativa, no reconhecimento de que, no nível etário a que se destina (crianças dos três aos cinco anos), cabe à família um papel essencial no processo educativo.

A rede de educação pré-escolar é constituída por instituições próprias, promovidas pelo poder regional ou local ou por outras entidades, coletivas ou individuais, designadamente associações de pais e de moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais e de empresa e instituições particulares de solidariedade social (IPSS). O Estado apoia as instituições de educação pré-escolar integradas na rede pública, subvencionando uma parte dos seus custos de funcionamento.

Ensino básico

O ensino básico integra nove anos de escolaridade e é de frequência obrigatória para todas as crianças e jovens em idade escolar entre os 6 e os 15 anos. É gratuito e universal, inclui o transporte escolar, e em alguns casos, em função do rendimento familiar, os alunos podem ainda dispor de livros e outro material escolar, refeições e alojamento, se necessário, gratuitos ou comparticipados. É constituído por 3 ciclos sequenciais:

1º Ciclo – tem a duração de quatro anos e apresenta um modelo de ensino globalizante em regime de monodocência, existindo contudo outras áreas que estão a cargo de outros professores como a língua estrangeira (com carácter obrigatório) e educação física. Para os alunos com necessidades educativas especiais são criadas condições especiais de frequência;

2º Ciclo – tem a duração de dois anos, está organizado por quatro áreas curriculares disciplinares de carácter pluridisciplinar (com o regime de um professor por disciplina) e uma área curricular não disciplinar de frequência obrigatória. É igualmente obrigatória a aprendizagem de uma língua estrangeira

3º Ciclo – é constituído pelos três últimos anos do ensino básico e está organizado segundo um plano curricular composto por oito áreas curriculares disciplinares e uma área curricular não disciplinar de frequência obrigatória. Funciona em regime de um professor por disciplina ou grupo de disciplinas e são, igualmente, criadas condições especiais de frequência para os alunos com necessidades educativas especiais.

Ao longo do ensino básico os alunos são sujeitos à avaliação sumativa interna e externa, no final do 4º Ano, 6º Ano e 9º Ano, nas áreas disciplinares de Português, Matemática e Ciências Naturais.

Refira-se ainda a existência de condições especiais de frequência para os alunos com necessidades educativas especiais, através do sistema de unidades de apoio UNECA, transversal a todos os ciclos do ensino básico;

Aos alunos que completam com sucesso o 3.º ciclo é atribuído o diploma do ensino básico.

Ensino secundário

Têm acesso ao ensino secundário todos os alunos que tenham completado o 3º ciclo do ensino básico ou equivalente.

Trata-se de um ciclo de estudos com características próprias, com a duração de 3 anos, que passou a ser de frequência obrigatória e funciona em regime de pluridocência, sendo cada professor, em princípio, responsável por uma só disciplina.

Integra percursos vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior de carácter universitário ou politécnico (cursos científico-humanísticos) e outros orientados quer para o prosseguimento de estudos, quer para o ingresso na vida ativa (cursos tecnológicos, cursos profissionais e cursos do sistema de aprendizagem).

Educação especial

Visa responder às necessidades educativas especiais decorrentes de limitações ou incapacidades que se manifestam de modo sistemático e com carácter prolongado - através da adaptação das condições em que se processa o ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais, que frequentem os estabelecimentos públicos de ensino dos níveis básico e secundário.

Essa adaptação, tendo em conta os casos concretos, de modo a facilitar uma maior integração dos alunos, pode traduzir-se nas seguintes medidas:

- equipamentos especiais de compensação (livros ampliados ou em braille; material audiovisual; auxiliares óticos ou acústicos, próteses...);
- adaptações materiais (eliminação de barreiras arquitetónicas; adequação das instalações às adaptações educativas, adaptação de mobiliário);
- adaptações curriculares (redução parcial do currículo; dispensa de atividade que se revele impossível de executar em função da deficiência);
- condições especiais de matrícula, de frequência e de avaliação;
- adequação na organização de turmas;
- entre outras.

A educação especial faz parte integrante da estrutura das redes de ensino regular e profissional.

Unidades Especializadas com Currículo Adaptado (UNECA)

Constituem o “conjunto devidamente organizado de respostas educativas que tenham como principal objetivo aplicar metodologias e estratégias de intervenção interdisciplinares ou multidisciplinares adequadas a problemáticas específicas do aluno.” Portaria n.º 66/2007 de 12 de outubro. Estas unidades poderão ter as seguintes tipologias: Ocupacional, Socioeducativa, Transição para a vida ativa, Educação de surdos e Educação de crianças e jovens com distúrbios comportamentais do espectro do autismo.

Educação e formação de jovens

Programa Oportunidade

Este é reformulado através da Portaria n.º 64/2011 de 22 de julho de 2011 (que revoga a Portaria n.º 53/2010 de 4 de junho de 2010) e reformula o Programa Oportunidade que se destina a alunos que tenham revelado dificuldades acrescidas e reiteradas no percurso curricular do ensino regular, com idades compreendidas entre os 11 e os 18 anos de idade e frequentem o ensino básico. Neste sentido, o Programa Oportunidade constitui-se como um programa específico de recuperação da escolaridade.

O Programa Oportunidade é constituído por quatro subprogramas, a saber:

- **Oportunidade I** – desenvolve-se em escolas de 2.º ciclo e são destinatários deste subprograma os alunos que, tendo frequentado o 1.º ciclo do ensino básico, que não tenham atingido o conjunto de competências legalmente consideradas essenciais e estruturantes para aprovação no 1.º ciclo do ensino básico e que tenham 11 anos de idade à data de início do ano escolar em que ingressam no subprograma.

Contudo, os alunos que se encontrem nestas condições poderão excecionalmente manter-se por mais um ano no 1.º ciclo, desde que o Conselho Pedagógico aprove relatório de retenção, elaborado pelo professor titular da turma, que comprove, fundamentadamente, que o aluno terá a possibilidade de,

em mais um ano, desenvolver as competências necessárias à aprovação no 1.º ciclo do ensino básico;

- **Oportunidade II** – desenvolve-se em escolas de 3.º ciclo e destina-se a alunos do ensino básico que reúnam simultaneamente as seguintes características: que tenham frequentado o subprograma Oportunidade I e que não tenham desenvolvido o conjunto de competências legalmente consideradas essenciais e estruturantes para aprovação no 1.º ciclo do ensino básico e tenham 13 anos de idade à data de início do ano escolar em que ingressam neste subprograma. Podem ainda frequentar este subprograma os alunos que tendo frequentado o 2.º ciclo do ensino básico regular, satisfaçam cumulativamente as seguintes condições: não tenham desenvolvido o conjunto de competências legalmente consideradas essenciais e estruturantes para aprovação no 2.º ciclo do ensino básico regular; tenham retenção repetida no 2º ciclo, nos termos definidos no Regulamento de Avaliação das Aprendizagens no ensino básico; tenham 13 anos de idade à data de início do ano escolar em que ingressam no subprograma; e não tenham ingressado num Programa de Formação Profissional.

- **Oportunidade III** – desenvolve-se em escolas de 3.º ciclo, e destina-se a alunos que tendo frequentado o subprograma Oportunidade II, satisfaçam cumulativamente as seguintes condições: não tenham desenvolvido o conjunto de competências legalmente consideradas essenciais e estruturantes para aprovação no 2.º ciclo do ensino básico regular; tenham 14 anos de idade à data de início do ano escolar em que ingressam no subprograma; não tenham ingressado num Programa de Formação Profissional. Podem ainda frequentar este subprograma os alunos que tendo frequentado o 3.º ciclo do ensino básico regular, satisfaçam cumulativamente as seguintes condições: não tenham desenvolvido o conjunto de competências legalmente consideradas essenciais e estruturantes para aprovação no 3.º ciclo do ensino básico regular; tenham retenção repetida no 3º ciclo, nos termos definidos no Regulamento de Avaliação das Aprendizagens no ensino básico; tenham 14 anos de idade à data de início do ano escolar em que ingressam no subprograma; e não tenham ingressado num Programa de Formação Profissional.

- **Oportunidade Profissionalizante** - desenvolve-se em escolas de 3.º ciclo e destina-se a alunos do ensino básico, que preencham simultaneamente as seguintes condições: tenham frequentado o 3.º ciclo do ensino básico regular sem terem desenvolvido o conjunto de competências legalmente consideradas essenciais e estruturantes para aprovação no ciclo ou tenham retenção repetida neste ciclo, nos termos definidos no Regulamento de Avaliação das Aprendizagens no ensino básico; tenham menos de 18 anos de idade à data de início do ano escolar em que ingressam no subprograma. Podem ainda frequentar este subprograma os alunos que se encontrem numa das seguintes condições: com aprovação no subprograma Oportunidade II e não ingressaram num Programa de Formação Profissional de Nível II; ou sem aprovação no subprograma Oportunidade III tenham, contudo, desenvolvido o conjunto de competências legalmente consideradas essenciais e estruturantes para aprovação no 2º Ciclo

Ensino artístico vocacional

De acordo com o disposto na Portaria n.º 76/2009 de 23 de setembro, as escolas de ensino regular que ministrem o ensino básico, os conservatórios regionais e conservatórios podem oferecer cursos básicos de educação artística vocacional escolhidos em função do interesse dos alunos e dos recursos disponíveis na unidade orgânica. Com as necessárias adaptações, os cursos podem ser ainda oferecidos pelos estabelecimentos do ensino particular e cooperativo que funcionem em regime de paralelismo pedagógico. Os cursos básicos de educação artística vocacional são ministrados nas seguintes modalidades: Curso Básico de Música; Curso Básico de Dança; Curso Básico de Teatro; Curso Básico de Artes Plásticas. Os cursos básicos do ensino artístico vocacional têm a duração de 5 anos letivos, seguindo a mesma distribuição anual que os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, e uma organização disciplinar.

Ensino secundário

O currículo dos cursos de nível secundário compreende quatro tipos de cursos:

- **Cursos científico-humanísticos**, vocacionados essencialmente para o prosseguimento de estudos de nível superior, com quatro opções: Curso Ciências e Tecnologias, Curso de Ciências Socioeconómicas, Curso de Línguas e Humanidades e Curso de Artes Visuais;
- **Cursos tecnológicos**, dirigidos a alunos que desejam entrar no mercado de trabalho, permitindo, igualmente, o prosseguimento de estudos em cursos tecnológicos especializados ou no ensino superior. Incluem dez opções: Construção Civil e Edificações, Eletrotécnica e Eletrónica, Informática, Design e Equipamento, Multimédia, Administração, Ordenamento do Território e Ambiente, Desporto, Ação Social e Marketing;
- **Cursos profissionais**, destinados a proporcionar a entrada no mundo do trabalho, facultando também o prosseguimento de estudos em cursos pós - secundários não superiores ou no ensino superior. São organizados por módulos em diferentes áreas de formação (Artes do Espetáculo; Tecnologias Artísticas; Comunicação, Imagem e Som; Informação, Documentação e Património; Comércio; Administração; Informática; Mecânica; Eletricidade e Eletrónica; Química; Materiais; Têxtil, Vestuário e Calçado; Atividades Agrícolas e Agroalimentares; Construção Civil; Tecnologias da Saúde; Serviços de Apoio Social; Hotelaria e Turismo; Ordenamento do Território e Ambiente; Serviços de Proteção e Segurança);
- **Cursos artísticos especializados**, visando assegurar formação artística especializada nas áreas de artes visuais, audiovisuais, dança e música, permitindo a entrada no mundo do trabalho ou o prosseguimento de estudos em cursos pós - secundários não superiores ou, ainda, no ensino superior.

Aos alunos que tenham completado este nível de ensino é atribuído um diploma de estudos secundários. Os cursos tecnológicos, artísticos especializados e profissionais conferem ainda um diploma de qualificação profissional de nível III.

Programa Formativo de Inserção de Jovens (PROFIJ)

Criado pela Resolução n.º 216/97 de 13 de novembro, este programa visa a qualificação de jovens e a sua inserção no mercado de trabalho ou prosseguimento de estudos, apresentando um conjunto de cursos de carácter profissional, através da diversificação curricular no sentido de ir ao encontro das necessidades específicas dos diferentes grupos de alunos, combatendo o insucesso e o abandono escolar. A Portaria n.º 41/2010 de 23 de abril aprova o Regulamento de Funcionamento dos Cursos do Programa Formativo de Inserção de Jovens, níveis I, II e III, revogando a Portaria n.º 72/2003, de 28 de agosto e os Despachos Normativos n.ºs 32/2003, de 4 de setembro e 53/2008, de 26 de junho.

Este programa proporciona a criação de itinerários alternativos diferenciados, agrupados em duas tipologias consoante as condições de acesso dos formandos e o perfil de saída previsto: (1) os itinerários destinados a alunos do ensino básico, conferindo uma certificação profissional de nível I ou II (PROFIJ I/II); e (2) os itinerários destinados a alunos do ensino secundário, conferindo uma certificação profissional de nível III (PROFIJ IV).

Estes cursos são ministrados exclusivamente em estabelecimentos do ensino público e em escolas profissionais e a sua matriz curricular apresenta quatro componentes de formação: sócio-cultural, científica, tecnológica e formação prática em contexto de trabalho.

Educação e formação de adultos

Ensino Recorrente

“Constitui uma modalidade especial destinada a indivíduos que não se encontram na idade normal de frequência dos ensinos básico e secundário que, de forma organizada e segundo planos de estudos propostos, conduz à obtenção de certificados e diplomas equivalentes aos dos correspondentes ciclos e graus de ensino regular.” DLR n.º 13/2002/A, de 12 de abril.

A Portaria n.º 66/2007 de 12 de outubro estabelece o regime de criação e funcionamento destes cursos, que são estruturados de acordo com o disposto no referido diploma. Traduz-se num sistema

de blocos capitalizáveis de acordo com os níveis de escolaridade e de competências essenciais e estruturantes a atingir e destina-se a indivíduos que ultrapassaram a idade normal escolar para a frequência do ensino básico (15 anos) ou do ensino secundário (18 anos). Este ensino confere aos alunos a certificação académica do ensino regular. A metodologia deste ensino tem em linha de conta a faixa etária dos alunos, apresentando planos e métodos de estudo diferentes dos utilizados no ensino regular.

O ensino secundário recorrente permite igualmente orientar os estudos para o prosseguimento ao nível superior, formação profissionalmente qualificante, especialização tecnológica e acesso a cursos pós-secundários de especialização tecnológica.

O ensino recorrente nos Açores pode ser presencial ou mediatizado.

Programa Reativar

O Programa Reativar corresponde a uma iniciativa conjunta das Secretarias Regionais da Educação e Formação e do Trabalho e Solidariedade Social e *“assume-se presentemente como um Programa que visa qualificar adultos e desenvolve-se, preferencialmente, segundo percursos de dupla certificação”*.

Reformulado pela Portaria n.º 107/2009, de 28 de dezembro (a qual revoga a Portaria n.º 19/2007 de 12 de abril), este Programa tem como objetivo proporcionar à população adulta açoriana uma oportunidade de aumentar as suas qualificações escolares e profissionais, através de cursos adaptados às suas reais necessidades, sendo os cursos indicados para adultos que pretendam completar o 4.º, 6.º, 9.º ou 12.º ano de escolaridade.

Os cursos do programa Reativar são promovidos por entidades de natureza pública, privada ou cooperativa, designadamente estabelecimentos de ensino público ou particulares, autarquias, empresas ou associações empresariais, sindicatos e associações de âmbito local, regional ou nacional.

A oferta formativa é constituída por Cursos de Nível Básico de Educação B1, B2 e B3, correspondentes ao 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico, estruturado em quatro áreas de competências-chave: Linguagem e Comunicação, Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), Matemática para a Vida e Cidadania e Empregabilidade.

Por força ainda da mesma Portaria (n.º 107/2009), foram introduzidos na RAA percursos formativos de Nível Secundário de Educação e Nível 3 de Formação, designados S3-Tipo A, S3-Tipo B e S3-Tipo C, destinados à promoção de uma escolarização de segunda oportunidade, em contextos não formais de educação de adultos, e estruturados em conformidade com os correspondentes cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), a nível nacional.

Os cursos de Nível Secundário compreendem uma Formação de Base que integra de forma articulada três áreas de competências-chave - Cidadania e Profissionalidade; Sociedade, Tecnologia e Ciência; Cultura, Língua e Comunicação -, estruturadas em Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) constantes do Catálogo Nacional de Qualificações.

Educação extraescolar

Destina-se prioritariamente a indivíduos com menor grau de escolaridade, visando o reforço da sua capacidade de integração social e da sua empregabilidade e desenvolve-se em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência. As atividades de educação extraescolar podem realizar-se em estruturas de extensão cultural do sistema escolar ou em sistemas abertos, com recurso a meios de comunicação social e a tecnologias educativas específicas adequadas.

A sua realização pode ser da iniciativa do Estado ou da iniciativa de autarquias, associações culturais, recreativas, cívicas, confessionais ou outras, associações de pais e de estudantes e organismos juvenis.

Vias de conclusão do ensino secundário

Segundo o Decreto-Lei n.º 357/2007, de 29 de outubro, as Vias de conclusão do ensino secundário destinam-se a candidatos com idade igual ou superior a 18 anos e que tenham frequentado sem concluir cursos de nível secundário com o máximo de 6 disciplinas/ano por concluir, podendo estar distribuídas pelo conjunto dos anos de escolaridade do ciclo de estudos ou concentradas num só ano.

O processo de conclusão e certificação concretiza-se através de duas vias: Realização de exames a nível de escola ou a nível nacional ou Realização de módulos de formação correspondentes a UC ou UFCD dos referenciais de formação inscritos no CNQ.

RVCC

O reconhecimento das aquisições e competências é um processo que permite ao adulto obter uma certificação oficial das suas competências em relação às normas socialmente estabelecidas, nomeadamente as apresentadas nos programas de estudo. A Rede Valorizar, criada pela Resolução do Conselho do Governo n.º 86/2009 de 21 de maio de 2009, é o serviço do Governo Regional que integra os inscritos, com idade igual ou superior a 18 anos de idade, em processos de RVCC nos Açores.

Por forma a chegar a todos os açorianos, a Rede Valorizar, para além de possuir três pontos fixos de atendimento, estará igualmente presente em todas as ilhas através das suas equipas móveis.

Ensino Superior

O novo modelo de organização (de acordo com o Processo de Bolonha), que diverge significativamente do anterior, configura o ensino superior em três ciclos que correspondem à licenciatura, ao mestrado e ao doutoramento.

Ao primeiro ciclo de estudo corresponde, por norma, uma duração de seis a oito semestres curriculares de trabalho (3 a 4 anos) no ensino universitário e seis semestres (3 anos), e em casos excecionais até sete ou oito semestres de trabalho, no ensino politécnico. Ao segundo ciclo (mestrado) corresponde uma duração de três a quatro semestres e exceionalmente uma duração de dois semestres.

No ensino politécnico são conferidos apenas os graus académicos de licenciado e de mestre, enquanto o ensino universitário pode conferir os graus de licenciado, mestre e doutor.

Têm acesso ao ensino superior os indivíduos habilitados com um curso secundário ou equivalente que façam prova de capacidade para a sua frequência, os maiores de 23 anos que, não sendo titulares da habilitação de acesso ao ensino superior, façam prova de capacidade para a sua frequência através da realização de provas especialmente adequadas, realizadas pelos estabelecimentos de ensino superior e os titulares de qualificações pós-secundárias apropriadas.

3.2. CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DAS LAJES DO PICO

3.2.1 AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

O DLR n.º 12/2005/A, de 16 de junho, na redação que lhe foi dada pelo DLR n.º 35/2006/A, de 6 de setembro, com as alterações introduzidas pelo DLR n.º 17/2010/A de 13 de abril, estabelece o regime jurídico de autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo da Região Autónoma dos Açores. De acordo com o referido regime:

“A constituição de agrupamentos de escolas considera, entre outros, critérios relativos à existência de projetos pedagógicos comuns, à construção de percursos escolares integrados, à articulação curricular entre níveis e ciclos educativos, à proximidade geográfica e à reorganização da rede educativa dos ensinos básico e secundário e da educação pré-escolar.”

O agrupamento de escolas constitui uma unidade organizacional, com órgãos próprios de administração e gestão, do qual fazem parte estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis de ensino, partindo de um projeto educativo comum, com vista a concretizar, nomeadamente, os seguintes objetivos:

- Favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica;
- Superar situações de isolamento de estabelecimentos e prevenir a exclusão social;
- Reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos;
- Garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão, nos termos do presente diploma;
- Valorizar e enquadrar experiências em curso.

A rede educativa do concelho das Lajes do Pico é constituída pela Unidade Orgânica da Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico e por um Jardim-de-Infância da rede solidária.

As unidades orgânicas do sistema educativo regional são, de acordo com a legislação, organismos dotados de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, criados por decreto regulamentar regional, podendo assumir quatro tipologias, em que a do município das Lajes do Pico se apresenta como “Escola básica e secundária” - uma vez que nos respetivos estabelecimentos de educação e de ensino é ministrado qualquer dos ciclos do ensino básico e o ensino secundário, e ainda a educação pré-escolar.

A Unidade Orgânica da Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico é composta por seis estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico e pré-escolar, um estabelecimento de pré-escolar, um estabelecimento do 1º ciclo do ensino básico e um estabelecimento dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário, o qual constitui a sua sede.

O jardim-de-infância de natureza privada não se encontra agrupado.

3.2.2 TIPOLOGIA E LOCALIZAÇÃO DO PARQUE EDUCATIVO

Como referido anteriormente, os estabelecimentos de ensino do município das Lajes do Pico integram as seguintes tipologias:

- Jardim de Infância (JI);
- Escola Básica do 1º Ciclo (EB1);
- Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância (EB1/JI);
- Escola Básica e Secundária (EB2,3/S);

Na tabela seguinte sinalizam-se os estabelecimentos existentes atualmente em funcionamento para cada tipologia.

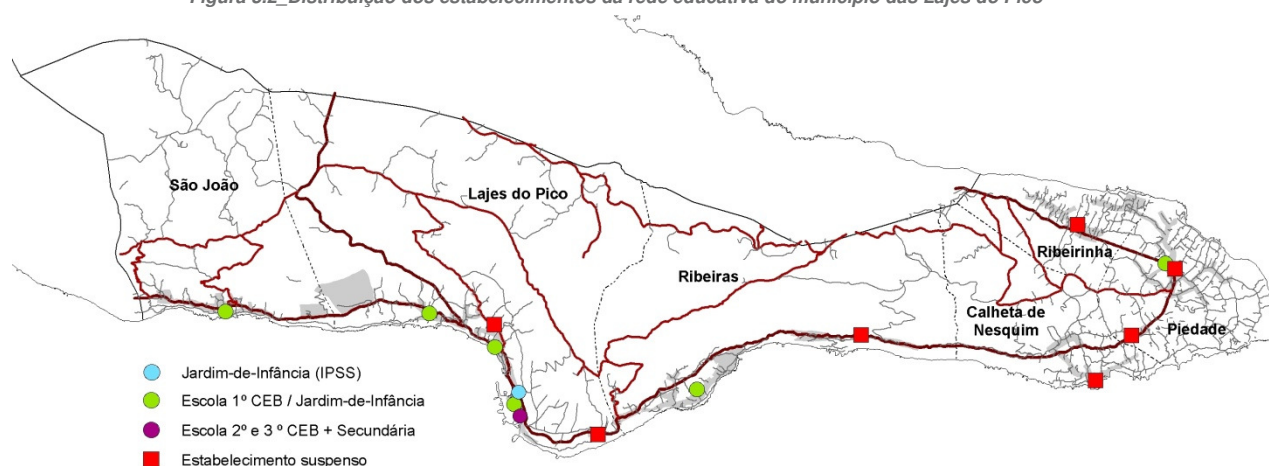
Tabela 3.1_Estabelecimentos educativos em funcionamento no município das Lajes do Pico, por tipologia

Tipologia de estabelecimento	Rede Pública	Rede Particular e Cooperativa	Rede Solidária
JI	-	-	JI “Arco Iris” – Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico
EB1/JI	EB1/JI de São João	-	-
	EB1/JI da Silveira	-	-
	EB1/JI da Ribeira do Meio	-	-
	EB1/JI das Lajes	-	-
	EB1/JI das Ribeiras	-	-
	EB1/JI da Ponta da Ilha	-	-
EB2,3/S	Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico	-	-

Fonte: Câmara Municipal das Lajes do Pico; Unidade Orgânica da EBS das Lajes do Pico

Como se pode observar, o concelho apresenta um total de 8 estabelecimentos educativos em funcionamento, existindo 1 JI, 6 EB1/JI e uma escola básica e secundária que integra os 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário.

Figura 3.2_Distribuição dos estabelecimentos da rede educativa do município das Lajes do Pico



Fonte: Unidade Orgânica da EBS das Lajes do Pico, Ano letivo 2013/14.

Quanto à natureza da oferta, esta é maioritariamente da rede pública, sendo a oferta privada ligada à educação pré-escolar - pertencendo o estabelecimento existente à rede solidária, tutelada pela Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico.

O parque educativo do concelho é composto fundamentalmente por edifícios construídos de raiz, especificamente para a função, sendo que as EB1/JI correspondem ao “Plano dos Centenários”, executado no concelho das Lajes do Pico nos anos 50 e 60 do século XX, à exceção da EB1/JI da Ponta da Ilha que entrou em funcionamento no presente ano letivo.

Relativamente ao JI “Arco-Iris” encontra-se instalado num edifício adaptado, contíguo a um equipamento de carácter social (Lar de idosos Calvino dos Santos) e não possui edifício autónomo.

A Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico localiza-se na sede de concelho e foi construída de raiz em 1977, tendo sido alvo de sucessivas obras de remodelação, à medida das necessidades.

No que diz respeito à sua localização, os vários edifícios escolares até ao 1º ciclo encontram-se distribuídos pelo território municipal de forma equilibrada, existindo inicialmente pelo menos um por

cada aglomerado urbano, apesar de, entretanto, terem sido suspensos alguns deles, conforme se verá mais adiante.

Relativamente à inserção urbana, todos os estabelecimentos de ensino se localizam dentro do perímetro urbano, contribuindo para a boa acessibilidade e para o reduzido tempo gasto em deslocações, sobretudo no que se refere às crianças mais novas.

3.2.3 ESTABELECIMENTOS SUSPENSOS

Para além dos 8 estabelecimentos de ensino apresentados anteriormente, fazem parte da rede educativa das Lajes do Pico sete estabelecimentos de ensino que se encontram suspensos, os quais correspondem a seis escolas básicas do 1º ciclo com Jardim-de-Infância e a um estabelecimento apenas da educação pré-escolar, albergando atualmente outras funções, por vezes complementares à função educativa:

- **EB1/JI da Piedade** (freguesia de Piedade) – Terá encerrado com o início da construção da Escola Básica Integrada da Ponta da Ilha, que motivou a sua demolição;
- **EB1/JI de Ribeira Seca** (freguesia das Ribeiras) – Atualmente alberga as funções de salas de convívio e afins;
- **EB1/JI de Terras** (freguesia das Lajes do Pico) – Depois de desativada tem sido utilizada pelos escuteiros e como sala de convívio;
- **EB1/JI de Almagreira** (freguesia das Lajes do Pico) – As suas instalações foram cedidas à Associação de Jovens Agricultores;
- **JI de Fetais** (freguesia da Calheta de Nesquim) – as suas instalações foram cedidas à Irmandade de Santo António;
- **EB1/JI da Calheta de Nesquim** (freguesia da Calheta de Nesquim) – ficou suspensa no ano letivo de 2013/14, aguardando ainda a atribuição de nova utilização;
- **EB1/JI da Ribeirinha** (freguesia da Ribeirinha) – foi cedida ao Grupo Desportivo.

3.2.4 CARACTERIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E ESPAÇOS ESCOLARES

Educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico

No concelho existem dois jardins-de-infância em funcionamento, um da rede pública e um pertencente à rede solidária, totalizando 6 salas de atividades.

Tabela 3.2_Principais características do Jardim-de-infância do concelho

Freguesia	Jardim de Infância	Ano da Construção	Tipo de construção	Estado de conservação	Nº de salas de atividades	Nº de alunos	Refeitório	Copa/Cozinha	Sala de educadores	Recreio	Estacionamento
Lajes do Pico	“Arco-Iris”	1993	Integrado noutra equipamento	Razoável	5	43	S	S	N	S	S

Fonte: CMLP, SCMLP (Ficha de Sistematização Física) Legenda: s/i – sem informação; N – Não; S - Sim

Figura 3.3_Infantário “Arco-Iris”



Fonte: Quaternaire Portugal, 2013

O “**Infantário Arco-Iris**”, encontra-se localizado na Vila das Lajes, integrado no edifício contíguo ao Lar Calvino dos Santos e pertence à rede solidária, tutelada pela Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico. De acordo com os dados disponibilizados, o edifício constitui uma adaptação de uma moradia e apresenta cerca de 528 m² de construção distribuídos por 3 pisos, abrangendo cinco salas de atividades: 1 berçário (para crianças até aos 18 meses), 1 sala de creche (para crianças dos 18 meses aos 2 anos), 1 sala para atividades de tempos livres (ATL), uma sala de jardim-de-infância (para crianças entre os 3 e os 6 anos) e ainda uma sala para atendimento dos encarregados de educação. Possui ainda uma área de recreio exterior de cerca de 90 m² com parque infantil.

Os edifícios escolares encontram-se implantados em terrenos murados, normalmente numa situação recuada em relação à rua e apresentam ainda um alpendre no alçado posterior que foi encerrado para albergar as instalações sanitárias, o refeitório e salas de apoio, à medida das necessidades. Verificam-se outras situações de ampliação, nomeadamente a construção de edifícios anexos, ou aumento da área de implantação (por exemplo a EB1/JI da Silveira).

Figura 3.4_Edifícios escolares do Plano dos Centenários



Fonte: Quaternaire Portugal, 2013

Em termos construtivos, os edifícios possuem paredes em alvenaria de pedra rebocada e pintada de branco, com o soco e as molduras dos vãos em pedra vulcânica da região – como é o caso de São João e das Lajes do Pico – por vezes apenas pintadas de cor distinta (nomeadamente as restantes escolas) e cobertura em telha tradicional de quatro ou duas águas. Na generalidade, a área de implantação dos edifícios varia entre os 260m² e os 400 m² em terrenos que apresentam entre 1200 m² e 3000 m².

Quando a dimensão do terreno o permite, tem-se assistido à construção de um segundo edifício de dimensões mais reduzidas destinado a arrumos ou mesmo a uma sala polivalente, que poderá funcionar como refeitório/cantina, sala para atividades de educação física, entre outras funções.

No que diz respeito à Escola Básica da Ponta da Ilha, na freguesia da Piedade, referida na Carta Escolar dos Açores (Resolução do Conselho do Governo n.º 70/2006 de 29 de junho) como EB1,2/JI Ponta da Ilha, cujo projeto inicial previa ampliação do edifício da EB1/JI existente de modo a alargar a oferta ao 2º ciclo do ensino básico, entrou em funcionamento no presente ano letivo (2013/14), abrangendo apenas o ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico.

Figura 3.16_Escola Básica da Ponta da Ilha



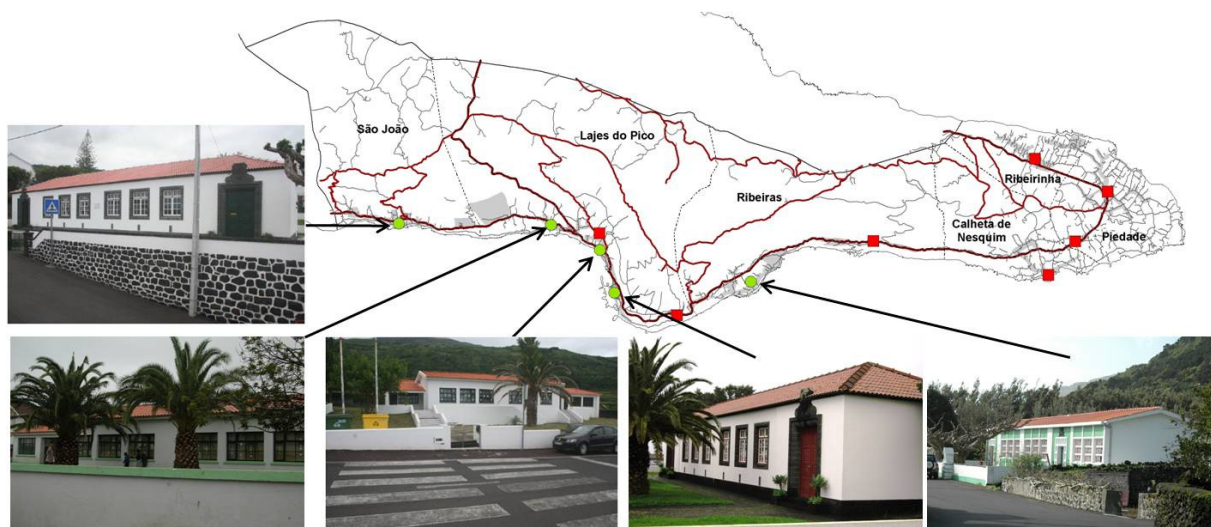
Este equipamento, segundo a informação disponibilizada, tem uma área de construção total de aproximadamente 5.500 m² e inclui um edifício totalmente novo com salas para disciplinas específicas (laboratórios, etc) e um pavilhão gimnodesportivo (para as atividades desportivas escolares e para apoio ao município em jogos oficiais).

Tabela 3.3_Principais características das EB1/JI do município das Lajes do Pico

Estabelecimento de ensino	Entrada em funcionamento	Tipo de construção	Estado de conservação	Nº de pisos	Nº salas JI	Nº salas 1CEB	Nº salas vazias	Refeitório	Cozinha	Sala de professores	Recreio	Campo de jogos
EB1/JI de São João	s/i	Plano dos Centenários	Bom	1	1	1	0	S	S	N	S	S
EB1/JI da Silveira	s/i	Plano dos Centenários	Razoável	1	1	2	0	S	S	N	S	N
EB1/JI da Ribeira do Meio	s/i	Plano dos Centenários	Razoável	1	1	2	0	S	S	N	S	N
EB1/JI das Lajes	s/i	Plano dos Centenários	Razoável	1	2	2	0	S	S	N	S	N
EB1/JI das Ribeiras	s/i	Plano dos Centenários	Bom	1	1	2	0	S	S	S	S	S
EB1/JI da Ponta da Ilha	2013	Arquitetura moderna	Bom	3	3	4	0	S	S	S	S	N

Fonte: Ficha de Sistematização Física. Legenda: S – Sim; N – Não; s/i – sem informação

Figura 3.5_Edifícios escolares do concelho em funcionamento. Plano dos Centenários



Fonte: Quaternaire Portugal; CMLP.

O parque escolar a nível do 1º ciclo (com ou sem pré-escolar) é relativamente antigo com exceção da recente EB1/JI da Ponta da Ilha que entrou em funcionamento no presente ano letivo (2013/14). Por outro lado, a manutenção destes espaços tem contribuído para as razoáveis condições de habitabilidade e bom estado de conservação dos edifícios. De um modo geral todos os estabelecimentos sofreram nos últimos cinco anos obras de beneficiação ou ampliação – com exceção das EB1/JI da Silveira e da Ponta da Ilha –, no sentido de contemplar outros espaços necessários ao bom funcionamento das aulas e atividades.

Através da análise das tabelas 3.2 e 3.3, verifica-se que o parque escolar do município das Lajes do Pico oferece atualmente um total de 9 salas destinadas à educação pré-escolar, 8 das quais integradas na rede pública e 1 pertencente à rede solidária (IPSS). Relativamente ao 1º ciclo, existem 13 salas em funcionamento, devendo salientar-se que não foram identificadas salas sem utilização, espaços estes que são transformados em refeitório, arrumos, entre outras salas de atividades diversas.

O espaço exterior era inicialmente deixado sem qualquer intervenção, tendo sido adaptado à medida das necessidades para espaços de recreio das crianças e atividades desportivas, sendo a sua área muito variável. São espaços geralmente pavimentados, com reduzidas áreas de relva, delimitados com muros baixos e vedações em rede, estando as escolas equipadas com pequenos campos de jogos formalizado, exceto as EB1/JI da Silveira, da Ribeira do Meio e das Lajes, já que o espaço não permite a inclusão desta valência, utilizando o polidesportivo e o ginásio existentes na freguesia.

Relativamente aos horários de funcionamento, as atividades letivas decorrem entre as 9h00/9h30 e as 12h00/12h30 e entre as 13h00/13h30 e as 15h00/15h30, não apresentando oferta de ATL após o período diário letivo.

As refeições são fornecidas pela sede da unidade orgânica e distribuídas pela autarquia pelos refeitórios/cantinas de cada escola, sendo compostas por uma sopa, uma sandes e uma peça de fruta ou gelatina. Estes refeitórios constituem, na generalidade, adaptações de uma sala de atividades ou do aproveitamento de um alpendre que entretanto foi fechado para ampliação dos respetivos edifícios. No caso da EB1/JI das Lajes do Pico, existe uma sala polivalente que é igualmente utilizada como zona de refeitório.

De uma forma geral todos os edifícios escolares EB1/JI encontram-se expostos frequentemente a ventos e/ou sujeitos a humidades, decorrentes das características climáticas da região onde se encontram, também potenciados, por vezes, por uma exposição solar desfavorável, problemas que apenas poderão ser minimizados através dos materiais utilizados nas obras de beneficiação e de medidas adicionais de climatização, sobretudo no Inverno.

Relativamente ao recinto exterior, as escolas que apresentam um fraco grau de adequação às necessidades correspondem aos estabelecimentos com maior número de alunos (sobretudo situadas na sede de concelho), sendo de salientar igualmente as faltas de iluminação exterior, de parque infantil, de espaços para jogos ou mesmo de vedação do próprio recinto. A maioria não possui áreas relvadas, apresentando grande parte do piso em cimento.

Tabela 3.4_Principais características do terreno e envolvente da escola e do mobiliário escolar

Estabelecimento de ensino	Declives acentuados	Exposição solar dominante	Exposição a ventos e humidade	Adequação do recinto exterior às necessidades	Iluminação exterior	Pavimento recreio	Vedação	Mobiliário salas	Mobiliário refeitório	Instalações sanitárias	Computadores
EB1/JI de São João	Não	O	humidade	A	D	Cimento e relva	Sim	Raz	Raz	D	1
EB1/JI da Silveira	Não	E	Sim	D	A	Terra e cimento	Não	Mau	Mau	A	2
EB1/JI da Ribeira do Meio	Não	S	Sim	D	D	Terra e cimento	Sim	Raz	Mau	D	1
EB1/JI das Lajes	Não	S	Sim	D	D	Pedra	Não	Raz	Bom	D	3
EB1/JI das Ribeiras	Não	S	humidade	A	s/i	Cimento e calçada	Sim	Mau	Mau	A	1

Estabelecimento de ensino	Declives acentuados	Exposição solar dominante	Exposição a ventos e humidade	Adequação do recinto exterior às necessidades	Iluminação exterior	Pavimento recreio	Vedação	Mobiliário salas	Mobiliário refeitório	Instalações sanitárias	Computadores
EB1/JI da Ponta da Ilha	Não	E	Sim	A	A	Vários	Sim	Bom	Raz	A	11
Infantário Arco Iris	Sim	O	ventos	s/i	D	s/i	s/i	Raz	Bom	A	2

Fonte: Ficha de Sistematização Física. Legenda: s/i – Sem informação; A – Adequado; D – Desadequado; S – Sul; N – Norte; O – Poente; E – Nascente; SE – Sudeste.

Em termos de mobiliário, este encontra-se geralmente em razoável estado de conservação, embora sejam referidas muitas situações de falta de manutenção e algum desgaste, sendo muitas vezes desadequado às necessidades.

2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário

Tal como referido anteriormente, existe apenas uma escola onde são ministrados os 2º e 3º ciclos do ensino básico e o ensino secundário no concelho, localizada na Vila das Lajes, sendo esta a sede da respetiva unidade orgânica, estando em construção a Escola Básica Integrada da Ponta da Ilha que inicialmente previa a inclusão dos 2º e 3º ciclos, no sentido de abranger os alunos das freguesias da Ribeirinha, Piedade e Calheta de Nesquim, evitando as maiores deslocações para a sede de concelho.

Figura 3.6_Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico



Fonte: Quaternaire Portugal, 2013

A entrada em funcionamento da Escola Básica 2,3/Secundária das Lajes do Pico dá-se no ano de 1977, tendo sido construída de raiz especificamente para a sua função. O edifício localiza-se na sede de concelho, integrado no centro histórico da Vila das Lajes e apresenta uma implantação em U com 2 pisos que albergam as salas de aula, os diversos serviços e áreas administrativas, entre outras salas técnicas e arrumos.

O recinto escolar ocupa uma área de aproximadamente 4200 m² onde se encontra o principal edifício da escola com área de implantação de 1860 m², envolvido por áreas ajardinadas e zonas de estacionamento automóvel, na via pública. O pavilhão/ginásio corresponde a um edifício autónomo, afastado do terreno da escola, a cerca de 140 m de distância deste.

Em termos construtivos os dois edifícios são construídos em alvenaria de tijolo rebocada e pintada, com cobertura em telha cerâmica em duas águas, sendo que o ginásio apresenta-se em avançado estado de degradação. Os edifícios têm sofrido ao longo dos últimos cinco anos obras de requalificação no sentido de minimizar os problemas estruturais e de infiltrações que apresentam.

Tabela 3.5_ Principais características da Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico

Nº edifícios	Nº salas					Instalações gimnodesportivas			Refeições		
	Aula	Artes	Música	Informática	Laboratório	Ginásio	C. Jogos	Balneários	Cozinha	Refeitório	Bar
2	29	2	1	1	2	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Instalações sanitárias				Outros espaços							
Adaptadas	Alunos	Professores	Biblioteca	Auditório	Gabinetes trabalho	Sala Associação Pais	Recreio	Estacionamento			
0	2	3	Sala	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim		

Fonte: EBS Lajes do Pico (Ficha de Sistematização Física), 2013

As salas de aula dividem-se em: 29 salas de aula regulares, 1 sala de Ciências Naturais ou equivalente, 1 sala de história, 1 sala de geografia, 1 sala de físico-química, 1 sala de EVT (Educação Visual e Tecnológica), 1 sala de educação musical e sala de desenho e 1 sala de informática. A escola possui ainda 2 laboratórios: físico-química e matemática.

Quanto ao espaço de recreio exterior, revela-se desadequado a um estabelecimento desta natureza, apresentando uma área livre manifestamente insuficiente face às necessidades dos alunos. O pavilhão gimnodesportivo está a ser remodelado. Esteve encerrado no ano letivo 2012/2013 pelo que os alunos praticavam as atividades desportivas no exterior (prevê-se a sua entrada em funcionamento no ano 2013/2014. Este pavilhão localiza-se fora do recinto escolar, implicando uma deslocação dos alunos na via pública para a realização das atividades desportivas.

Em termos de valências, a EB2,3/S das Lajes do Pico possui ainda uma sala para biblioteca, um pavilhão gimnodesportivo (edifício autónomo), uma cantina com bufete, sala de convívio de alunos, sala de professores, além dos vários gabinetes dos departamentos curriculares.

No que se refere ao horário de funcionamento, a EBS das Lajes do Pico também funciona em regime normal e as atividades letivas decorrem em dois períodos:

- período da manhã: entre as 8h30 e as 13h25;
- período da tarde: entre as 13h30 e as 18h25.

Relativamente à oferta formativa no que se refere ao ensino secundário, este estabelecimento de ensino oferece atualmente (ano letivo 2013/2014) os seguintes cursos:

Cursos Científico-Humanísticos

- Ciências e Tecnologias (três turmas);
- Ciências Socioeconómicas (duas turmas);
- Línguas e Humanidades (três turmas);
- Artes visuais (três turmas);

Cursos tecnológicos:

- Ação Social (uma turma) – termina no presente ano letivo (2013/2014);
- Desporto (uma turma) – terminou no ano letivo 2012/2013,

pelo que deixarão de ter oferta de cursos tecnológicos, em conformidade com a legislação em vigor.

Em termos de ofertas curriculares alternativas a escola oferece ao nível do ensino básico, o ensino artístico vocacional (duas turmas), um curso PROFIJ nível II (empregado/a comercial) e no nível secundário dois cursos do PROFIJ nível IV com uma turma cada: técnico comercial e técnico de informática – sistemas.

3.2.5 ESTADO DE CONSERVAÇÃO, ADEQUAÇÃO E SEGURANÇA DOS ESPAÇOS

Assistiu-se a uma melhoria dos equipamentos educativos do 1º ciclo nos últimos cinco anos, sobretudo em termos de beneficiação dos espaços exteriores (vedações, pavimentos, criação de zonas de desporto e recreio infantil) e da reabilitação de fachadas e coberturas, constituindo um importante investimento da autarquia no parque escolar do concelho – EB1/JI da Ribeira do Meio, da Silveira e das Ribeiras, bem como da reconstrução da EB1/JI de São João.

Não obstante e tendo em consideração os levantamentos efetuados e as respostas aos inquéritos e fichas de sistematização física, verificaram-se algumas situações de necessidade de obras, das quais vale a pena destacar a EB2,3/S das Lajes do Pico, que revelou sérios problemas de infiltrações e humidade, problemas de climatização, desadequação de salas e espaços específicos às necessidades, entre outros.

Neste contexto, os equipamentos educativos do concelho das Lajes do Pico apresentam de um modo geral um estado de conservação razoável (veja-se tabela seguinte), sendo a EB1/JI da Ribeira do Meio (freguesia das Lajes do Pico) a que necessita de intervenção a curto prazo, já que segundo a informação recolhida, apresenta problemas estruturais nas paredes, tetos, vãos e instalações sanitárias. Refira-se que estão a decorrer obras de beneficiação dos espaços de recreio e entrada da escola.

Tabela 3.6_Estado de conservação, adequação dos espaços e principais problemas identificados

Estabelecimento de ensino (em funcionamento)	Estado de conservação dos edifícios	Estado de conservação do mobiliário	Adequação do refeitório	Estado de conservação dos espaços de recreio	Espaços verdes	Problemas identificados
Infantário Arco-íris	Razoável	Razoável	A	s/i	s/i	Nº de computadores desadequado; sala de atendimento desadequada; sem aquecimento
EB1/JI de São João	Bom	Razoável	A	Razoável	A	IS do pré-escolar desadequada; mobiliário desadequado ao pré-escolar; sem aquecimento
EB1/JI da Silveira	Razoável	Mau	D	Mau	D	nº de computadores desadequado; instalações elétricas desadequadas; zona de refeitório; Sem aquecimento
EB1/JI da Ribeira do Meio	Razoável	Mau	D	Razoável	D	Problemas nos tetos, paredes, portas e janelas; canalizações e fossa; refeitório desadequado; louças sanitárias
EB1/JI das Lajes	Razoável	Razoável	A	Razoável	D	Passagem coberta entre pavilhões insuficiente; sala convívio alunos desadequada; nº de computadores desadequado
EB1/JI das Ribeiras	Bom	Mau	D	Bom	A	Nº de computadores desadequado; refeitório desadequado; ginásio reduzido; louças sanitárias degradadas; sem aquecimento
EB1/JI da Ponta da Ilha	Bom	Bom	A	Bom	A	-
EB2,3/S das Lajes do Pico	Razoável	Razoável	D	Razoável	A	Infiltrações nos tetos; infiltrações de salinidade; salas de disciplinas específicas desadequadas;

Fonte: Ficha de Sistematização Física, 2013 e 2014.

Legenda: s/i – Sem informação; A – Adequado; D – Desadequado; s/i – Sem informação.

Ainda no que respeita a problemas verificados, destaca-se o estado razoável a mau do mobiliário (salas de aula, refeitório e salas de professores), a fraca ou inexistente iluminação exterior, a falta de adequação do recinto exterior às necessidades atuais (em termos de segurança, ausência de campos de jogos ou espaço de recreio infantil, a proximidade a vias de grande circulação) alguns problemas de infiltrações, ausência de sistemas de aquecimento, entre outros.

Tabela 3.7_ Caracterização e avaliação da segurança dos estabelecimentos escolares

Estabelecimento de ensino (em funcionamento)	Passeios nas ruas	Iluminação da rua	Passadeiras	Passadeiras com senáforos	Lombas de redução de velocidade	Saída de escola com resguardo	Sinal de indicação de escola	Vias de grande circulação	Cruzamentos perigosos não protegidos	Outras situações de perigo
Infantário Arco-íris	D	D	A	N	N	N	N	N	S	Casa em ruínas ao lado
EB1/JI de São João	D	D	N	N	N	N	S	N	N	N
EB1/JI da Silveira	N	D	N	N	N	S	s/i	S	S	Sem vedação; localização junto a bomba de gasolina
EB1/JI da Ribeira do Meio	N	D	S	N	N	S	S	S	N	N
EB1/JI das Lajes	A	D	A	N	S	S	S	N	N	Sem vedação; recinto muito exposto; vandalismo
EB1/JI das Ribeiras	N	A	N	N	N	S	S	N	N	Situada junto a uma ribeira
EB1/JI da Ponta da Ilha	D	S	S	N	N	N	N	S	N	N
EB2,3/S das Lajes do Pico	A	A	A	N	A	N	S	N	N	Sem vedação; linhas de alta tensão sobre a escola

Fonte: Ficha de Sistematização Física, 2013 e 2014.

Legenda: A – Adequado; D – Desadequado; S – Sim; N – Não; s/i – Sem informação.

Relativamente à segurança dos edifícios, estes possuem Plano de Emergência, à exceção da EB1/JI das Ribeiras, sendo a EB2,3/S das Lajes do Pico e a EB1/JI da Ponta da Ilha as únicas que apresentam sistema de alarme implantado.

Tabela 3.8_ Caracterização e avaliação da segurança passiva e ativa nos estabelecimentos escolares

Estabelecimento de ensino (em funcionamento)	Segurança passiva					Segurança ativa		
	Sistema de alarme	Extintores	Iluminação recreio	Saída de emergência	Plano de emergência	Alarme ligado à vigilância ativa	Guarda-noturno	Vigilância por empresa de segurança
Infantário Arco-íris	N	S	N	S	S	N	N	N
EB1/JI de São João	N	S	N	N	S	N	N	N
EB1/JI da Silveira	N	S	N	N	S	N	N	N
EB1/JI da Ribeira do Meio	N	S	D	S	S	N	N	N
EB1/JI das Lajes	N	S	S	S	S	N	N	N
EB1/JI das Ribeiras	N	S	N	S	N	N	N	N
EB1/JI da Ponta da Ilha	S	S	S	S	S	N	N	N
EB2,3/S das Lajes do Pico	S	S	A	s/i	S	N	N	N

Fonte: Fichas de Sistematização Física, 2013 e 2014;

Legenda: A – Adequado; D – Desadequado; S – Sim; N – Não; s/i – Sem informação.

Em termos de segurança ativa, não existem estabelecimentos com vigilância privada ou com alarme ligado à vigilância ativa, nem mesmo com vigilância noturna.

O quartel de bombeiros fica localizado na sede de concelho, na ponta este do território municipal, assim como o centro de saúde, pelo que as escolas localizadas nas freguesias do outro extremo do concelho apresentam distâncias maiores aos meios de socorro, tendo a estrada regional como única via de circulação e de acesso aos estabelecimentos.

3.2.6 ALTERAÇÕES DETETÁVEIS E NECESSIDADE DE OBRAS

De um modo geral não se detetaram alterações nos edifícios escolares. Pontualmente verificou-se um aumento de área com a construção de edifício anexo sobretudo no sentido de responder a necessidades específicas de funcionamento da escola, como por exemplo, o encerramento de alpendre para instalar uma zona de refeitório ou arrumos, um novo edifício para uma sala polivalente (onde normalmente funciona o ginásio, o refeitório, os arrumos para material desportivo, entre outros).

Quanto à necessidade de obras, há que salientar o facto de alguns edifícios das EB1/JI apresentarem problemas de humidade e infiltrações, apesar dos melhoramentos que têm sido levados a cabo pela autarquia e que têm contribuído para o bom estado de conservação da maioria destas escolas.

Verifica-se igualmente a necessidade de melhoria da iluminação exterior e da adequação dos espaços de recreio à realidade de cada escola, nomeadamente ao número de alunos, ao tipo de espaços e de pavimentos que apresentam, assim como à segurança e acessibilidade.

Ao nível dos espaços interiores, há que referir a necessidade frequente de reajustamento dos espaços de refeitório e das instalações sanitárias, bem como a substituição/complementação de algum mobiliário das diversas salas.

Relativamente à EB2,3/S das Lajes do Pico, apesar de ter sido alvo de melhoramentos e obras de requalificação, os problemas detetados revelam alguma urgência de obras de reabilitação, sobretudo devido problemas estruturais ampliados pela sua localização em leito de cheia, assistindo-se a infiltrações de salinidade, bem como outras infiltrações que muitas vezes impossibilitam o normal funcionamento das atividades.

3.2.7 TAXA DE OCUPAÇÃO, IRRADIAÇÃO E SATURAÇÃO DOS ESPAÇOS

Neste ponto analisa-se a capacidade/saturação dos estabelecimentos escolares a partir dos dados relativos ao ano letivo 2013/2014, bem como a irradiação dos equipamentos.

Uma vez que os estabelecimentos escolares do concelho oferecem mais do que um nível de ensino, com exceção dos jardins-de-infância, o cálculo das capacidades atuais são apresentados por tipologia de equipamento.

Relativamente ao ensino pré-escolar no jardim-de-infância, o Infantário Arco-Iris apresenta uma sala de atividades, com capacidade estimada para 15 crianças dos 3 aos 6 anos e tem atualmente 16 utentes, excedendo ligeiramente a capacidade da sala.

Segundo o referencial da DGOTDU de 2002 Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos, no que diz respeito à capacidade de uma EB1/JI, as turmas devem ter entre 20 e 25 alunos. Partindo do nº máximo de alunos por turma (e por sala) obtém-se uma capacidade total instalada de 450 alunos (18 salas), não fazendo a distinção entre educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico.

Assim, através da observação da tabela seguinte, pode concluir-se que a taxa de ocupação global dos estabelecimentos EB1/JI no ano letivo 2013/2014 no município das Lajes do Pico situa-se numa média de 86%. Dos sete estabelecimentos analisados, não existe nenhum com taxa de ocupação inferior a 50% e, destacando-se a EB1/JI das Lajes do Pico que apresenta uma taxa de ocupação na ordem dos 97% e o Infantário Arco-Iris atualmente excede o seu limite de capacidade.

Relativamente à EBS das Lajes do Pico, de acordo com os dados recolhidos através da Ficha de Sistematização Física, a escola apresenta uma capacidade de 29 salas de aula regulares e é com base neste número que se calcula a capacidade instalada deste estabelecimento de ensino.

A capacidade e a taxa de ocupação atual são analisadas em termos de equipamento, e não por tipologia de ensino, uma vez que se trata de um estabelecimento onde são lecionados os 2º e 3º ciclos do ensino básico e o ensino secundário. Assim, partindo do princípio que o número máximo de

alunos admitido por sala é em média 22, a capacidade total da EBS das Lajes do Pico é de 638 alunos, revelando uma taxa de ocupação no ano letivo 2013/2014 de cerca de 59%.

Tabela 3.9_ Taxa de ocupação global dos estabelecimentos da rede educativa (ano letivo 2013/2014)

Estabelecimento de ensino	Capacidade		Ocupação atual * (alunos)	Taxa de ocupação
	Nº salas *	Nº máx. de alunos		
Infantário "Arco Iris"	1	15	16	106,7%
EB1/JI de São João	2	40	24	60,0%
EB1/JI da Silveira	2	38	32	84,2%
EB1/JI da Ribeira do Meio	3	60	32	53,3%
EB1/JI das Lajes	4	70	68	97,1%
EB1/JI das Ribeiras	3	60	40	66,7%
EB1/JI da Ponta da Ilha	7	160	83	51,9%
TOTAL EB1/JI	18	343	295	86,0%
EB2,3/S das Lajes do Pico	29	638	378	59,2%

Fonte: (*) Ficha de Sistematização Física, 2013 e 2014; (**) Corresponde apenas ao ensino pré-escolar (crianças dos 3 aos 6 anos)

A irradiação de uma escola é determinada pela distância-tempo máximos entre a escola e os locais de residência, medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500m de largura para cada lado dos seus eixos.

Os valores de irradiação variam em função da faixa etária dos alunos e dos modos de deslocação utilizados, devendo igualmente atender-se às características físicas do local de estudo, nomeadamente a orografia, o clima, as vias de comunicação e a rede de transportes, de forma a garantir aos alunos as condições adequadas de segurança e conforto nas suas deslocações diárias à escola.

Tabela 3.10_ Área de influência das escolas do 1º ciclo do ensino básico em função do local de residência

Local de residência	Escola	Local de residência	Escola
São João	EB1/JI de São João	Calheta de Nesquim	EB1/JI da Ponta da Ilha
Lajes do Pico	EB1/JI das Lajes do Pico EB1/JI da Ribeira do Meio EB1/JI da Silveira	Fetais	
Ribeira do Meio		Foros	
Silveira		Manhenha	
Almagreira		Piedade	
Terras		Calhau	
Arrife	EB1/JI das Ribeiras	Baixa	
Santa Bárbara		Ribeirinha	
Santa Cruz das Ribeiras			
Pontas Negras			
Ribeira Seca			
Ribeira Grande			

Fonte: Quaternaire Portugal.

A tabela anterior apresenta as áreas de influência de cada escola EB1/JI em funcionamento, consoante o local de residência (por núcleo populacional). Verifica-se que existe um estabelecimento com Jardim-de-Infância e 1º ciclo que recebe as crianças de três freguesias mais afastadas da sede

do concelho sendo que a sede de concelho possui três destes estabelecimentos, já que também concentra maior população residente.

De acordo com o disposto nas Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos (DGOTDU, 2002) estabelece-se os seguintes tempos de deslocação escola-local de residência recomendados para os diferentes graus de ensino:

- Jardim de Infância – a pé 15 min., em transporte público 20 min.;
- Escola Básica 1º Ciclo – a pé preferencialmente 1 km ou 15 min. ou no máximo 1,5 km ou 30 min.; em transporte público no máximo 40 min.;
- Escola Básica 2º e 3º Ciclos - a pé preferencialmente 1,5 km ou 30 min. ou no máximo 2,2 km ou 45 min.; em transporte público no máximo 60 min.;
- Escola Secundária - a pé 2 km ou 30min. preferencialmente ou, no máximo, 3 km ou 50 min.; em transporte público, no máximo, 60 min.

De modo a perceber as distâncias máximas entre o local de residência (por aglomerado) e o estabelecimento educativo a que pertencem – calculadas a partir do ponto mais distante do estabelecimento, no limite do perímetro urbano –, bem como o tempo gasto consoante o modo de deslocação, apresenta-se a tabela seguinte.

Tabela 3.11_Distâncias máximas entre o local de residência e as escolas do 1º ciclo do ensino básico

Aglomerado urbano	Escola	Distância (km)	Tempo gasto (min)	
			A pé	Transporte coletivo
São João	EB1/JI de São João	2,0	-	3,2
Lajes do Pico	EB1/JI das Lajes do Pico	0,6	12	-
Ribeira do Meio	EB1/JI da Ribeira do Meio	1,5	30	-
Silveira	EB1/JI da Silveira	1,4	28	-
Almagreira	EB1/JI da Ribeira do Meio	1,5	30	-
Terras	EB1/JI das Lajes do Pico	3,7	-	6
Arrife	EB1/JI das Ribeiras	3,2	-	5,1
Santa Cruz das Ribeiras	EB1/JI das Ribeiras	1,9	-	3,1
Pontas Negras	EB1/JI das Ribeiras	6,5	-	10,5
Ribeira Grande	EB1/JI das Ribeiras	7,2	-	11,6
Ribeira Seca	EB1/JI das Ribeiras	7	-	11,3
Calheta de Nesquim	EB1/JI da Ponta da Ilha	4,6	-	7,4
Fetais	EB1/JI da Ponta da Ilha	2,5	-	4
Piedade	EB1/JI da Ponta da Ilha	2,5	-	4
Calhau	EB1/JI da Ponta da Ilha	1,6	32	-
Baixa	EB1/JI da Ponta da Ilha	3,0	-	4,8
Ribeirinha	EB1/JI da Ponta da Ilha	3,9	-	6,3

Fonte: Cartografia da Revisão do PDM das Lajes do Pico, 2014.

As maiores distâncias verificam-se, como seria de esperar, nos aglomerados cujo estabelecimento de educação se encontra suspenso, em que os alunos nesta situação são transportados para a escola em funcionamento mais próxima. Assim, nas sete situações existentes – Ribeira Seca, Almagreira, Terras, Fetais, Piedade, Ribeirinha e Calheta de Nesquim, – as crianças encontram-se a frequentar a escola mais próxima em funcionamento, em que nos cinco primeiros casos, os alunos continuam a estudar na mesma freguesia.

Refira-se ainda a situação do aglomerado da Ribeira Grande como a mais desfavorável em termos de distâncias e tempos de deslocação entre a residência e o local de estudo (embora permanecendo na mesma freguesia), registando a maior distância a percorrer, não havendo alternativa ao transporte coletivo das crianças. Este facto é também motivado pelas características do território que nesta zona apresenta um relevo mais irregular, com uma rede viária mais sinuosa, tendo a Estrada Regional como única via de circulação, com todos os perigos que acarreta.

O facto de atualmente o único estabelecimento dos 2º e 3º do CEB e de ensino secundário do concelho se situar praticamente num dos extremos do território municipal faz com que os alunos provenientes, por exemplo, da Ribeirinha tenham de atravessar o município ao longo da estrada regional, chegando a demorar aproximadamente 40 minutos em transporte coletivo.

Finalmente e em termos de proveniência, considera-se importante referir que todos os alunos que frequentam as escolas da Unidade Orgânica da Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico residem no próprio concelho, bem como grande parte do pessoal docente e auxiliar de ação educativa, sendo que especificamente na EB2,3/S das Lajes do Pico existem 14 professores que residem no concelho da Madalena e 10 em São Roque do Pico.

3.2.8 POSSIBILIDADE/PERTINÊNCIA DE AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIOS

Tendo em conta as taxas de ocupação dos estabelecimentos escolares, a situação atual não revela necessidade de ampliação dos equipamentos.

Em termos de possibilidade de ampliação dos edifícios, relativamente aos estabelecimentos afetos à educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, os edifícios já esgotaram a sua capacidade de ampliação. Poderá ser equacionada a possibilidade, em caso de eventual necessidade, da construção de um novo edifício complementar ao principal, nas situações em que o terreno apresente dimensão suficiente, podendo assim compensar a falta de espaço.

No que diz respeito à EB2,3/S das Lajes do Pico, as instalações encontram-se a sua máxima capacidade, sendo que o terreno não possui área que permita a sua ampliação.

Tabela 3.12_Perspetivas futuras de reajustamento dos estabelecimentos educativos

	Perspetivas de reajustamento	Requalificação das instalações	Ampliação	Observações
Infantário Arco-Íris	Não	-	-	Existem infiltrações na cobertura; problemas nas portas e janelas
EB1/JI de São João	s/i	s/i	s/i	Deficiências na iluminação exterior; mau estado de mobiliário; desadequação das loiças sanitárias
EB1/JI da Silveira	Não	-	-	Necessidade de tomadas elétricas, desadequação do espaço de refeitório; mau estado do mobiliário; deficiências na iluminação exterior
EB1/JI da Ribeira do Meio	Sim	Substituição do telhado	-	Problemas nos tetos, paredes, portas e janelas; canalizações
EB1/JI das Lajes do Pico	Não	-	-	Escola demasiado exposta à população; frequentes atos de vandalismo; passagem coberta entre pavilhões insuficiente
EB1/JI das Ribeiras	s/i	s/i	s/i	Mau estado de mobiliário e instalações sanitárias; desadequação do espaço de refeitório
EB1/JI da Ponta da Ilha	Não	-	-	-
EB2,3/S das Lajes do Pico	Não	-	-	Escola bastante degradada; infiltrações de salinidade e no teto;

Fonte: Fichas de Sistematização Física, 2013 e 2014. s/i – Sem informação

Segundo os dados recolhidos nas Fichas de Sistematização Física, não se perspetivam reajustamentos nos equipamentos escolares, com exceção da EB1/JI da Ribeira do Meio na freguesia das Lajes do Pico, verificando-se a necessidade de substituição do telhado e a realização de obras de requalificação (instalações de gás e águas, beneficiação de paredes na área de recreio coberta).

Contudo, todos os estabelecimentos evidenciam a necessidade de melhoria dos espaços e instalações existentes, sobretudo ao nível da segurança (vedações, iluminação exterior; adequação do refeitório) e complemento dos equipamentos de que dispõem, exceto a EB1/JI da Ponta da Ilha.

As perspetivas de reajustamento assinaladas referem-se então a obras de conservação e de recuperação de algumas instalações, indo ao encontro das taxas de ocupação atuais, que ficam aquém da capacidade total instalada. No entanto, a existência de salas com outras valências, para além das salas de aula permite maior flexibilidade aos estabelecimentos na gestão dos aumentos e perdas de alunos a que as escolas estão sujeitas por razões diversas – aumento/diminuição da população, surgimento de novas zonas residenciais, etc.

Figura 3.17_Futura Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico



Fonte: CMLP; Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico (<http://srec.azores.gov.pt/dre/sd/115161010600/>)

Por outro lado, existem várias notícias que dão conta da realocização da escola básica e secundária das Lajes do Pico, que atualmente funciona no centro da Vila das Lajes, na freguesia sede do concelho, para a zona da Ribeira do Meio.

“(…) a empreitada destina-se a dotar o concelho das Lajes do Pico de um novo edifício adequado às reais necessidades da comunidade escolar, destinando-se a crianças da educação pré-escolar e a alunos do ensino básico e secundário.”

Segundo a informação no *site* da autarquia, “a nova escola vai permitir “ultrapassar os constrangimentos que a atual escola vive”, uma vez que “é outro tipo de estrutura, com uma envolvência desportiva completamente diferente” que garante aos alunos das Lajes do Pico excelentes condições de aprendizagem.”

Com efeito, o projeto já reformulado prevê uma área de construção total de cerca de 13.320m² num terreno com 56,8ha, com oferta de todos os níveis de ensino, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, bem como várias valências associadas, e uma capacidade de 600 alunos. O futuro recinto escolar irá dispor de várias instalações para desporto (ginásio polidesportivo, ginásio tipo G1, salas de educação física, polidesportivo exterior com pista de atletismo, balneários), 1 auditório, 1 biblioteca, várias salas específicas (área de educação especial, 1 sala de informática, 1 sala de música e 2 de ensino individual, 2 laboratórios, sala de química e anexo de reagentes, sala de educação tecnológica, sala de EVT, sala de desenho, 2 salas de pequenos grupos e seminário), Refeitório, Bar, sala de convívio, áreas administrativas, entre outros.

3.2.9 PARTILHA DE INSTALAÇÕES ENTRE INSTITUIÇÕES

De um modo geral, as diversas escolas do município não utilizam instalações fora do recinto escolar para a realização das suas atividades curriculares, sendo comum a utilização do recinto por parte de outras instituições.

Assim, o pavilhão gimnodesportivo na Vila das Lajes é utilizado pelos clubes desportivos para os treinos semanais das várias modalidades, tal como o ginásio da EB1/JI da Ponta da Ilha é utilizado pelos grupos desportivos diariamente, sendo também o estádio municipal por vezes cedido para a prática desportiva dos clubes e associações locais.

Por sua vez, é referido pela EB1/JI das Ribeiras que as instalações escolares são utilizadas pela Igreja por ocasião das Festas de Nossa Senhora da Piedade. O edifício polivalente da EB1/JI das Lajes do Pico é ainda utilizado pela Segurança Social durante as férias de verão para a realização de atividades de ocupação de tempos livres.

3.2.10 REDE CONCELHIA CENTROS EDUCATIVOS E BIBLIOTECAS ESCOLARES

Atualmente o município das Lajes do Pico não dispõe de Centros Educativos.

No que se refere às bibliotecas escolares, os estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1º ciclo não possuem biblioteca, embora tenha sido referido nos questionários e fichas de sistematização física a existência pontual de salas adaptadas a biblioteca. A EB2,3/S das Lajes do Pico possui a respetiva biblioteca escolar que funciona entre as 8h30 e as 17h30.

O concelho dispõe ainda de uma biblioteca municipal localizada na Vila das Lajes, na freguesia das Lajes do Pico, que inclui um acervo de 11 000 livros. A Biblioteca Municipal Dias de Melo tem como objetivo principal da sua missão o combate permanente à infoexclusão, através da garantia contínua do acesso à informação nos seus vários suportes, estando equipada com computadores com ligação à internet (serviço gratuito), sala infantil/juvenil, sala para adultos e ainda um auditório municipal – espaço de importância central na vida cultural da comunidade.

Além dos serviços normais associados ao seu funcionamento, a Biblioteca proporciona um conjunto de atividades de animação cultural destinadas a vários públicos (fonte: www.cm-lajesdopico.pt):

- Atividades de incentivo à leitura para os públicos infantil e adulto;
- Atividades de animação cultural;
- Atelier de pintura e expressão plástica (apenas para a Secção infantil) - atividades diárias propostas para a Sala Infantil - Juvenil, sendo que todos os materiais necessários para a execução destas atividades são igualmente disponibilizados pela Biblioteca;
- Caixinha da leitura - A Biblioteca é responsável, através da atividade Caixinha da Leitura, pela circulação de mais de 300 livros mensais por todas as Escolas de ensino pré-escolar e 1º ciclo do concelho;
- Clube de leitura - O Clube de Leitura da Biblioteca Municipal Dias de Melo tem como base os Centros de Dia para idosos do Concelho das Lajes do Pico mas a participação está aberta a todos os utilizadores da Biblioteca. O Clube tem como objetivo a promoção da leitura, o debate de ideias, o convívio e a partilha de experiências.

3.2.11 SERVIÇOS DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO

Os serviços de psicologia e orientação são prestados nas escolas, nos Açores, por psicólogos disponibilizados na generalidade pela Direção Regional de Educação, a todos os níveis de ensino, incluindo o pré-escolar. No caso específico do município das Lajes do Pico, estes serviços são prestados por um único psicólogo disponibilizado pela Unidade Orgânica da EB2,3/S das Lajes do Pico.

Relativamente a este aspeto importa ainda mencionar que de uma forma geral a cobertura dos serviços de Psicologia nas escolas do concelho é avaliada como sendo boa (veja-se tabela seguinte).

Tabela 3.13_ Oferta de serviços de psicologia e orientação

Estabelecimentos	Entidade que disponibiliza	Cobertura dos Serviços de Psicologia	Local onde é disponibilizado
EB1/JI de São João	DRE	Boa	Na sede da unidade orgânica
EB1/JI da Silveira	N/R	Boa	Na sede da unidade orgânica
EB1/JI da Ribeira do Meio	DRE	Boa	Na sede da unidade orgânica
EB1/JI das Lajes	N/R	N/R	N/R
EB1/JI das Ribeiras	DRE	Boa	Na sede da unidade orgânica
EB1/JI da Ponta da Ilha	DRE	Boa	Na sede da unidade orgânica
EB2,3/S das Lajes do Pico	DRE	N/R	N/R

Fonte: Resposta aos Questionários, 2013 e 2014. Legenda: N/R – não responde.

3.2.12 MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

A unidade orgânica da EB2,3/S das Lajes do Pico possui associação de pais e encarregados de educação com sede na própria escola secundária e abrange todas as escolas do concelho. Relativamente à rede solidária, não houve resposta neste campo.

3.2.13 EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial faz parte integrante da estrutura das redes de ensino regular e profissional e visa responder a necessidades educativas especiais, decorrentes de limitações ou incapacidades que se manifestam de modo sistemático e com carácter prolongado, inerentes ao processo individual de aprendizagem e de participação na vivência escolar, familiar e comunitária.

Os dados que a seguir se apresentam dizem respeito ao número de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino da Rede Pública no município das Lajes do Pico no período entre 2002/03 – 2013/14 com necessidades especiais educativas, não sendo no entanto possível fazer qualquer desagregação da informação por nível de ensino ou tipologia de necessidade, o que limita a análise a fazer destes dados.

Tabela 3.14_ Frequência do Ensino Especial no município das Lajes do Pico entre 2002/03 e 2013/14 (número de alunos matriculados)

2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13*	2013/14*
26	53	s/i	42	16	21	23	17	26	44	69	74

Fonte: Divisão de Documentação e Estatística da Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura, 2013. (*) Unidade Orgânica da EBS das Lajes do Pico, 2014.

3.2.14 ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES E ATIVIDADES EXTRA-CURRICULARES

De acordo com as informações recolhidas junto dos estabelecimentos de ensino, as atividades pedagógicas e complementares, extraescolares, são proporcionadas nas várias escolas, semanalmente, em que os custos são suportados pela sede da Unidade Orgânica da EBS das Lajes do Pico através da DRE.

A tabela seguinte sintetiza as atividades pedagógicas e complementares proporcionadas pelos vários estabelecimentos de ensino no município.

Tabela 3.15_ Atividades pedagógicas e complementares nas escolas do município

Atividade	Periodicidade	Local onde se desenrola a atividade	Quem suporta os custos
Tarde de estudo	Diária	EB2,3/S das Lajes do Pico	EB2,3/S das Lajes do Pico
Ensino artístico			
Música	Semanal	Todas as EB1/JI	Sede da Unidade Orgânica/DRE
Inglês			
Expressão motora			
Inglês	2 X semana	EB1/JI das Ribeiras	DRE
Religião (EMRC)	Semanal		

Fonte: Inquirição por questionário, 2013 e 2014.

Por outro lado, verifica-se que no município das Lajes do Pico o único centro ATL (Atividades de Tempos Livres) que existe está instalado no Infantário Arco-íris (rede solidária) cujas atividades de cariz lúdico e pedagógico se destinam às crianças a frequentar o 1º ciclo da EB1/JI das Lajes do Pico, com um horário de funcionamento entre as 15h e as 18h no período letivo e entre as 9h e as 18h durante as férias, servindo assim de complemento à atividade letiva da escola.

Este ATL funciona numa sala com capacidade para 20 crianças e encontra-se atualmente com 10 utentes, proporcionando atividades complementares ministradas por professores e voluntários, sendo que algumas são promovidas por outras instituições.

Sabe-se ainda que o edifício polivalente da EB1/JI das Lajes do Pico é utilizado pela Segurança Social durante as férias de verão para a realização de atividades de ocupação de tempos livres, embora se desconheça a periodicidade, a tipologia de atividades e o número de utentes.

Refira-se o projeto piloto que a autarquia irá implementar durante as férias escolares de 2012/2013 e 2013/2014 relativo à realização de atividades de ocupação de tempos livres nos Fetais, freguesia da Piedade, com um horário de funcionamento das 8h30 às 16h30.

Quanto a atividades proporcionadas por outras instituições, fora da rede educativa, além das atividades de animação cultural organizadas pela Biblioteca (veja-se ponto 3.2.10) existem diversas instituições do concelho e da ilha que promovem diversas atividades aos alunos, realizadas ocasionalmente, por exemplo, a CulturPico, EEM, o Parque Natural da Ilha, a Ecoteca, a PDP, a USIP, o Centro de Artes e Ciências do Mar, o Museu dos Baleeiros, entre outras.

No âmbito do PROFIJ, os alunos da EB2,3/S das Lajes do Pico que frequentam o curso de Técnico Comercial podem usufruir das atividades deste programa, financiadas pela União Europeia.

Há ainda a referir o programa “Semanas Culturais e Desportivas – Freguesias ConVida” de iniciativa municipal que decorre entre fevereiro e junho e que consiste num projeto de animação cultural e desportiva com vista à promoção de forma integrada da cultura e do desporto nas várias freguesias do concelho.

O programa é organizado pela Empresa Municipal CulturPico com a colaboração das várias instituições, coletividades e individualidades de cada freguesia, com os seguintes objetivos:

- Promover e desenvolver atividades de natureza cultural, social, artística, ambiental e desportiva;
- Valorizar a arte, a cultura e o desporto como instrumentos de desenvolvimento da dignidade dos indivíduos e das comunidades;
- Preservar a memória e o património Local;
- Ocupar os tempos livres dos cidadãos de forma criativa e saudável;
- Aumentar a oferta cultural e desportiva nas freguesias;

- Promover o intercâmbio cultural;
- Promover a educação ambiental e a educação para a saúde;
- Potenciar a criação de contextos de integração e solidariedade social.

3.2.15 OS PROJETOS EDUCATIVOS

De acordo com a legislação em vigor, o Projeto Educativo constitui o documento que consagra a orientação educativa da unidade orgânica, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a unidade orgânica se propõe cumprir a sua função educativa.

Tabela 3.16_ Projectos Educativos da rede escolar do concelho e grau de concretização dos objetivos

Estabelecimento	Existe formalizado	Grau de alcance dos objetivos	Tem sofrido alterações ao conteúdo?	Em que domínios?	É avaliado?
EBS das Lajes do Pico	Sim	N/R	N/R	N/R	Sim
Infantário Arco-Íris	Sim	Elevado	Não	-	N/R

Fonte: Fichas de Sistematização Física. Legenda: N/R – não responde.

a) Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico

O Projeto Educativo consultado apresenta um plano de ações para o triénio 2011-2014 com o tema “Uma cidadania empenhada” tendo em vista o principal objetivo de “formar cidadãos portadores de competências essenciais e estruturantes, abrangendo todas as vertentes do desenvolvimento humano.” Assim, as ações previstas para um período de 3 anos são as seguintes:

- Criação do centro de formação – relacionado com a acreditação da escola como entidade formadora do pessoal docente e não docente;
- Atividades interdisciplinares – desportivas, culturais e ambientais;
- Atividades de enriquecimento do currículo - clubes escolares, visitas de estudo, intercâmbios/parcerias, festas, entre outras;
- Outras atividades: em parceria com as instituições do município, onde a envolvimento e interação da escola com o meio em que está inserida tem já grande notabilidade (exposições, comemorações, concertos, entre outros projetos de interação com a sociedade civil).

A escola deve continuar a ser inclusiva, oferecendo uma multiplicidade de oportunidades, no sentido de se diversificar a oferta educativa e aproximá-la das expectativas da comunidade escolar. Assim, a escola deve manter:

- Promoção dos cursos científico-humanísticos e tecnológicos, vocacionados para o prosseguimento de estudos;
- Aproveitamento ao máximo da situação privilegiada e o esforço que se tem desenvolvido na implementação do ensino artístico;
- Implementação dos cursos de carácter profissional de modo a valorizar competências do domínio prático e do programa reativar e a aplicação das medidas do regime educativo especiais.

Neste sentido, a comunidade escolar deve ser mobilizada tendo em vista:

- Promover situações que proporcionem aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio afetiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação, cooperação e respeito pelo outro;
- Promover situações que conduzam os alunos a refletir e questionar a sua atuação em determinado momento;
- Dinamizar atividades que permitam o desenvolvimento cultural dos alunos, implementando estratégias de ensino conducentes a aprendizagens significativas que valorizaram a teoria e a prática;
- Dinamizar atividades e implementação de metodologias e estratégias de ensino que facilitem o acesso ao currículo por parte dos alunos respeitando as suas necessidades educativas;
- Promover a colaboração com diferentes parceiros educativos, nomeadamente, associação de pais, camara municipal, juntas de freguesia, instituições de formação, cultura e apoio social, USIP, estabelecimentos comerciais e empresas privadas;
- Desenvolver projetos que promovam o conhecimento da realidade sociocultural nacional e internacional, dinamizando relações de parceria educativa;
- Promover atitudes de partilha e respeito entre a comunidade educativa;
- Adquirir recursos prioritários (humanos e materiais) que garantam o sucesso educativo dos alunos.

b) Infantário Arco-Iris

De acordo com os documentos oficiais que constam do *site* da Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico (<http://www.scmip.pt/index.php/documentos-oficiais>) o regulamento do Infantário Arco Iris refere que a valência de Jardim-de-Infância visa prosseguir os seguintes objetivos:

- Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania;
- Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade;
- Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
- Estimular o desenvolvimento global de cada criança, no respeito pelas suas características individuais, inculcando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas;
- Desenvolver a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
- Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
- Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, designadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;
- Proceder à despistagem de inaptações, deficiências e precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança;
- Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.

3.2.16 RECURSOS HUMANOS

Relativamente ao corpo docente, a tabela seguinte apresenta o número de docentes em exercício de funções nos estabelecimentos de ensino no concelho, com base na informação disponibilizada pela Unidade Orgânica da EBS das Lajes do Pico.

Tabela 3.17_Pessoal docente e não docente em exercício nos estabelecimentos educativos do município das Lajes do Pico

Estabelecimento de ensino	Educadores	Auxiliares de ação educativa	Prof. 1º CEB	Prof. Língua estrangeira	Prof. Exp. Físico-motoras	Prof. Exp. artísticas	Prof. 2º CEB	Prof. 3ºCEB e Ensino Secundário	Prof. Ensino Secundário
Infantário “Arco-Íris”	2	5	-	-	-	-	-	-	-
EB1/JI de São João	1	1	1	1	1	1	-	-	-
EB1/JI da Silveira	1	1	2	1	1	1	-	-	-
EB1/JI da Ribeira do Meio	1	2	2	1	1	1	-	-	-
EB1/JI das Lajes do Pico	2	2	2	1	1	1	-	-	-
EB1/JI das Ribeiras	1	2	2	1	1	1	-	-	-
EB1/JI da Ponta da Ilha	2	4	3	1	1	1	-	-	-
EB2,3/S Lajes do Pico	-	24	-	7	6	11	24	53	2
TOTAL	10	41	12	13	12	17	24	53	2

Fonte: Unidade Orgânica da EBS das Lajes do Pico, 2014.

De destacar o número de docentes de língua estrangeira e de expressões físico-motoras nos estabelecimentos do 1º ciclo com jardim-de-infância, com o objetivo de proporcionar ações pedagógicas de expressão e educação físico-motora para crianças entre os 6 e os 10 anos.

Tabela 3.18_Características do sistema educativo

Tipo de escola	Nº de estabelecimentos	Nº de alunos	Nº de professores	Ratio alunos/professor
JI (IPSS)	1	16	2	8
EB1/JI	6	279	10	27,9
EB2,3/S	1	381	111	3,4

Fonte: Questionários, 2013 e 2014. Tratamento dos dados: Quaternaire Portugal.

Ao nível da educação pré-escolar e do ensino básico os resultados do ratio alunos/professor são condicionados pela existência de professores de apoio que não têm uma turma a seu cargo mas desenvolvem um trabalho de apoio com várias turmas. Do mesmo modo, na análise dos dados da EB2,3/S é importante ressaltar que o sistema prevê que cada professor leccione a várias turmas.

3.3. AÇÃO SOCIAL E TRANSPORTES ESCOLARES

O Decreto Legislativo Regional n.º 34/2003/A de 13 de agosto estabelece a organização e funcionamento do sistema de ação social escolar a conceder às crianças que frequentam a educação pré-escolar e aos alunos dos ensinos básico e secundário dos estabelecimentos de educação e ensino regular da RAA. De acordo com este diploma, a ação social escolar abrange um conjunto alargado de apoios, segundo as condições socioeconómicas familiares dos alunos, nomeadamente:

- Isenção ou redução de propinas e taxas;

- Seguro escolar;
- Fornecimento de alimentação a preços comparticipados;
- Comparticipação na aquisição de manuais e material escolar;
- Comparticipação no custo do alojamento de estudantes deslocados;
- Fornecimento de transporte escolar;
- Concessão de bolsas de estudo.

Tabela 3.19_ Ação social escolar no município das Lajes do Pico

Estabelecimento de ensino	Livros Escolares	Material Escolar de uso corrente	Apoio Alimentar	Transporte Escolar	Entidade Financiadora
EB1/JI de São João	X	X	X	-	DRE
EB1/JI da Silveira	N/R	N/R	N/R	N/R	N/R
EB1/JI da Ribeira do Meio	X	X	X	X	DRE
EB1/JI das Lajes	N/R	N/R	N/R	X	N/R
EB1/JI das Ribeiras	X	X	X	X	DRE
EB1/JI da Ponta da Ilha	X	X	X	X	DRE
EB2,3/S das Lajes do Pico	X	X	X	X	DRE
Total de alunos subsidiados	395	8	73	71	-

Fonte: Inquérito por questionário, 2013 e 2014. Legenda: N/R – não responde.

O município das Lajes do Pico constitui ainda um território com fortes índices de ruralidade e com diversos problemas de desenvolvimento económico-social. A autarquia e as juntas de freguesia colaboram nos mecanismos de Ação Social Escolar financiados pela DRE de forma a garantir aos alunos, por um lado, a aquisição dos manuais e materiais escolares necessários ao longo do ano letivo e, por outro, a distribuição pelas várias escolas do 1º CEB de uma refeição diária, proporcionada nos refeitórios escolares geridos pela sede da unidade orgânica. A tabela 3.19 dá conta da tipologia de apoios dados aos alunos das diferentes escolas, embora não tenha sido possível recolher dados quantitativos acerca destes apoios

Ainda de acordo com a informação recolhida nos Inquéritos às escolas, estas são abrangidas pelo serviço de assistência social da EBS das Lajes do Pico, por parte de uma equipa multidisciplinar às famílias carenciadas sinalizadas, apresentando boa cobertura face às necessidades existentes, segundo a EB1/JI de Ribeiras. Os restantes estabelecimentos não usufruem destes serviços.

O Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de setembro determina a disponibilização, por parte das autarquias, do serviço de transporte entre o local de residência e os estabelecimentos de ensino a todos os alunos do ensino básico e secundário quando residam a mais de 3 e 4 km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente. Este será gratuito para os alunos sujeitos à escolaridade obrigatória. Para os do secundário, o transporte será comparticipado.

Porém, no caso da RAA, a administração regional tem vindo a assumir na quase totalidade os encargos com este transporte, com exceção de algumas situações do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico em que as autarquias assumem o transporte local.

O transporte escolar dos alunos residentes na Região Autónoma dos Açores que frequentam a escolaridade obrigatória é regulamentado pelo Artigo 9º do Decreto Legislativo Regional nº34/2003/A de 13 de agosto, e pelo Decreto Legislativo Regional nº 23/2006/A de 12 de junho que aprova o regime jurídico do transporte coletivo de crianças.

Neste contexto, o transporte escolar é feito, prioritariamente, utilizando a rede pública de transporte coletivo de passageiros que sirva a localidade onde se situa o estabelecimento de ensino, devendo os percursos e os horários das carreiras, ajustar-se às necessidades do sistema educativo. Por outro lado, no momento em que a utilização do sistema público de transportes coletivos exceda um tempo de espera superior a 60 minutos, ou quando não exista qualquer transporte público coletivo com o

trajeto ou características adequadas ao transporte dos alunos, podem ser criadas carreiras privativas de transporte escolar.

O apoio concedido consiste no financiamento do passe mensal dos alunos que frequentam a escolaridade obrigatória, nos seguintes termos:

- a) é gratuito para as crianças da educação pré-escolar e para os alunos sujeitos a escolaridade obrigatória que residam **a mais de 3 km** do estabelecimento de ensino que devam frequentar;
- b) no caso de crianças a frequentar o ensino pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico essa distância máxima reduz para **2km, sendo de 1 km quando a deslocação resulte do encerramento do estabelecimento de ensino**, realizado no âmbito da reestruturação da rede escolar, ou quando existam situações excecionais de perigosidade, penosidade ou inclinação da via a percorrer que a isso obriguem;
- c) é gratuito para os alunos portadores de deficiência independentemente da distância ao estabelecimento de ensino que frequentam;
- d) quanto aos alunos que frequentem estabelecimentos de ensino situados a menos de 3 km da sua residência e dos alunos não sujeitos à escolaridade obrigatória o transporte é participado, nos termos que forem estabelecidos nas normas de execução fixadas por portaria do membro do Governo Regional competente em matéria de educação;
- e) Não beneficiam de transporte escolar os alunos que optem pela frequência de estabelecimento de educação diferente daquele que serve a localidade onde residem

O transporte escolar é assegurado no município sobretudo pela empresa privada Cristiano Limitada cujos horários das carreiras são de um modo geral compatíveis com os horários de funcionamento das escolas.

Tendo em consideração que o único estabelecimento de ensino dos 2º e 3º ciclos se localiza na sede de concelho, para concluir a escolaridade obrigatória, toda a população estudantil do município tem que se deslocar diariamente até à Vila das Lajes para frequentar a EB2,3/S das Lajes do Pico, originando por isso fluxos demográficos com maior expressão.

Em termos de custos, de acordo com a informação recolhida, existe uma taxa de 3,50€/km + 4% IVA, dando origem a um valor médio mensal de 25.000,00€. Cada aluno com mais de 18 anos paga cerca de 20,00€ pelo passe mensal. Uma vez que o transporte para alunos até aos 18 anos é gratuito, conclui-se que a maioria dos alunos do concelho não pagam transporte.

4. PROCURA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO NO CONCELHO DAS LAJES DO PICO

4.1. ENQUADRAMENTO GERAL

Antes de se iniciar o processo de caracterização da procura educativa nos últimos anos, importa fazer algumas referências de cariz metodológico. A informação que servirá de base a toda a análise seguidamente apresentada encontra-se disponibilizada no *site* do INE, nos Anuários Estatísticos Regionais e as Séries Estatísticas da Educação, disponibilizadas pela Divisão de Planeamento e Estatística da Direção Regional de Educação.

O exercício de caracterização da procura de equipamentos escolares no concelho das Lajes do Pico foi construído com base em informação relativa à população residente no concelho em idade escolar (população escolarizável) e aos alunos matriculados nas escolas locais (população escolar).

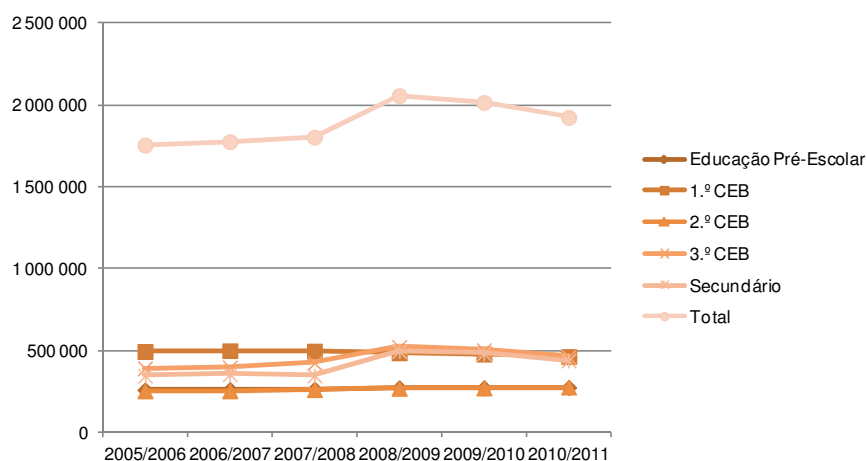
A figura 4.1 permite verificar que a procura educativa para o ensino regular, em Portugal, encontra-se – para o último ano letivo com dados disponíveis (2010/2011) – abaixo dos 2 milhões de alunos. O número de alunos matriculados cresceu até 2008/2009 (ano em que a taxa de crescimento dos alunos matriculados foi mais notória), sendo que a partir daqui o crescimento de alunos matriculados no pré-escolar e no 2.º ciclo, não foi compensado pelas perdas de alunos matriculados no 1.º ciclo e fortes quebras no 3.º ciclo e no secundário, aspeto justificado pelo abrandamento na dinâmica demográfica nacional.

A Região Autónoma dos Açores (figura 4.2) acolheu, em 2010/2011, 2,6% dos alunos matriculados em Portugal (cerca de 500 mil alunos). Em termos globais, o volume de alunos matriculados no ensino regular na RAA tem vindo a decrescer no período em análise, com exceção do ano 2008/2009. As perdas de alunos têm sido mais consistentes no pré-escolar e no 1.º ciclo.

Nas Lajes do Pico (figura 4.3), as tendências de evolução são semelhantes à da RAA. Quanto ao número total de alunos matriculados no ensino regular em 2010/2011, este situava-se abaixo dos 700. Na RAA e nas Lajes do Pico, o número de alunos em cada nível de ensino, desde o pré-escolar ao secundário, são bastante próximos. Apesar da taxa média anual de crescimento no período 2005/2006 a 2010/2011, nas Lajes do Pico, ter sido de -3%, o nível de ensino secundário foi o único que, em média, registou um crescimento (1,4%) do número de alunos matriculados. O ensino pré-escolar e o 1.º ciclo registaram perdas médias anuais de 3,6% e 6,1%, respetivamente. O que, poderá ter reflexo nos próximos anos letivos, nos níveis de ensino subsequentes.

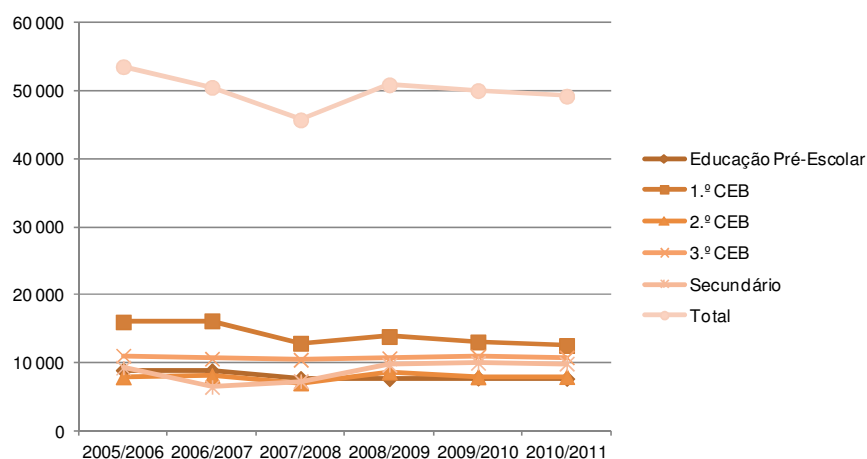
Os gráficos apresentados nas figuras seguintes dão conta das oscilações descritas.

Figura 4.1_ Alunos matriculados no ensino regular segundo o nível de Ensino, por ano letivo – Portugal



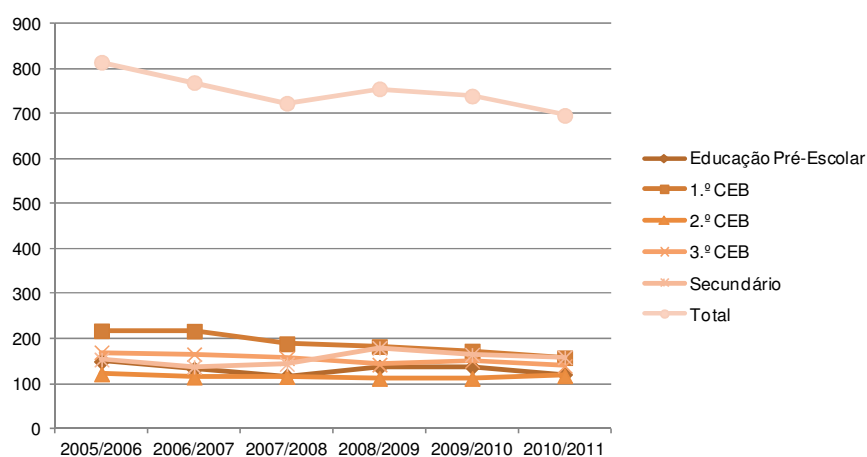
Fonte: INE, Anuários Estatísticos da RAA

Figura 4.2 Alunos matriculados no ensino regular segundo o nível de Ensino, por ano letivo – RAA



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da RAA

Figura 4.3 Alunos matriculados no ensino regular segundo o nível de Ensino, por ano letivo – Lajes do Pico

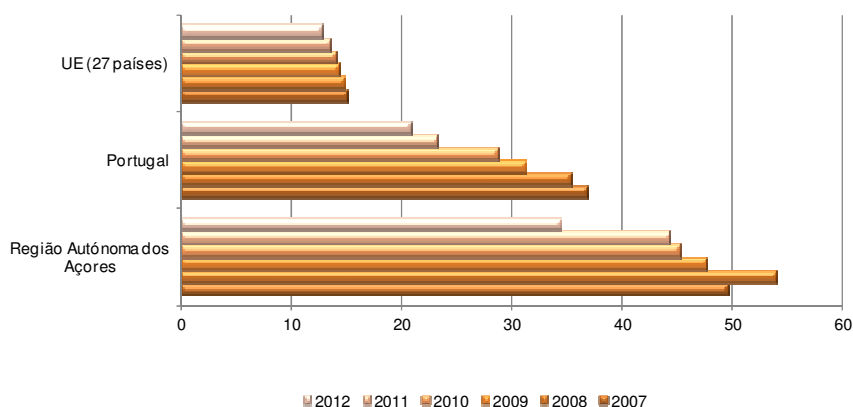


Fonte: INE, Anuários Estatísticos da RAA

Os indicadores de desempenho do sistema educativo permitem problematizar e complementar a análise anteriormente desenvolvida. Assim, importa desde já referir que, a proporção de jovens (entre 18 e 24 anos de idade) que possuem no máximo o 3.º CEB e não se encontram a estudar, apresenta uma expressão significativa no caso da RAA (em 2012 era de 34,4%) quando comparada com a registada para Portugal (20,8% em 2012) e a média dos 27 países da UE (12,8% em 2012), apesar da forte recuperação que tem sido conseguida ao nível deste indicador. Um esforço suplementar terá de ser realizado de modo a que a Região possa convergir para a meta de 10% estabelecida para 2020 pela Estratégia Europeia 2020.

O abandono precoce dos jovens antes de completarem os 12 anos de escolaridade, conforme a legislação recente estabeleceu, tem múltiplas causas, de origem interna e externa ao próprio sistema educativo. Um percurso de insucesso escolar nos níveis de ensino precedentes é uma das causas apontadas pela literatura nesta matéria.

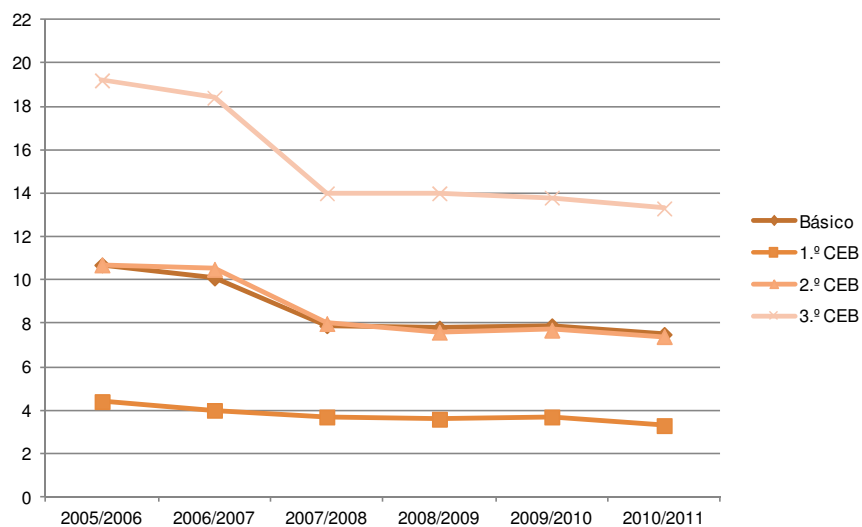
Figura 4.4_Taxa de abandono precoce de educação e formação² – UE, Portugal e RAA



Fonte: Eurostat

A análise das taxas de retenção e desistência dos alunos, em Portugal, no nível de ensino básico, permite aferir que, por um lado, este indicador melhorou no período 2005/2006 a 2010/2011, em particular no 3.º ciclo, onde se registam valores de insucesso mais elevados e, por outro lado, que quando comparadas com a RAA no último ano com dados disponíveis, a RAA regista um valor 4,2 p.p. acima de Portugal.

Figura 4.5_Taxas de retenção e desistência no ensino básico – Portugal



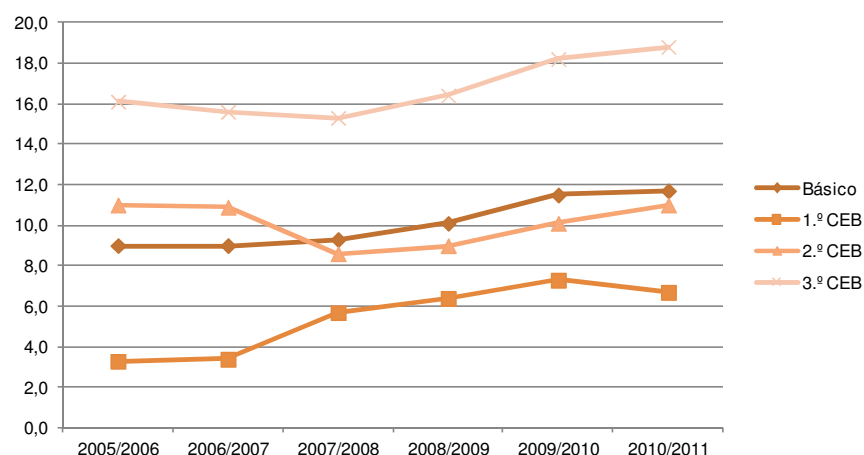
Fonte: INE, Anuários Estatísticos da RAA

Os dados sobre as taxas de conclusão e transição no nível de ensino secundário também revelam um desempenho do sistema continental melhor do que o da RAA³.

² Percentagem da população com idade entre os 18-24 anos que concluiu no máximo a escolaridade básica e não está a estudar ou a receber formação.

³ Portugal apresenta para 2010/2011 uma taxa de transição e conclusão de 79,2% e a RAA de 74,1%.

Figura 4.6_Taxas de retenção e desistência no ensino básico – RAA



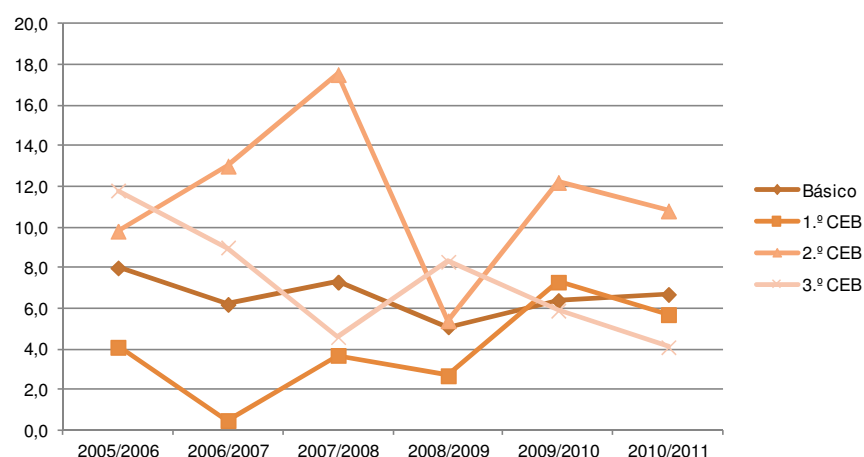
Fonte: INE, Anuários Estatísticos da RAA

De ressaltar que existem disparidades intrarregionais na RAA, que emergem quando analisamos o contexto do concelho das Lajes do Pico, pois de facto, em 2010/2011 a taxa de retenção e desistência do ensino básico situava-se 5 p.p. abaixo do valor registado para a Região e 0,8 p.p. abaixo do valor registado para Portugal.

Também as taxas de conclusão do ensino secundário para esse mesmo ano, são superiores nos concelhos das lajes (82,8%) face às da RAA (74,1%) e de Portugal (79,2%).

Acresce ainda referir que enquanto Portugal e a RAA revelam taxas de insucesso mais elevadas no 3.º CEB, nas Lajes do Pico os valores são contrastivamente baixos para este nível de ensino, pois em 2010/2011 registou-se um valor de 4,1% de taxa de retenção e desistência nas Lajes do Pico face a 18,8% na RAA e 13,3% em Portugal. Os maiores níveis de insucesso neste concelho têm-se registado sobretudo no 2.º ciclo do ensino básico. De referir que no caso do concelho das Lajes do Pico, este é o ciclo em que todos os alunos mudam das escolas onde realizaram o 1.º ciclo do ensino básico para a EB 2,3/S das Lajes do Pico. Aspetos como a mudança de ambiente escolar, a maior complexidade do currículo educativo, a dimensão da escola, a distância física à residência, etc. poderão ser fatores que contribuem um maior nível de retenções e desistências neste ciclo de ensino.

Figura 4.7_Taxas de retenção e desistência no ensino básico – Lajes do Pico

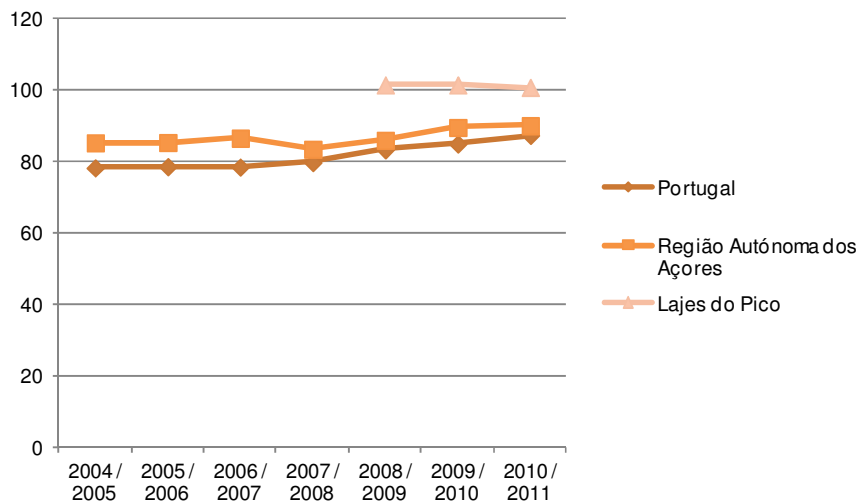


Fonte: INE, Anuários Estatísticos da RAA

No que se refere às taxas de escolarização dos jovens no concelho das Lajes do Pico, no nível pré-escolar, esta é acima dos 100%, contrariamente à média regional e de Portugal. As metas para 2020 definidas pela União Europeia, no âmbito do Quadro Estratégico para a Cooperação Europeia no domínio da educação e formação estabelece um frequência de educação pré-escolar de pelo menos 95% para crianças com idades entre os 4 e a idade de início da escolaridade obrigatória. Pelo que, no caso deste concelho a meta tem sido cumprida e ultrapassada. A razão pela qual ultrapassa os 100% prende-se com o facto de, em alguns casos, o agrupamento de escolas aceitar que as crianças iniciem

a frequência do ensino pré-escolar com menos de 3 anos de idade desde que completem até 31 de Dezembro do ano em que se inscrevem.

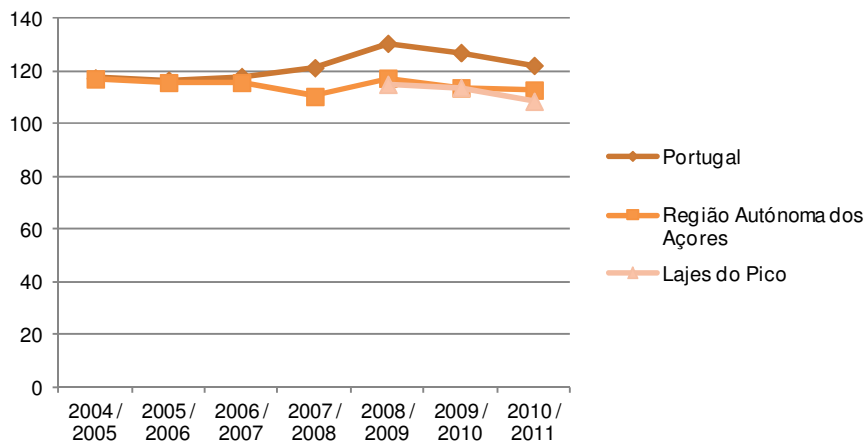
Figura 4.8_Taxa bruta de pré-escolarização – Portugal, RAA e Lajes do Pico



Fonte: INE

A taxa bruta de escolarização no ensino básico regista valores superiores a 100% em Portugal, na RAA e nas Lajes do Pico, embora seja neste último que os valores são mais baixos. Isto prende-se essencialmente com o fato das taxas de insucesso (nomeadamente, retenção) serem mais baixos no concelho das Lajes do Pico, como se verificou anteriormente. De qualquer modo, importa sinalizar que este indicador tem vindo a melhorar ao longo dos últimos anos, fruto da evolução positiva registada no sucesso educativo.

Figura 4.9_Taxa bruta de escolarização no Ensino Básico - Portugal, RAA e Lajes do Pico

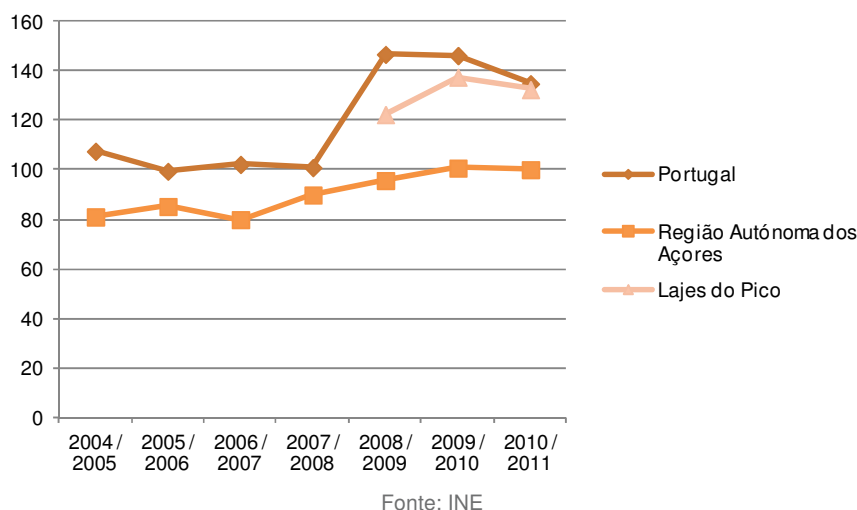


Fonte: INE

No nível de ensino secundário, também as taxas de escolarização se cifram acima dos 100%. O grande salto estatístico ocorre em 2008/2009. Assim, depreende-se que o indicador transparece não só a retenção existente no nível de ensino secundário, mas sobretudo, a capacidade de atração e recuperação para o sistema de educação e formação de adultos que já haviam abandonado a escola (ano em que a política de educação e formação de adultos constitui uma forte aposta estratégica das políticas do setor).

A nível regional e concelhio, essa diferença poderá ainda ser explicada pela capacidade de atração de alunos de outras regiões ou concelhos. Por exemplo, no caso das Lajes do Pico sucede que alguns alunos passaram a frequentar o ensino secundário no concelho da Madalena, sempre que optaram pelo ensino profissional, dado que as Lajes do Pico não possuem essa oferta. Também sucede a situação inversa, por exemplo, na capacidade de atração do concelho de alunos que pretendam frequentar a área de Artes Visuais inexistente no concelho da Madalena.

Figura 4.10_Taxa bruta de escolarização no Ensino Secundário - Portugal, RAA e Lajes do Pico



4.2. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Tal como se tinha verificado anteriormente, a oferta de educação ao nível do Pré-escolar é, atualmente, constituída por 7 jardins-de-infância, 6 deles integrados em Escolas Básicas do 1º CEB, na rede pública e um outro Jardim-de-Infância da Rede Solidária: EB1/JI das Lajes do Pico, EB1/JI da Ribeira do Meio, EB1/JI da Silveira, EB1/JI de Ribeiras, EB1/JI de São João, EB1/JI da Ponta da Ilha e JI Arco-íris (IPSS).

A distribuição geográfica dos estabelecimentos cobre todas as freguesias do concelho, sendo que a freguesia das Lajes do Pico possui três estabelecimentos com oferta pública de pré-escolar e um com oferta privada (IPSS), justificados pela maior densidade populacional. Assim, a oferta é assegurada maioritariamente pela Rede Pública.

Entre o ano letivo 2000/2001 e 2013/2014, o número de alunos matriculados no nível de ensino pré-escolar tem tido uma tendência decrescente, apresentando neste período uma taxa de crescimento média anual na ordem dos -1%, embora em alguns anos tenha momentaneamente crescido. No último ano em que existe registo (2013/2014) o volume total de alunos foi de 125 no concelho das Lajes do Pico. No ano letivo anterior, nas escolas da ponta ilha registaram-se 30 alunos do pré-escolar, distribuídos por dois estabelecimentos (EB1/JI da Ribeirinha e JI dos Fetais), passando, em 2013, a ser apenas 27 alunos, concentrados num único estabelecimento (EB1/JI da Ponta da Ilha).

As taxas de pré-escolarização são elevadas neste concelho, superando os 100%, como já referimos por acolherem crianças com dois anos de idade (que completem 3 anos de idade até 31 de dezembro do respetivo ano letivo) pelo que a margem de atração de crianças para o sistema é baixa.

Tabela 4.1_Frequência Pré-escolar no concelho das Lajes do Pico entre 2000/01 e 2013/14
(nº de alunos matriculados)

Estabelecimento	Freguesia	200 0/01	200 1/02	200 2/03	200 3/04	200 4/05	200 5/06	200 6/07	200 7/08	200 8/09	200 9/10	201 0/11	201 1/12	201 2/13 *	201 3/14 *
Concelho das Lajes do Pico		158	133	141	173	176	149	137	141	120	138	120	130	116	125
UO da EBS das Lajes do Pico		142	117	125	135	138	114	104	110	108	124	109	104	106	109
EB1/JI das Lajes do Pico	Lajes do Pico	26	26	31	22	24	21	19	18	17	26	25	20	22	22
EB1/JI da Ribeira do Meio	Lajes do Pico	13	5	11	20	13	13	16	14	19	15	13	14	15	12
EB1/JI da Silveira	Lajes do Pico	22	12	15	19	15	10	13	19	16	12	10	10	14	13

Estabelecimento	Freguesia	200 0/01	200 1/02	200 2/03	200 3/04	200 4/05	200 5/06	200 6/07	200 7/08	200 8/09	200 9/10	201 0/11	201 1/12	201 2/13 *	201 3/14 *
EB1 da Calheta do Nesquim	Calheta de Nesquim	15	10	7	0	10	11	11	8	9	7	0	0	0	-
EB1/JI da Piedade	Piedade	22	26	24	28	16	7	10	12	12	21	-	-	-	-
EB1/JI de Ribeiras	Ribeiras	20	23	18	18	20	21	12	16	17	21	13	16	16	19
EB1/JI da Ribeirinha	Ribeirinha	10	8	8	16	14	15	10	15	11	16	11	13	8	-
EB1/JI da Ponta da Ilha	Piedade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27
EB1/JI de São João	São João	14	7	11	12	16	16	13	8	7	6	7	6	9	16
JI dos Fetais	Piedade	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	30	25	22	-
JI Arco-íris - IPSS	Lajes do Pico	16	16	16	38	38	35	33	31	12	14	11	26	10	16

Fonte: *Séries Estatísticas de Educação*, Divisão de Planeamento e Estatística da Direção Regional de Educação; Nota: * Os dados referentes aos anos letivos 2012/13 e 2013/14 foram disponibilizados pelo Conselho Executivo da Unidade Orgânica. No caso da Rede Pública e obtido através do processo de inquirição levado a cabo pela Equipa responsável pelo Estudo no que se refere à Rede Solidária.

Estabelecimentos suspensos no ano letivo 2013/14, com exceção da EB1/JI da Piedade que encerrou em 2010/11.

De acordo com as projeções realizadas pela equipa, a tendência de perda de população com idade para frequentar o ensino pré-escolar (entre os 3 e os 5 anos) irá manter-se nos próximos anos, acentuando-se significativamente até 2025, altura em que o número de crianças neste intervalo etário será muito baixo. A freguesia das Lajes do Pico será a que apresentará maior densidade de crianças nesta faixa etária (24) e semelhante à soma das demais freguesias, o que reflete a baixa expressão do volume de crianças, nesta faixa etária, que cada uma das demais freguesias terá por si só.

Estima-se que nas freguesias da Ribeirinha, Piedade e Calheta de Nesquim no ano 2020 existam 25 crianças com idade de frequência do pré-escolar e em 2025 se cifrem em 17.

Este é um panorama que deverá conduzir inevitavelmente a uma reflexão sobre o reordenamento a rede educativa ao nível do Pré-escolar.

Tabela 4.2_Projeção da população das freguesias das Lajes do Pico para a faixa etária 3 a 5 anos de idade – 2020 e 2025

Freguesia	1981	1991	2001	2011	2020	2025
Calheta de Nesquim	29	13	13	6	3	2
Lajes do Pico	88	74	57	53	33	24
Piedade	40	40	24	21	13	9
Ribeiras	59	43	24	14	6	3
São João	15	16	14	6	5	3
Ribeirinha	22	13	7	17	9	6

Fonte: INE e apuramentos da equipa do estudo

4.3. ENSINO BÁSICO

1º Ciclo

A oferta educativa ao nível do 1º CEB centra-se única e exclusivamente na Rede Pública e é constituída, atualmente, por seis estabelecimentos: EB1/JI das Lajes do Pico, EB1/JI da Ribeira do Meio, EB1/JI da Silveira, EB1/JI de Ribeiras, EB1/JI da Ponta da Ilha e EB1/JI de São João.

De uma forma geral, e tal como já se tinha constatado anteriormente, o número de alunos inscritos no 1º Ciclo do Ensino Básico nas Lajes do Pico tem vindo a decrescer desde 2000/2001, representando um decréscimo médio anual de 1,6% – apesar de em alguns anos o volume de alunos matriculados ter aumentado – e situando-se em 170 alunos, no ano letivo 2013/2014. No presente ano letivo, na EB1/JI da Ponta da Ilha (freguesia da Piedade) encontram-se matriculados 56 alunos no 1.º ciclo.

Ainda de acordo com os dados da tabela seguinte, percebe-se claramente que as escolas com maior ocupação são a EB1/JI das Lajes do Pico e a EB1/JI da Ponta da Ilha.

Tabela 4.3_Frequência do 1º Ciclo do Ensino Básico no concelho das Lajes do Pico entre 2000/01 e 2013/14
(número de alunos matriculados)

Estabelecimento	Freguesia	2000 /01	2001 /02	2002 /03	2003 /04	2004 /05	2005 /06	2006 /07	2007 /08	2008 /09	2009 /10	2010 /11	2011 /12	2012 /13*	2013 /14*
Concelho das Lajes do Pico		218	211	224	225	242	214	217	188	192	193	158	167	177	170
EB1/JI das Lajes do Pico	Lajes do Pico	40	35	34	48	49	46	47	40	40	35	31	35	40	46
EB1/JI da Ribeira do Meio	Lajes do Pico	17	23	30	27	26	26	29	28	32	29	23	26	25	20
EB1/JI da Silveira	Lajes do Pico	32	34	36	31	36	34	26	20	25	29	22	19	18	19
EB1 da Calheta do Nesquim	Calheta de Nesquim	15	14	14	19	17	17	16	12	14	13	30	32	38	-
EB1/JI da Piedade	Piedade	54	44	44	34	47	36	34	30	21	19	0	0	0	-
EB1/JI de Ribeiras	Ribeiras	28	30	35	37	35	28	33	26	26	21	22	23	25	21
EB1/JI da Ribeirinha	Ribeirinha	16	12	9	9	13	10	16	15	15	29	17	20	20	-
EB1/JI da Ponta da Ilha	Piedade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56
EB1/JI de São João	São João	16	19	22	20	19	17	16	17	19	18	13	12	11	8

Fonte: *Séries Estatísticas de Educação*, Divisão de Planeamento e Estatística da Direção Regional de Educação; Nota: * Os dados referentes a estes anos letivos foram disponibilizados pelo Conselho Executivo da Unidade Orgânica.

■ Estabelecimentos suspensos no ano letivo 2013/14.

As projeções demográficas realizadas pela equipa dão conta da continuação da diminuição do número de crianças em idade de frequentar o 1º Ciclo (entre os 6 e os 9 anos de idade), até 2025. As projeções apontam para que a freguesia das Lajes do Pico seja a que deverá continuar a ter uma maior população dentro deste intervalo etário, embora com uma diminuição prevista para metade entre 2011 e 2025.

As projeções apontam para que nas freguesias da Ribeirinha, Piedade e Calheta de Nesquim existam 25 alunos em idade de frequência do 1.º ciclo no ano 2020 e 16 em 2025.

Tabela 4.4_Projeção da população das freguesias das Lajes do Pico para a faixa etária 6 a 9 anos de idade – 2020 e 2025

Freguesia	1981	1991	2001	2011	2020	2025
Calheta de Nesquim	47	16	12	10	3	1
Lajes do Pico	98	107	85	69	47	35
Piedade	59	37	39	20	13	9
Ribeiras	77	51	31	27	13	9
São João	37	26	10	12	5	3
Ribeirinha	34	22	11	18	9	6

Fonte: INE e apuramentos da equipa do estudo

As projeções realizadas e a entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010 de 14 de junho, que estabelece as orientações para o reordenamento da rede obrigam certamente a um reequacionamento da oferta do 1º CEB no concelho das Lajes do Pico que levará necessariamente ao

encerramento de alguns estabelecimentos de ensino. Assim, e de acordo com o diploma, existem alguns elementos que importa reter:

1. Os alunos devem frequentar espaços que tenham refeitório, biblioteca, sala de informática e espaços adequados ao ensino de Inglês, Música e prática desportiva;
2. As escolas do 1º CEB devem funcionar com pelo menos 21 alunos, devendo as que se encontram abaixo deste número, ser encerradas;
3. As escolas onde um só professor ensina ao mesmo tempo um número reduzido de alunos do 1º ao 4º ano e sem infraestruturas adequadas (as referidas no ponto 1), devem ser encerradas.

As orientações anteriormente elencadas têm como principal objetivo adaptar a rede escolar ao objetivo de uma escolaridade de 12 anos para todos os alunos, adequar a dimensão e condições das escolas à promoção do sucesso escolar e ao combate ao abandono e insucesso escolares e por último, racionalizar os agrupamentos de escolas, articulando diferentes níveis e ciclos de ensino.

Apesar desta referência nacional dever ser tomada em consideração, as características específicas do concelho das Lajes do Pico e da própria RAA pelo seu estatuto de região ultraperiférica, justificam uma aplicação dos critérios enunciados de uma forma distinta, fruto de um território não contínuo, constituído por nove ilhas. As distâncias implicam dificuldades acrescidas no caso da deslocação inter-ilhas, e cada unidade territorial nem sempre coincide com uma unidade de procura com massa crítica definida nos referenciais para o sistema nacional, sendo que a defesa da equidade territorial poderá por vezes legitimar soluções sobredimensionadas. No entanto, o reordenamento da rede escolar na região não deve deixar de promover a adaptação dos critérios enunciados de modo a alcançar os objetivos traçados.

2º e 3º Ciclos

O 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico no concelho das Lajes do Pico são lecionados exclusivamente na Escola EB2,3/S das Lajes do Pico, que como o próprio nome indica, se encontra localizada na freguesia sede de concelho.

O 2º CEB foi o ciclo de ensino cuja taxa de decréscimo média anual de alunos matriculados no período 2000/2001 a 2013/2014 mais se destacou, pois cifrou-se em -1,9%. Neste último ano letivo, o número de alunos matriculados era de 80.

Relativamente ao 3º Ciclo, o panorama registado no período em análise também é de decréscimo (-1,3% de taxa de crescimento média anual), sendo no entanto o volume de alunos registado em 2013/2014 superior ao do 2.º ciclo (167 alunos).

Tabela 4.5_Frequência do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico no concelho das Lajes do Pico entre 2000/01 e 2013/14
(número de alunos matriculados)

Estabelecimento	Freguesia	Ciclo	2000 /01	2001 /02	2002 /03	2003 /04	2004 /05	2005 /06	2006 /07	2007 /08	2008 /09	2009 /10	2010 /11	2011 /12	2012 /13*	2013 /14*
Concelho das Lajes do Pico			326	341	312	302	285	244	235	233	212	234	232	240	231	247
EBS das Lajes do Pico			326	341	312	302	285	244	235	233	212	234	232	240	231	247
EB 2,3/S das Lajes do Pico	Lajes do Pico	2.º	117	141	119	130	116	103	115	103	92	98	111	106	78	80
		3.º	209	200	193	172	169	141	120	130	120	136	121	134	153	167

Fonte: *Séries Estatísticas de Educação*, Divisão de Planeamento e Estatística da Direção Regional de Educação; Nota: * Os dados referentes ao ano letivo 2012/13 e 2013/14 foram disponibilizados pelo Conselho Executivo da Unidade Orgânica.

De acordo com as projeções demográficas elaboradas pela equipa, nos próximos anos, estima-se um decréscimo populacional quer para o escalão etário dos 10 aos 11 anos de idade, quer para o referente aos 12 a 14 anos de idade.

Em 2020, estima-se que existam 71 jovens na faixa etária que se associa ao 2.º ciclo e 83 na correspondente ao 3.º ciclo, o que significa que a médio prazo o 2.º ciclo poderá contar com um número de alunos semelhante ao existente para o último ano em que há registo (2013/2014), mas que a tendência de decréscimo será mais evidente no 3.º ciclo face à situação atual.

Em 2025, estima-se que o contexto continue a evoluir para uma baixa populacional estimando-se a existência de 53 jovens no escalão dos 10 aos 11 anos de idade e 65 jovens no escalão dos 12 aos 14 anos de idade.

Nas freguesias da ponta da ilha (Ribeirinha, Piedade e Calheta de Nesquim) estima-se que, em 2020, existam 22 jovens com idade de frequência do 2.º ciclo e 28 jovens entre os 12 e os 14 anos de idade e, em 2025, sejam 15 e 19, respetivamente.

Tabela 4.6_Projeção da população das freguesias das Lajes do Pico para a faixa etária 10 a 11 anos de idade e dos 12 aos 14 anos de idade – 2020 e 2025

Freguesia	Faixa etária	1981	1991	2001	2011	2020	2025
Calheta de Nesquim	10 a 11	18	10	10	7	4	2
	12 a 14	28	15	16	12	7	5
Lajes do Pico	10 a 11	65	57	41	52	32	25
	12 a 14	100	80	60	43	26	18
Piedade	10 a 11	29	20	27	12	10	7
	12 a 14	49	42	41	26	19	14
Ribeiras	10 a 11	29	41	18	14	8	6
	12 a 14	49	48	39	28	19	14
São João	10 a 11	14	18	14	12	9	7
	12 a 14	23	24	26	12	10	7
Ribeirinha	10 a 11	10	17	12	10	8	6
	12 a 14	34	26	13	6	2	0

Fonte: INE e apuramentos da equipa do estudo

4.4. ENSINO SECUNDÁRIO

No concelho das Lajes do Pico a oferta de nível secundário é preconizada pela EB 2,3/S das Lajes do Pico. Neste nível de ensino o volume de alunos existente em 2000/2001 é semelhante ao registado em 2013/2014 (119 alunos e 131, respetivamente). Tendo-se registado anos em que o número de alunos aumentou e outros em que diminuiu, a taxa de crescimento média anual é a única que tem um registo positivo 1,5%.

Tabela 4.7_Frequência do Ensino Secundário no concelho das Lajes do Pico entre 2000/01 e 2013/14 (número de alunos matriculados)

Estabelecimento	Freguesia	2000 /01	2001 /02	2002 /03	2003 /04	2004 /05	2005 /06	2006 /07	2007 /08	2008 /09	2009 /10	2010 /11	2011 /12	2012 /13*	2013 /14*
Concelho das Lajes do Pico		116	143	134	123	127	123	124	114	106	86	99	110	119	131
EBS das Lajes do Pico		116	143	134	123	127	123	124	114	106	86	99	110	119	131
EB 2,3/S das Lajes do Pico	Lajes do Pico	116	143	134	123	127	123	124	114	106	86	99	110	119	131

Fonte: Séries Estatísticas de Educação, Divisão de Planeamento e Estatística da Direção Regional de Educação; Nota: * Os dados referentes ao ano letivo 2012/13 e 2013/14 foram disponibilizados pelo Conselho Executivo da Unidade Orgânica.

Sendo que a evolução da população residente no concelho das Lajes do Pico, em idade de frequentar o ensino secundário (15 a 17 anos), tem decrescido nas últimas décadas como já se referiu anteriormente, e que o número de alunos apresentados na tabela anterior apenas inclui o ensino regular (e artístico especializado) e exclui o recorrente, aparentemente uma das justificações para que isto esteja a suceder, resulta da opção dos alunos que possuem o 9.º ano de escolaridade optarem, cada vez mais, por prosseguir para o nível de ensino secundário. Relembre-se que a RAA possui uma elevada taxa de abandono escolar precoce, ou seja, de jovens entre os 18 e 24 anos que não possuem mais do que o 9.º ano e não se encontram a estudar cujo desempenho tem vindo a recuperar. Note-se que não existem dados disponíveis para o concelho no que se refere a este indicador.

Do ponto de vista das projeções demográficas, a tendência continuará a ser de quebra em todas as freguesias do concelho, estimando-se que em 2020 existam apenas 97 jovens em idade regular de frequência do ensino secundário (15 aos 17 anos) e, em 2025, 78.

Tabela 4.8_Projeção da população das freguesias das Lajes do Pico para a faixa etária 15 a 17 anos de idade – 2020 e 2025

Freguesia	1981	1991	2001	2011	2020	2025
Calheta de Nesquim	29	19	10	8	4	2
Lajes do Pico	99	88	67	73	53	45
Piedade	68	36	26	18	9	6
Ribeiras	50	63	42	22	19	15
São João	27	31	20	12	9	8
Ribeirinha	27	19	13	6	3	2

Fonte: INE e apuramentos da equipa do estudo

4.5. ENSINO RECORRENTE

O Ensino Recorrente, enquanto resposta formativa destinada a indivíduos que não se encontram em idade normal de frequentar os ensinos Básico e Secundário, conduz à obtenção de certificados e diplomas equivalentes aos dos correspondentes ciclos e graus de ensino regular, através de planos de estudo específicos. Esta modalidade de ensino tem como principal objetivo a eliminação ou diminuição do analfabetismo e a elevação dos níveis gerais de escolarização das populações, já que concede uma segunda oportunidade a quem se viu impedido de aceder ou a quem foi precocemente afastado do sistema de ensino regular.

No período em análise o Ensino Recorrente foi apenas lecionado na EB 2,3/S das Lajes do Pico, que como se viu anteriormente se localiza na sede do concelho. A tabela seguinte dá conta de um número de alunos matriculados muito volátil no período em análise.

Tabela 4.9_Frequência do Ensino Recorrente no concelho das Lajes do Pico entre 2000/01 e 2013/14 (número de alunos matriculados)

Estabelecimento	Freguesia	2000 /01	2001 /02	2002 /03	2003 /04	2004 /05	2005 /06	2006 /07	2007 /08	2008 /09	2009 /10	2010 /11	2011 /12	2012 /13*	2013 /14*
Concelho das Lajes do Pico		35	28	6	0	0	0	0	0	15	36	24	26	0	0
EBS das Lajes do Pico		35	28	6	0	0	0	0	0	15	36	24	26	0	0
EB 2,3/S das Lajes do Pico	Lajes do Pico	35	28	6	0	0	0	0	0	15	36	24	26	0	0

Fonte: *Séries Estatísticas de Educação*, Divisão de Planeamento e Estatística da Direção Regional de Educação; Nota: * Os dados referentes ao ano letivo 2012/13 e 2013/14 foram disponibilizados pelo Conselho Executivo da Unidade Orgânica.

4.6. CURRÍCULOS ALTERNATIVOS

Como foi dito anteriormente, o sistema educativo da Região Autónoma dos Açores, para além da oferta formativa regular, tem um conjunto de outros programas alternativos que pretendem combater os baixos níveis de escolaridade da população e o abandono e insucesso escolar, oferecendo currículos alternativos.

Estes programas compõem a oferta educativa da EB 2,3/S das Lajes do Pico. A tabela seguinte dá conta da frequência que estes programas tiveram nos anos letivos mais recentes:

*Tabela 4.10_Frequência dos Programas Alternativos no concelho das Lajes do Pico entre 2000/01 e 2013/14
(número de alunos matriculados)*

Estab.	Freguesia	Programa	2000 /01	2001 /02	2002 /03	2003 /04	2004 /05	2005 /06	2006 /07	2007 /08	2008 /09	2009 /10	2010 /11	2011 /12	2012 /13*	2013 /14*
Concelho das Lajes do Pico			55	40	63	51	33	67	89	76	114	83	72	43	50	60
EBS das Lajes do Pico			55	40	63	51	33	67	89	76	114	83	72	43	50	60
EB 2,3/S das Lajes do Pico	Lajes do Pico	Profij	40	18	17	35	17	60	60	57	83	65	55	34	39	56
		Oportunidade	15	22	46	16	8	0	0	9	20	14	7	0	7	-
		UNECA	0	0	0	0	8	7	29	10	11	4	10	9	4	4

Fonte: *Séries Estatísticas de Educação*, Divisão de Planeamento e Estatística da Direção Regional de Educação; Nota: * Os dados referentes ao ano letivo 2012/13 e 2013/14 foram disponibilizados pelo Conselho Executivo da Unidade Orgânica.

O currículo alternativo com maior procura são os cursos Profij, destinados a jovens entre os 14 e os 22 anos de idade e que, segundo os dados para o último ano letivo (2013/14), foram lecionados dois cursos no nível secundário (nível IV), registando-se um aumento significativo face ao ano letivo anterior, quase duplicando a procura.

5. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DA SITUAÇÃO DA REDE EDUCATIVA DAS LAJES DO PICO

5.1. SÍNTESE ESTRATÉGICA

Educação pré-escolar (PE) e 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB)

...relativo à oferta

↗ Quanto à tipologia o concelho integra JI, e EB1/JI, sendo que na primeira tipologia identifica-se uma unidade (JI “Arco-Íris”, da rede solidária, na freguesia das Lajes do Pico); e existem seis EB1/JI, todos da rede pública, agregando no total 7 estabelecimentos;

↗ Quanto aos estabelecimentos suspensos, a rede educativa possui sete estabelecimentos nestas condições nas freguesias das Lajes do Pico (EB1/JI de Terras e EB1/JI de Almagreira), Ribeiras (EB1/JI de Ribeira Seca), Piedade (EB1/JI da Piedade e JI dos Fetais), Calheta de Nesquim (EB1 da Calheta de Nesquim) e Ribeirinha (EB1/JI da Ribeirinha);

↗ Quanto ao número de salas existentes nas escolas em funcionamento, nestes dois níveis de ensino, conclui-se que existam no total dos estabelecimentos 9 salas⁴;

...relativo à taxa de ocupação, irradiação e saturação dos espaços

↗ Quanto à taxa de ocupação, sinaliza-se uma taxa global de 86% (com referência ao ano letivo 2013/14) para os estabelecimentos que integram simultaneamente alunos do pré-escolar e do 1º CEB, portanto um valor significativo, ainda com alguma margem face à capacidade instalada. Apenas três estabelecimentos apresentam uma taxa de ocupação igual ou inferior a 60%: EB1/JI de São João (60%), EB1/JI da Ribeira do Meio (53%) e EB1/JI da Ponta da Ilha (52%);

↗ Os dois estabelecimentos com taxa de ocupação mais elevada (superior a 84%) situam-se, como seria de esperar, na sede de concelho (EB1/JI da Silveira e das Lajes do Pico), além do estabelecimento da rede solidária que ultrapassa os 100%;

↗ Verifica-se que, no cômputo global, ainda existe capacidade para abranger mais 48 crianças em idade pré-escolar e 1º CEB, nas escolas da rede pública de tipologia EB1/JI; o JI rede solidária excede atualmente a capacidade da sala das crianças dos 3 aos 6 anos, desconhecendo-se se existe lista de espera para este estabelecimento.

...relativo à procura

↗ Entre o ano letivo 2000/2001 e 2013/2014, o número de alunos matriculados no nível da educação pré-escolar têm tido uma tendência decrescente, apresentando uma taxa de crescimento média anual na ordem de -1%;

↗ As taxas de pré-escolarização são elevadas superando os 100%, por acolherem crianças com dois anos de idade (que completem 3 anos de idade até 31 de dezembro do respetivo ano letivo) pelo que a margem de atração de crianças para o sistema é baixa;

⁴ 8 salas da rede pública e 1 sala da rede solidária.

↗ Concentração da frequência do pré-escolar na rede pública, sendo a EB1/JI Lajes e a EB1/JI da Ponta da Ilha as que apresentam maior população neste nível de ensino, associada a uma maior concentração populacional;

↗ De acordo com as projeções demográficas a tendência de perda de população com idade para frequentar o ensino pré-escolar (entre os 3 e os 5 anos) irá manter-se nos próximos anos, acentuando-se significativamente até 2025, altura em que o número de crianças neste intervalo etário será muito baixo – cerca de 47 crianças. A freguesia das Lajes do Pico será a que apresentará maior densidade de crianças nesta faixa etária (24) sendo que cada uma das restantes irá apresentar uma população inferior a 9 crianças no pré-escolar;

↗ Tendência de decréscimo, desde 2000/01 até 2013/14, de alunos inscritos no 1ºCEB (-22%);

↗ As EB1/JI de São João e Silveira são as que apresentam menor nº de alunos matriculados no 1ºCEB; em contrapartida são as escolas EB1/JI das Lajes do Pico e da EB1/JI da Ponta da Ilha as que apresentam maior massa crítica de alunos, considerando que existe uma maior concentração de população na sede de concelho e devido à transferência de alunos do 1º ciclo das freguesias da Piedade, Calheta de Nesquim e Ribeirinha;

↗ As projeções demográficas dão conta da continuação da diminuição do número de crianças em idade de frequentar o 1º Ciclo (entre os 6 e os 9 anos de idade), até 2025. As projeções apontam para que a freguesia das Lajes do Pico seja a que deverá continuar a ter uma maior população dentro deste intervalo etário, embora com uma diminuição prevista para metade entre 2011 e 2025;

↗ As freguesias da Ribeirinha, Piedade e Calheta de Nesquim terão cerca de 25 alunos em idade de frequência do 1.º ciclo no ano 2020 e 16 em 2025;

↗ Diminuição do efetivo escolar do 1ºCEB, a partir de 2001, acentuando-se este decréscimo até 2025, antevendo-se que a freguesia sede do concelho continue a ser a mais populosa, dentro deste intervalo etário, embora com uma diminuição de cerca de 59%;

↗ Em regra os alunos frequentam os estabelecimentos da área de residência, com exceção dos que residem nas freguesias onde as escolas já encerraram. Nestes casos, os alunos são encaminhados para a escola mais próxima, na freguesia vizinha, estando garantido o transporte escolar;

↗ A legislação (Resolução de Conselho de Ministros nº 44/2010) recente determinará uma nova configuração da rede de escolas do pré-escolar e 1ºCEB.

...relativo ao estado de conservação, adequação e segurança dos espaços

↗ Em termos globais, as instalações são adequadas e de boa qualidade, fruto de um processo de melhoria dos equipamentos escolares do pré-escolar e 1ºCEB com alguma regularidade, no âmbito da cooperação financeira entre o município e a administração regional definida na Carta Escolar, sobretudo ao nível da beneficiação das fachadas, coberturas e espaços exteriores;

↗ A necessitar de uma intervenção a curto prazo, sinaliza-se a EB1/JI da Ribeira do Meio (freguesia das Lajes do Pico) que evidencia problemas estruturais com alguma gravidade (paredes tetos, portas e janelas, canalizações e sistema de esgotos);

↗ Razoável estado de conservação do mobiliário, embora existam alguns casos em que se encontra demasiado desgastado – EB1/JI de Ribeiras, Ribeira do Meio e Silveira;

↗ Fraca ou inexistente iluminação no exterior em quase todos os estabelecimentos, o que contribui para a falta de segurança dos espaços, tal como a ausência de vedações em duas EB1/JI (Lajes e Silveira);

↗ Fraca adequação dos espaços exteriores, face às exigências atuais, em termos de segurança e adequação às atividades educativas nos dois níveis de ensino (com exceção da EB1/JI da Ponta da Ilha que, por ser o edifício mais recente, o projeto obedeceu a outras exigências, nomeadamente no

que respeita à segurança e adequabilidade dos diversos espaços da escola): ausência de espaços de recreio infantil, zonas de desporto, pavimentos adequados, entre outras.

...relativo à possibilidade/pertinência de ampliação de edifícios

↗ Fraca pertinência relativa à ampliação dos edifícios, perante a taxa de ocupação dos que estão em funcionamento atualmente – embora a EB1/JI das Lajes do Pico se apresente no limite da sua capacidade (97% de ocupação), uma vez que está prevista a construção da nova escola básica e secundária na zona da Ribeira do Meio, não se justifica proceder a ampliações do espaço atual;

↗ Ausência de capacidade de ampliação dos estabelecimentos do pré-escolar e 1ºCEB; a construção de um edifício complementar só poderá ser equacionada no caso das escolas que apresentam terreno com dimensão suficiente para esse efeito;

2º, 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário

...relativo à oferta

↗ Concentração da oferta deste nível de ensino em apenas uma escola, localizada na freguesia sede de concelho, com cerca de 29 salas de aula, resultando numa capacidade para um total de 638 alunos, partindo de uma capacidade média de 22 alunos por sala;

↗ A Escola Básica e Secundária (EBS) das Lajes do Pico é sede da unidade orgânica que abrange os restantes estabelecimentos de ensino da rede pública do concelho;

↗ A oferta da EB2,3/S das Lajes do Pico associa cursos científico-humanísticos e cursos tecnológicos, e ainda, ao nível do ensino básico, o ensino artístico vocacional (música) e do programa PROFIJ (técnico comercial e técnico de informática-sistemas); Possui ainda oferta do Programa Oportunidade;

↗ Está em cima da mesa o projeto da nova EB2,3/S fora do centro da Vila da Lajes que responderá às necessidades de cada nível de ensino abrangido, completando com novas valências e aumentando a capacidade.

...relativo à taxa de ocupação, irradiação e saturação dos espaços

↗ A capacidade instalada permite ainda abranger 260 novas crianças. Analisando as taxas de ocupação deste estabelecimento, esta apresenta aproximadamente 59% de ocupação;

↗ Sendo o único estabelecimento dos 2º e 3º CEB e ensino secundário existente, situado quase num dos extremos do concelho, implica o atravessamento de quase todo o território na Estrada Regional, por exemplo, por parte dos alunos provenientes da freguesia da Ribeirinha.

...relativo à procura

↗ Tendência de diminuição população escolar ao nível dos 2º e 3º CEB, sendo que no 2º ciclo obteve-se um balanço negativo entre 2000/01 e 2013/14 (-1,9%), e no 3º CEB assistiu-se a um decréscimo mais ligeiro no número de alunos matriculados neste nível de ensino (-1,3%);

↗ De acordo com as projeções demográficas estima-se um decréscimo populacional quer para o escalão etário dos 10 aos 11 anos de idade, quer para o referente aos 12 a 14 anos de idade: em 2020, estima-se que existam 71 jovens na faixa etária que se associa ao 2.º ciclo e 83 na correspondente ao 3.º ciclo;

↗ Em 2025, estima-se que o contexto continue a evoluir para uma baixa populacional estimando-se a existência de 53 jovens no escalão dos 10 aos 11 anos de idade e 65 jovens no escalão dos 12 aos 14 anos de idade, sendo as freguesias mais afetadas as situadas na Ponta da Ilha (Ribeirinha, Piedade e Calheta de Nesquim);

↗ Em termos de taxas de insucesso no 3.º CEB, o município apresenta valores contrastivamente baixos para este nível de ensino: em 2010/2011 registou-se um valor de 4,1% de taxa de retenção e desistência nas Lajes do Pico face a 18,8% na RAA e 13,3% em Portugal – O ponto crítico deste indicador ocorre no 2º CEB;

↗ No ensino secundário o volume de alunos existente em 2000/2001 é semelhante ao registado em 2013/2014 (119 alunos e 131, respetivamente), embora se tenham registado várias oscilações que resultam numa taxa de crescimento média anual 1,5% (a única que tem um registo positivo);

↗ O currículo alternativo com maior procura são os cursos Profij, destinados a jovens entre os 14 e os 22 anos de idade e que, segundo os dados para este ano letivo (2013/14), foram lecionados no nível secundário (nível IV) dois cursos, registando-se um aumento significativo face ao ano letivo anterior, quase duplicando a procura;

↗ Tendência para uma quebra na procura ditada pela evolução demográfica no secundário em todas as freguesias, segundo as projeções, estimando-se que em 2020 existam apenas 97 jovens em idade regular de frequência do ensino secundário (15 aos 17 anos) e, em 2025, apenas 78, que podia ser ligeiramente compensada pela obrigatoriedade de frequentar 12 anos de escolaridade.

...relativo ao estado de conservação, adequação e segurança dos espaços

↗ Necessidade de obras na EB2,3/S que evidencia problemas estruturais amplificados pela localização em leito de cheia, tais como situações de humidade e infiltrações, infiltrações de salinidade provocada pelas características do terreno e da proximidade do mar, que revelam alguma urgência de obras de reabilitação dos edifícios;

↗ Necessidade da melhoria/reforço da segurança do recinto escolar, nomeadamente através da colocação de vedações, da colocação de resguardo nas saídas da escola, melhoria da iluminação exterior;

↗ A EB2,3/S das Lajes do Pico possui plano de emergência e sistema de alarme, embora não ligado à vigilância ativa.

...relativo à possibilidade/pertinência de ampliação de edifícios

↗ Impossibilidade de ampliação das atuais instalações dada a dimensão reduzida do terreno;

↗ Projeto da nova EB2,3/S das Lajes do Pico prevê a realocação do estabelecimento fora do centro da Vila das Lajes, onde se incluem novas valências e equipamentos, adequadas aos diferentes níveis de ensino.

5.2. DESAFIOS QUE SE COLOCAM NO ÂMBITO DO (RE)ORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA DO CONCELHO DAS LAJES DO PICO

Neste ponto identificam-se algumas questões ou domínios de questão que deverão nortear o exercício de reordenamento da rede educativa do município das Lajes do Pico, bem como a adaptação das exigências da política educativa nacional.

Este exercício, registe-se, não tem a pretensão de esgotar todas as questões que deverão orientar a produção de resultados ao nível do reordenamento da rede educativa do concelho, mas sim o objetivo de identificar algumas questões para alimentar a reflexão e as opções tomadas ao nível do ordenamento da rede a propor.

Neste contexto, identificam-se as seguintes questões:

A rede de pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico é a que tem maior necessidade, a curto e médio prazo, mas também a longo prazo, de uma intervenção integrada para responder aos novos imperativos e exigências refletidas em legislação recente;

Esta intervenção, a curto e médio prazo, tem que ver sobretudo com o reordenamento da rede educativa e particularmente com o encerramento de alguns estabelecimentos que não cumprem os requisitos mínimos para continuarem em funcionamento e menos com o melhoramento e ampliação dos estabelecimentos, considerando, no geral, o bom estado de conservação dos edifícios, intervencionados recentemente, salvo algumas exceções assinaladas.

A longo prazo o reordenamento da rede educativa coloca-se ao nível de uma maior concentração da população escolar em edifícios que centralizam espaços e valências diversificadas, para uma resposta educativa adequada e segundo os parâmetros definidos atualmente, como sendo refeitórios/cantinas, bibliotecas e espaços polivalentes, por exemplo.

O que seguramente levará à construção de vários cenários opcionais para reordenar a rede educativa do município das Lajes do Pico. Se para responder às necessidades de curto e médio haverá necessidade de encerramento de alguns estabelecimentos e consequente redistribuição dos alunos do pré-escolar e do 1º ciclo de ensino básico, já para responder às necessidades de longo prazo haverá necessidade de construção de centros escolares.

A construção de centros escolares está associada a uma oferta para o pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico mais qualificada e mais vantajosa para alunos e professores, bem como uma intervenção mais qualificada ao nível da educação especial, na medida que origina a existência de espaços para o desenvolvimento de atividades diversificadas, como a prática desportiva, a expressão plástica e dramática, atividades e equipamentos adequados às crianças integradas na educação especial, informática, línguas estrangeiras, etc.

Ao nível das políticas e das estratégias locais no domínio da educação, assinala-se o seguinte (aspetos que podem ser sinalizados em qualquer região do país, continente e ilhas):

Necessidade de crescimento das taxas de pré-escolarização, para valores cada vez mais próximos dos 100%, isto é, para universalidade das taxas de escolarização da população entre os 3 e os 5 anos, mas também do ensino básico e secundário, conforme refere a Resolução do Conselho de Ministros nº44/2010 de 14 de junho;

Reforço do acesso das crianças a outras valências importantes para o seu desenvolvimento (espaços de recreio equipados, espaços para a prática de diversas atividades, tais como desportivas, expressão plástica e dramática, ocupação de tempos livres, etc.);

Resposta ao aumento da escolaridade obrigatória para os doze anos, que resultará numa maior pressão do lado da procura junto dos respetivos estabelecimentos, regular e profissional.

B. PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO

1. CRITÉRIOS DE REFERÊNCIA PARA O EXERCÍCIO DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA

Neste ponto, será feita a sinalização dos critérios de referência pelos quais o exercício de reordenamento da rede educativa se deverá pautar.

Projeções da população em idade escolar

Um dos principais aspetos a considerar como referência no exercício de reordenamento da rede educativa são as projeções demográficas da população residente em idade escolar, pois constituem a base do potencial de procura que a rede escolar terá na próxima década. As estimativas apresentadas suportarão a elaboração das propostas de médio prazo e de longo prazo, razão pela qual foram elaboradas para 2020 e 2025.

Estes dados foram apresentados detalhadamente na análise da procura do sistema educativo por níveis de ensino. Importa aqui relembrar que:

- Estima-se que ocorrerá um decréscimo da população residente em todas as freguesias do concelho, grupos etários relativos a todos os níveis de ensino a médio (2020) e longo prazo (2025);
- A freguesia das Lajes do Pico será a que, à semelhança do que ocorre atualmente, acolherá um maior volume populacional nestas faixas etárias. As freguesias da ponta da ilha (Calheta de Nesquim, Piedade e Ribeirinha) terão uma população em idade escolar que representará pouco mais de 50% da referente à freguesia das Lajes do Pico.
- Os grupos etários dos 3 aos 5 anos e dos 6 aos 9 anos serão os que irão perder até 2025 um maior volume populacional (-59% e -60%, respetivamente).

Tabela 1.3_ Projeção da população das freguesias das Lajes do Pico por grupos etários relativos aos níveis de ensino – 2020 e 2025

		1981	1991	2001	2011	2020	2025
Calheta de Nesquim	3 a 5	29	13	13	6	3	2
	6 a 9	47	16	12	10	3	1
	10 a 11	18	10	10	7	4	2
	12 a 14	28	15	16	12	7	5
	15 a 17	29	19	10	8	4	2
Lajes do Pico	3 a 5	88	74	57	53	33	24
	6 a 9	98	107	85	69	47	35
	10 a 11	65	57	41	52	32	25
	12 a 14	100	80	60	43	26	18
	15 a 17	99	88	67	73	53	45
Piedade	3 a 5	40	40	24	21	13	9
	6 a 9	59	37	39	20	13	9
	10 a 11	29	20	27	12	10	7
	12 a 14	49	42	41	26	19	14
	15 a 17	68	36	26	18	9	6
Ribeiras	3 a 5	59	43	24	14	6	3
	6 a 9	77	51	31	27	13	9
	10 a 11	29	41	18	14	8	6
	12 a 14	49	48	39	28	19	14
	15 a 17	50	63	42	22	19	15

		1981	1991	2001	2011	2020	2025
São João	3 a 5	15	16	14	6	5	3
	6 a 9	37	26	10	12	5	3
	10 a 11	14	18	14	12	9	7
	12 a 14	23	24	26	12	10	7
	15 a 17	27	31	20	12	9	8
Ribeirinha	3 a 5	22	13	7	17	9	6
	6 a 9	34	22	11	18	9	6
	10 a 11	10	17	12	10	8	6
	12 a 14	34	26	13	6	2	0
	15 a 17	27	19	13	6	3	2

Fonte: INE e apuramentos da equipa do estudo

Objetivos e metas da política educativa

As projeções demográficas não correspondem plenamente aquilo que será a procura efetiva dos alunos para cada nível de ensino. Para além de poder estar inerente ao próprio exercício uma margem de erro natural subjacente ao exercício de projeção, o desempenho do sistema educativo terá influência no volume de alunos que constará no sistema educativo. Assim sendo, entre os principais aspetos a considerar constam os objetivos e metas subjacentes à política educativa, que regularão os próximos anos.

Neste contexto refira-se que a União Europeia estabeleceu para 2020 um conjunto de objetivos e metas educativas que a política educativa nacional e regional tomaram como referencial. A saber:

UE 2020⁵

- ✓ Pré-escolarização das crianças entre os 4 anos e a idade de início do ensino primário → 95%
- ✓ Saída escolar precoce entre os 18 e os 24 anos → <10%

Como se explicitou anteriormente, a taxa de pré-escolarização no concelho das Lajes do Pico é superior a 100%, pelo que mantendo-se a tendência de decréscimo populacional, nomeadamente na faixa etária correspondente, a capacidade instalada será suficiente para assegurar o cumprimento da meta estabelecida pela UE. Assim, nesta matéria importará discutir nos pontos subsequentes se a capacidade será excessiva, se as condições de funcionamento existentes e projetados são adequadas e se, nos diversos cenários temporais, existirão fatores externos que poderão potenciar ou condicionar o cumprimento destas metas.

No que se refere à meta associada à saída precoce, as estatísticas disponíveis não permitem analisar qual o valor que o indicador assume a nível concelhio. No entanto, seguindo a metodologia do Conselho Nacional de Educação, foi adotado como *proxy* o nível de escolaridade completo da população jovem residente, em concreto a proporção de jovens com 20 a 24 anos de idade que concluiu o ensino secundário. Esta foi uma meta definida pela UE e ainda não alcançada por Portugal e que é retomada aqui:

- ✓ Jovens entre os 20 e os 24 anos de idade que concluíram o ensino secundário → pelo menos 85%

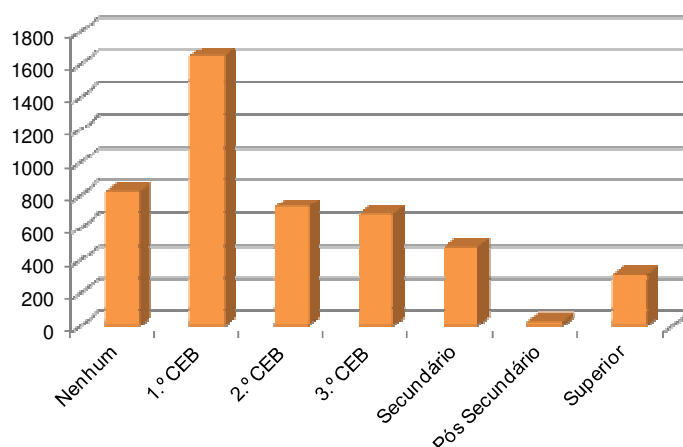
Pela análise dos dados constata-se que este indicador regista 64%⁶ no concelho das Lajes do Pico. Isto significa, em primeiro lugar que, apesar da estrutura de qualificações da população total residente nas Lajes do Pico ser caracterizada por algum *deficit* – elevado peso da população residente sem nenhum nível de ensino ou com o 1.º CEB -, as faixas etárias mais jovens estão a inverter esta tendência. Em segundo lugar, significa que existe uma margem de progressão e de melhoria da

⁵ Quadro Estratégico para a Cooperação Europeia – Domínio da Educação e Formação

⁶ Fonte: Censos 2011.

eficiência do sistema educativo, dado que 36%⁷ dos jovens na faixa etária considerada (20-24 anos) possui no máximo o 3.º CEB completo.

Figura 1.1_Distribuição da população residente no concelho das Lajes do Pico segundo o nível etário, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Ora, **os referenciais nacionais atuais apontam para o cumprimento de 12 anos de escolaridade.** Isto quer significar que o sistema educativo e a própria sociedade tenderá a preparar-se para que os jovens permaneçam na escola 12 anos e idealmente cumprindo o ensino secundário e para que as taxas líquidas de escolarização⁸ sejam de 100% em todos os níveis de ensino.

Ora, efetivamente, como se analisou anteriormente, no nível de ensino secundário, apesar da evolução demográfica ter ditado que nos últimos anos ocorresse um decréscimo populacional nos jovens residentes em idade de frequentar este nível de ensino, o volume de alunos no ensino tem revelado alguma estabilidade. Assim, dada a margem de progressão possível ainda existente, no prosseguimento de estudos para o ensino secundário, pelos jovens que completam o ensino básico, não será excessivamente otimista considerar que a verificar-se uma queda no volume de alunos que frequentarão o nível de ensino secundário na próxima década, ela será menor do que aquelas que as projeções demográficas apontam.

Naturalmente que a progressiva generalização do ensino secundário da população portuguesa, quer através do ensino regular, quer através da dupla certificação, quer ainda por processos de validação de competências ao nível do secundário, implica da parte dos níveis de ensino anteriores, um trabalho árduo para incentivar os alunos a continuar os seus estudos com sucesso, ainda que optando por respostas diferenciadas, atualmente existentes nos estabelecimentos de ensino, formação e de outras valências.

Limiar mínimo de alunos por escola no 1º Ciclo do Ensino Básico

Para efeitos de reordenamento da rede educativa é importante ter em conta os limiares mínimos de alunos por escola no 1º ciclo do ensino básico.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010 de 14 de junho define como um dos seus principais objetivos concretizar a universalização da frequência da educação básica e secundária, e com este enquadramento estabelece ainda orientações para o reordenamento da rede educativa, com vista a garantir três objetivos, a saber:

- Adaptar a rede escolar ao objetivo de uma escolaridade de 12 anos para todos os alunos;

⁷ Valor que se encontra alinhado com o registado para a média nacional (38%).

⁸ Esta distingue-se da taxa bruta de escolarização analisadas anteriormente dado serem as estatisticamente disponíveis e refere-se à percentagem da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino adequado à sua idade.

- Adequar a dimensão e as condições das escolas promoção do sucesso escolar e ao combate ao abandono;
- E promover a racionalização dos agrupamentos de escolas, de modo a favorecer o desenvolvimento de um projeto educativo comum, articulando níveis e ciclos de ensino distintos.

Segundo determinação do referido diploma, as escolas de 1ºCEB devem funcionar com, pelo menos, 21 alunos. Assim, o limiar mínimo a curto prazo para o 1º CEB deve pautar-se pelo encerramento das escolas que apresentem menos de 21 alunos.

Apesar desta referência nacional dever ser tomada em consideração, as características específicas do concelho das Lajes do Pico e da própria RAA pelo seu estatuto de região ultraperiférica, justificam uma aplicação dos critérios de programação dos equipamentos educativos de uma forma distinta do modelo de distribuição espacial preconizado, fruto de um território não contínuo, constituído por nove ilhas. As distâncias implicam dificuldades acrescidas no caso da deslocação inter-ilhas, e cada unidade territorial nem sempre coincide com uma unidade de procura com massa crítica. Neste sentido, nem sempre poderão ser adotados os critérios correntes de programação e, por vezes, a defesa da equidade territorial poderá legitimar soluções sobredimensionadas. No entanto, o reordenamento da rede escolar na região não deve deixar de promover a adaptação dos critérios enunciados de modo a alcançar os objetivos traçados.

É com base neste conjunto de pressupostos e referenciais que se identificam as propostas, desenvolvidas no ponto seguinte, de reordenamento da rede educativa nos horizontes temporais, curto, médio e longo prazo.

2. PROPOSTAS – REDE EDUCATIVA DAS LAJES DO PICO

2.1. OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

O reordenamento da rede educativa deve pautar-se pelos seguintes pressupostos, nomeadamente:

- Acesso generalizado à educação pré-escolar;
- Diminuição das taxas de saída antecipada;
- Generalização do ensino secundário;

E do ponto de vista físico:

- Qualidade funcional, arquitetónica e ambiental dos estabelecimentos de educação e formação.

A explicitação destes aspetos é o mesmo que dizer que na base da pirâmide, ou nas fundações, há a necessidade de garantir uma qualidade funcional (espaços e equipamentos), arquitetónica e ambiental e diversidade de espaços para o desenvolvimento de várias valências nos estabelecimentos de educação e formação, fatores indispensáveis para alcançar sucesso educativo.

Porém, o reordenamento da rede educativa e os princípios da política educativa local deve levar em linha conta medidas que vão para além desta dimensão, e que podem ser categorizadas em três vertentes: requalificação organizacional, oferta de educação-formação e atividades lúdico-didáticas e requalificação física.

Do ponto de vista **físico**, através da requalificação do parque educativo, melhorando as condições existentes.

Do ponto de vista **organizativo**, através da racionalização e da rentabilização dos meios e recursos materiais e humanos disponíveis no concelho no ensino básico e secundário e noutras instituições do concelho, do aumento da interação entre os níveis pré-escolar e básico (todos os níveis) e secundário, da racionalização dos custos dos transportes escolares, de modo a servir de forma adequada a população escolar e da utilização dos equipamentos educativos não apenas como espaços de ensino-aprendizagem formal, mas também como espaços de aprendizagens informais, enquanto lugares de socialização e de sociabilidades através da relação estreita entre escola e comunidade.

Relativamente à **oferta educação-formação e lúdico-didático**, as mudanças passam pela diversificação das ofertas educativas, com valorização das componentes de natureza técnica, tecnológica no 3º CEB e no secundário (regular e profissionalizante), pelo acesso generalizado das crianças e jovens às atividades de tempos livres, melhorando a oferta existente e pelo desenvolvimento deste tipo de atividades em outros espaços, como bibliotecas, ludotecas, equipamentos desportivos, etc.

2.2. PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA PARA O CONCELHO DAS LAJES DO PICO

As propostas de reordenamento da rede educativa do município das Lajes do Pico que se apresentam de seguida devem ser assumidas como propostas para validação em sede de Conselho Local de Educação.

2.2.1. PROPOSTAS A CURTO PRAZO (ANO LETIVO 2014/15)

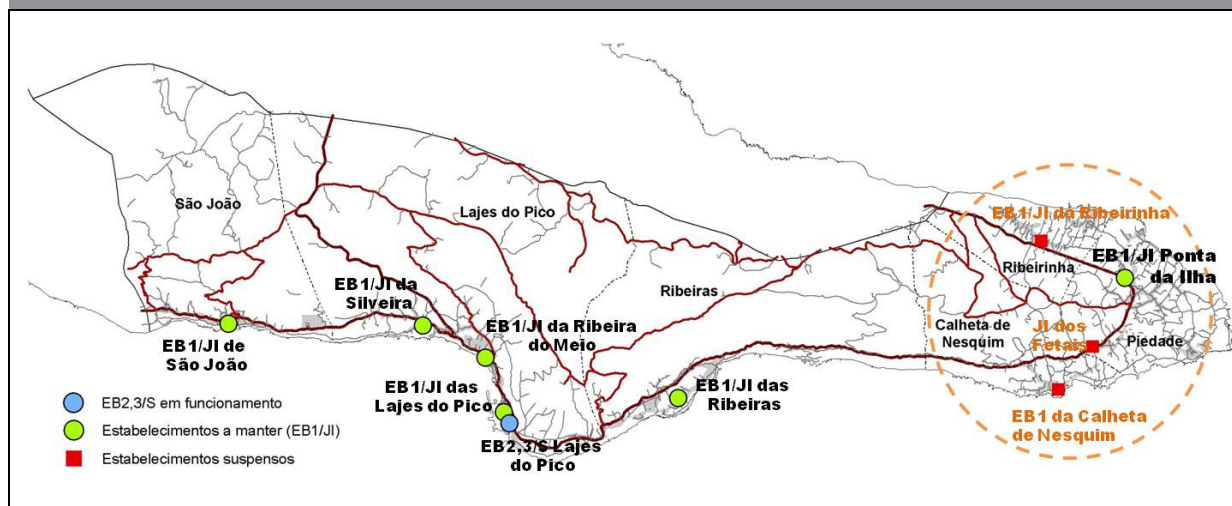
A entrada em funcionamento da nova EB1/JI da Ponta da Ilha, na freguesia da Piedade no ano letivo 2013/14 trouxe profundas alterações à organização da rede educativa do concelho, resultando na suspensão da EB1/JI da Ribeirinha, da EB1 da Calheta de Nesquim e do JI dos Fetais (Piedade), tendo os respetivos alunos sido encaminhados para o novo estabelecimento de ensino. Deste modo, a curto prazo, ao rede de ensino pré-escolar e o 1.º CEB não irá sofrer alterações, pois a oferta existente no momento atual é suficiente, considerando que as projeções demográficas preveem uma tendência de decréscimo da população com idades a frequentar o 2º e 3º CEB e Secundário, apesar do alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos.

A nova EB da Ponta da Ilha possui uma capacidade que supera largamente a ocupação previsível no próximo ano letivo (cerca de 10 vezes superior). Apesar de ter sido projetado inicialmente para atender um público composto por crianças até aos 15 anos de idade, a sua oferta educativa cinge-se atualmente ao ensino pré-escolar e 1º CEB, respondendo aos alunos na faixa etária entre os 3 e os 9 anos, passando a funcionar como um centro escolar, criando melhores condições de conforto e funcionalidade aos alunos destes dois níveis de ensino, no sentido de satisfazer as atuais exigências que recaem sobre a Escola, entendida como espaço para acolhimento educativo dos alunos.

No que se refere aos 2º e 3º CEB e ensino secundário, a EB2,3/S das Lajes do Pico continuará a ser o único estabelecimento com oferta destes níveis de ensino no concelho.

Neste sentido, no próximo ano letivo antevê-se a manutenção da rede educativa composta pelos mesmos estabelecimentos de ensino existentes no ano letivo anterior.

- ✓ EB1/JI da Ponta da Ilha (Centro Escolar)
- ✓ EB1/JI das Ribeiras
- ✓ EB1/JI das Lajes do Pico
- ✓ EB1/JI da Ribeira do Meio
- ✓ EB1/JI da Silveira
- ✓ EB1/JI de São João
- ✓ EB2,3/S das Lajes do Pico



Esta rede é complementada pela oferta privada (rede solidária) que existe atualmente (Infantário “Arco-Íris”) ou que venha a existir – que, face à oferta existente, não se perspetiva o seu crescimento.

Considerando as novas entradas no pré-escolar, estima-se que as demais escolas que se manterão em funcionamento cumpram o limiar mínimo de alunos no próximo ano letivo e se enquadrem na sua capacidade para acolher alunos.

Tabela 2.2_Previsão de ocupação das EB1/JI no ano letivo de 2014/15

Estabelecimento	Freguesia	Total de Alunos matriculados 1ºCEB – matriculados no 4º ano 2013/14	Crianças PE - Crianças com 5 anos no PE 2013/14	Ocupação previsível para 2014/15*	Capacidade (n.º máximo de alunos)
EB1/JI de São João	São João	8 – 1 = 7	16 – 5 = 11	23	40
EB1/JI da Silveira	Lajes do Pico	19 – 6 = 13	13 – 5 = 8	26	38
EB1/JI da Ribeira do Meio	Lajes do Pico	20 – 2 = 18	12 – 5 = 7	30	60
EB1/JI das Lajes do Pico	Lajes do Pico	46 – 10 = 36	22 – 10 = 12	58	70
EB1/JI das Ribeiras	Ribeiras	21 – 9 = 12	17 – 9 = 8	29	60
EBI da Ponta Ilha	Piedade	56 – 14 = 42	28 – 8 = 20	70	210**

Fonte: Os dados referentes ao ano letivo 2013/14 e à capacidade foram facultados pela Unidade Orgânica da EBS das Lajes do Pico | * estes valores não têm em conta as novas entradas para o pré-escolar para o ano letivo 2014/15; ** este valor foi aferido com base no número de salas de aula (9).

Assim, sinaliza-se que, neste momento, não existem evidências fortes de necessidade de encerramento dos estabelecimentos de ensino no nível pré-escolar e no 1.º CEB com base no critério da taxa de ocupação previsível. A atualização da informação constante na tabela mediante a disponibilização dos dados referentes ao número de alunos matriculados no ano letivo de 2014/2015, poderá levar a rever esta conclusão.

As escolas que vão estando abaixo ou ligeiramente acima do limiar mínimo deverão ser monitorizadas ao longo dos próximos anos letivos, até que a construção da EBI/S das Lajes do Pico prevista a médio prazo esteja concluída. Deste modo, este cenário irá concretizar-se a partir do próximo ano letivo e durante um período de três anos, ou até mesmo manter-se por mais tempo em caso de atraso na concretização do cenário de médio prazo.

O reordenamento da rede educativa passa por uma maior concentração de alunos e docentes em alguns estabelecimentos da rede atualmente existente, mantendo-se em funcionamento os estabelecimentos com maior capacidade de ocupação e melhores condições físicas para o acolhimento dos alunos e dos professores.

As principais vantagens e desvantagens a considerar nesta proposta são:

Vantagens:

- ganhos ao nível da sociabilidade entre alunos e entre professores;
- ganhos nas condições de ensino/aprendizagem que poderão impactar em níveis de sucesso escolar mais elevados;
- menor dispersão da rede em termos geográficos;
- menores custos para reordenamento da rede educativa (obras pontuais de melhoramento das instalações existentes).

Desvantagens:

- aumento gradual dos custos com o transporte das crianças;
- aumento do número de crianças que terá de percorrer distâncias maiores entre a residência e o estabelecimento de ensino.

Num cenário de utilização de médio prazo dos equipamentos existentes é necessário ponderar a necessidade de intervenções de remodelação mais profundas nos equipamentos existentes. Estas obras de beneficiação surgem na sequência de algumas operações de requalificação e melhoria das instalações escolares do pré-escolar e 1º CEB que já vêm sendo realizadas pela autarquia ao longo dos últimos anos, sendo a administração regional responsável pela requalificação da EB2,3/S, pretendendo-se resolver alguns problemas identificados no diagnóstico, destinadas a melhorar as

condições de ensino, utilização e segurança dos espaços escolares. Assim, sinalizam-se algumas propostas de intervenção que devem ser equacionadas:

Estabelecimento	Intervenções
EB1/JI de São João	- Adaptação das louças sanitárias às crianças do pré-escolar - Substituição do mobiliário degradado nas salas de aula - Melhoria da iluminação exterior - Introdução de saída de emergência
EB1/JI da Silveira	- Instalação de vedação - Melhoria da iluminação exterior - Introdução de saída de emergência - Requalificação da rede de eletricidade nas salas - Reformulação/adequação do espaço de refeitório - Substituição do mobiliário degradado nas salas de aula - Apetrechamento com material informático adequado
EB1/JI da Ribeira do Meio	- Intervenção nas paredes, tetos, janelas e portas - Melhoria no sistema de drenagem de esgotos e canalizações - Substituição do mobiliário degradado nas salas de aula
EB1/JI das Lajes do Pico	- Instalação de vedação - Ampliação da cobertura das passagens entre pavilhões - Melhoria da segurança do recinto escolar - Melhoria da iluminação exterior - Apetrechamento com material informático adequado
EB1/JI das Ribeiras	- Substituição do mobiliário degradado nas salas de aula - Requalificação das instalações sanitárias - Adequação da zona de refeitório - Apetrechamento com material informático adequado
EB2,3/S das Lajes do Pico	- Intervenção nas paredes e tetos (infiltrações) - Substituição do mobiliário degradado nas salas de aula - Adequação de salas a disciplinas específicas - Reforço da segurança do recinto escolar: sinalização da escola, colocação de resguardo nas saídas da escola, colocação de passarelas e lombas de redução de velocidade - Melhoria da iluminação exterior

Outras ações eventuais a contemplar:

- Reformulação da zona de biblioteca, quando exista;
- Beneficiação de espaços de recreio;
- Apetrechamento de mobiliário diverso e material informático (computadores, *software*, etc.);
- Sistemas de aquecimento.

Para além do já referido no que respeita às condições do parque escolar, do ponto de vista organizativo e da oferta de educação-formação e lúdico didática existem melhorias que é de extrema relevância ponderar introduzir:

1. Necessidade de estimular a interação entre estes níveis de ensino e os subsequentes, no sentido de facilitar o enquadramento dos alunos no ciclo de ensino subsequente promovendo o seu sucesso educativo e a diminuição da desistência e repetência no 2.º CEB.
2. Relevância de promover o acesso generalizado das crianças às atividades de tempos livres (ATL), melhorando a oferta existente no concelho. Na verdade apenas o estabelecimento privado (JI Arco-íris) possui, atualmente, esta oferta para os alunos que frequentam o 1.º CEB, excluindo os que frequentam o JI e selecionado para a época de férias apenas os alunos do 1.º CEB que frequentam o ATL durante o período letivo. É uma fragilidade apontada pelos encarregados de educação do concelho e uma oferta relevante para a promoção do desenvolvimento pessoal de cada criança.
3. Vantagem em melhorar as estratégias de promoção da participação e envolvimento dos encarregados de educação na Escola e no acompanhamento das crianças desde o pré-escolar, presenciais e à distância, como forma de articulação entre a Escola e a Comunidade, potenciando o sucesso educativo.

4. Importância de ponderar a melhoria da qualidade da oferta das refeições escolares nas escolas com Jardins de Infância e 1.º CEB.

Do ponto de vista das condições atuais do edifício da EB2,3/S das Lajes do Pico, as obras de reconstrução do pavilhão gimnodesportivo encontram-se concluídas. De modo a prolongar a utilização deste recinto até à entrada em funcionamento da nova escola, ainda há que proceder no curto prazo a:

- Reparação dos problemas estruturais detetados nas paredes e tetos do edifício;
- Colocação de vedações na delimitação do recinto escolar, resguardos nas saídas da escola e introdução de lombas de redução de velocidade;
- Reparação de infiltrações;
- Realização de obras que permitam promover a redução da infiltração de salinidade;
- Adequação das salas a disciplinas específicas – adaptação de laboratórios, ensino artístico.

Apesar das condições do parque escolar terem sido objeto de melhoria, **do ponto de vista organizativo e da oferta de educação-formação e lúdico didática**, existem melhorias que é de extrema relevância ponderar introduzir:

1. Necessidade de equacionar a introdução da oferta da área de formação socioeconómica no nível de ensino secundário, considerando o volume de procura por parte dos alunos e a existência de recursos disponíveis no estabelecimento para o fazer.
2. Sugestão de revisão da estratégia de atração e envolvimento dos encarregados de educação no projeto de *Educação parental*, com o objetivo de assegurar uma maior participação dos pais que demonstram menor propensão para o acompanhamento escolar dos seus filhos.

2.2.2. PROPOSTAS A MÉDIO/LONGO PRAZO (COM IMPACTO A PARTIR DO ANO LETIVO 2018/19)

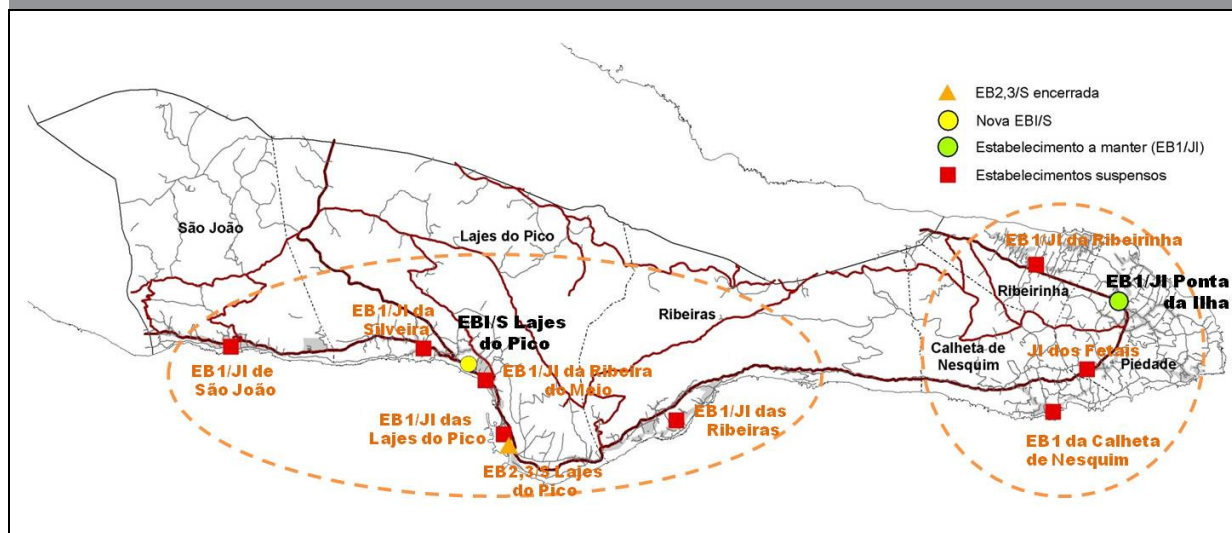
A proposta de médio/longo prazo assenta fundamentalmente na construção da nova escola secundária da Lajes do Pico projetada pelo Governo Regional. Esta escola visa constituir-se como um polo integrador de todos os níveis de ensino desde o pré-escolar ao nível secundário. Está programado que as obras de construção se iniciem durante o ano de 2014 e se prolonguem por um período de 24 meses, pelo que, considerando alguma derrapagem possível nas obras, considerámos como ano oficial de entrada em funcionamento o ano letivo de 2018/2019.

A médio prazo, de acordo com esta programação, e pelo facto de tendencialmente se ir assistir a uma integração dos níveis de ensino, a proposta de organização da rede educativa considera a construção da nova escola básica e secundária das Lajes do Pico vocacionada para todos os níveis de ensino, com uma capacidade prevista para 600 alunos.

A manutenção em funcionamento do Centro Escolar da Ponta da Ilha não é questionada, tendo em consideração o grande investimento recente na sua construção, bem como as características do povoamento: a dispersão dos aglomerados, as dificuldades de acessibilidade e a deslocação para a freguesia sede de concelho das crianças a frequentar o pré-escolar. Aliás, como se verá mais adiante, importa ressaltar a pertinência da introdução do 2º ciclo neste centro escolar, caso venha a verificar-se um aumento significativo da população escolar nesta faixa etária que justifique este alargamento da oferta de ensino.

Assim, a rede educativa do município das Lajes do Pico passará a ser constituída por dois estabelecimentos de ensino: o centro escolar (EB1/JI da Ponta da Ilha) na freguesia da Piedade e a entrada em funcionamento de uma Escola Básica Integrada com Secundário na freguesia das Lajes do Pico, que oferece todos os níveis de ensino desde o pré-escolar ao ensino secundário, determinando desta forma o encerramento dos estabelecimentos escolares de jardim-de-infância e 1º CEB que ainda permaneciam ativos no cenário anterior, pelo que os alunos destes são encaminhados para a nova Escola.

- ✓ EB1/JI da Ponta da Ilha
- ✓ EBI/S das Lajes do Pico



Como é possível verificar pelos dados apresentados na tabela que se segue, neste cenário irá assistir-se a uma sobredotação do parque escolar face à sua ocupação previsível. A rede escolar deixa de assumir centralidade na Vila das Lajes, retirando, por essa via, dinamismo ao centro do concelho – embora a nova escola (que integrará todos os níveis de ensino) seja construída na freguesia sede de concelho mas fora do aglomerado urbano.

Tabela 2.4_Previsão de ocupação das Escolas no ano letivo de 2018/19

Estabelecimento	Freguesia	Níveis de ensino	Ocupação previsível para 2018	Capacidade (n.º máximo de alunos)
EBI/S das Lajes do Pico	Lajes do Pico	Pré-escolar 1.º CEB 2.º CEB 3.º CEB Secundário	413	600**
EB1,2/JI da Ponta Ilha	Piedade	Pré-escolar 1.º CEB 2.º CEB	87	210*

Fonte: Os dados referentes à ocupação previsível decorrem de dados oficiais no INE que serviram de base às estimativas apuradas pela equipa do estudo. (*) A capacidade foi calculada com base no número de salas de aula (9 salas) e não consta de qualquer fonte oficial. (**) Dados facultados pela DRE – Divisão de Instalações e Equipamentos Escolares.

Face ao exposto, um dos principais desafios que se colocam ao município perante esta reorganização da rede educativa prende-se com a inversão da desertificação do centro da Vila das Lajes que será potenciado pelo abandono e empobrecimento das funções urbanas do núcleo histórico da vila (escolas, equipamentos desportivos e culturais, comércio local, serviços de restauração, entre outros), motivados pela realocação do principal foco indutor das dinâmicas económicas, sociais e vivenciais daquele centro urbano.

Outro dos desafios associados a estas alterações físicas coloca-se à rede de transportes escolares, dada a distância entre a residência dos alunos - por exemplo, da Ponta da Ilha - que frequentarão o ensino secundário na EBI/S das Lajes do Pico.

2.3. MEDIDAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA PARA A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA EDUCATIVA LOCAL

O processo de reordenamento da rede educativa local deverá associar um conjunto de medidas para consolidar a “política educativa para o concelho das Lajes do Pico” e mais concretamente a estratégia educativa para melhorar os indicadores de educação locais, devendo esta ser definida a partir da reflexão no âmbito do Conselho Local de Educação.

De seguida, é apresentado um conjunto de medidas que poderão constituir um ponto de partida para esse processo de reflexão e definição da política educativa local.

A conceção e a implementação de uma estratégia educativa local, integrando um plano de ação concreto, balizado no tempo e por metas – no sentido de permitir a sua monitorização e avaliação –, têm por base o alcance de níveis mais elevados de eficácia dos principais indicadores ao nível da educação para o concelho. A sua articulação com outros sectores, nomeadamente os económicos, deverá ser levada em linha de conta.

MEDIDA 1 Melhoria da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar	Pressupostos ✓ Manutenção das elevadas taxas de pré-escolarização, para as gerações vindouras, em particular a cobertura de toda a população dos 3 aos 5 anos até 2016 Fundamentação ✓ A educação do pré-escolar é estruturante para a formação das crianças (tese com bastante acolhimento entre as principais referências na área da educação). Tipologia de ações ▪ <u>Consolidação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar, através:</u> ✓ Reordenamento da rede através da suspensão de estabelecimentos e transferência das crianças para estabelecimentos com maior capacidade) para integração de uma maior massa crítica em termos de número de crianças em cada estabelecimento educativo, numa primeira fase; ✓ Maior qualidade dos espaços, em que se disponibilizam uma maior diversidade de valências no mesmo espaço escolar (construção de centros educativos, numa segunda fase. Tempo de execução De forma contínua, até à revisão da Carta Educativa.
MEDIDA 2 Consolidação da rede de estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico	Pressupostos ✓ Equidade no acesso ao ensino, que pressupõe a integração de diversas valências no mesmo educativo para todos ✓ Maior massa crítica de alunos, professores e pessoal discente no mesmo espaço educativo Fundamentação ✓ Diversificação dos espaços de aprendizagens ✓ Aumento e diversificação das sociabilidades e das socializações (alunos e professores) ✓ Aumento dos espaços de reflexão de reflexão e de troca de experiências entre o pessoal docente Tipologia de ações ▪ <u>Consolidação da rede de estabelecimentos do 1º CEB, através:</u> ✓ Reordenamento da rede através da suspensão de estabelecimentos e transferência das crianças para estabelecimentos com maior capacidade) para integração de uma maior massa crítica em termos de número de crianças em cada estabelecimento educativo, numa primeira fase; ✓ Maior qualidade dos espaços, em que se disponibilizam uma maior diversidade de valências no mesmo espaço escolar (construção de centros educativos, numa segunda fase; ✓ Desenvolvimento de um programa de atividades extracurriculares, importante para assegurar a ocupação das crianças após o cumprimento dos tempos letivos.

	Tempo de execução De forma contínua, até à revisão da Carta Educativa.
MEDIDA 3 Promoção da procura de formação ao nível do ensino secundário e diversificar as ofertas existentes	Pressupostos ✓ Alargamento da escolaridade mínima para os 12 anos de escolaridade. Fundamentação ✓ Taxa de escolarização do secundário abaixo do desejável. Tipologia de ações ▪ <u>Estratégias concertadas (escola, família, empregadores e centros de emprego) que reforcem a procura do ensino secundário por populações cuja escolaridade é inferior aos 12 anos de escolaridade:</u> ✓ Medidas de apoio, pecuniárias ou não, à consecução de estudos ao nível secundário. ▪ <u>Estratégias que diminuam as taxas de reprovações e de abandono escolar: Estratégias concertadas de valorização social da escola, ou seja, de níveis mais elevados de escolaridade:</u> ✓ Medidas concertadas com os empregadores no sentido de elevarem as suas exigências, em termos de escolaridade e/ou de qualificação, nos processos de recrutamento de novos colaboradores; ✓ Medidas concertadas com os empregadores para integrarem jovens e adultos em situações de estágio, para facultarem visitas de estudo, para participarem em ações sensibilização para o empreendedorismo, para participarem na conceção dos conteúdos programáticos, nomeadamente nas disciplinas mais técnicas. Tempo de execução De forma contínua, para além da revisão da Carta Educativa.
MEDIDA 4 Dinamização de ações de reconhecimento, validação e certificação de competências	Pressupostos ✓ Aumento das taxas de escolarização ao nível do secundário. Fundamentação ✓ Dinamização de ações que visem a obtenção de níveis de escolaridade mais elevados, ainda que pela via de percursos alternativos. Tipologia de ações ▪ <u>Estratégias concertadas (escola, família, empregadores e centros de emprego) que reforcem a procura dos centros de novas oportunidades</u> ▪ <u>Estratégias de valorização da escola/obtenção de níveis mais elevados de escolaridade.</u> Tempo de execução De forma contínua e sistemática, para além da revisão da Carta Educativa.
MEDIDA 5 Dinamização e apoio ao processo de autoavaliação das escolas	Pressupostos ✓ Maior eficácia dos vários subsistemas de ensino, do pré-escolar ao secundário. Fundamentação ✓ Dinâmicas de autoavaliação e de avaliação externa, de modo a favorecer a produção de resultados mais objetivos e imparciais. ✓ Consolidação de uma cultura de avaliação e de melhoria contínua. Tipologia de ações ▪ <u>Autoavaliação das escolas, centrado no desempenho da organização escolar de forma integral, identificando-se pontos fracos e fortes e oportunidades e ameaças e elementos para melhoria, numa perspetiva de melhoria contínua.</u> Tempo de execução De forma contínua e sistemática, para além da revisão da Carta Educativa.

MEDIDA 6 Combate ao abandono e insucesso escolar e valorização social da escola	Pressupostos ✓ Aumento das taxas de escolarização. ✓ Concretizar o patamar mínimo de escolaridade obrigatória, atualmente vigente. Fundamentação ✓ Taxas de abandono e de insucesso escolar elevadas, que são pouco favoráveis ao desenvolvimento sustentado das regiões, qualquer que seja a sua dimensão. Tipologia de ações ▪ <u>Ações que visem a prevenção do abandono e do insucesso escolar, mas também que visem recuperar para o sistema os que o abandonaram (ações curativas);</u> ▪ <u>Oferta e incentivo à adesão ao sistema de ensino recorrente e outras modalidades de educação e formação de adultos, a funcionar nas EB1/JI da Ponta da Ilha e EBS das Lajes do Pico;</u> ▪ <u>Especial atenção ao 2.º CEB onde a taxa de insucesso é mais elevada e à atenuação dos fatores que se lhe associam com a mudança de escola, sendo relevante desenvolver medidas de acolhimento e acompanhamento dos alunos nestas circunstâncias.</u> ▪ <u>Monitorização e avaliação de indicadores que visem perceber o impacto dessas ações de prevenção e de recuperação dos que abandonaram o sistema.</u> Tempo de execução De forma contínua e sistemática, para além da revisão da Carta Educativa.
MEDIDA 7 Dinamização e consolidação de uma oferta de atividades de ocupação de tempos livres	Pressupostos ✓ Consolidação para o sucesso escolar e para formação cívica. Fundamentação ✓ Desenvolvimento de diversas sociabilidades e de aprendizagens de natureza diversa. Tipologia de ações ▪ <u>Organização de atividades de tempos livres desde o jardim de infância (inclusive) com pressupostos de aprendizagem, tendo por referência um referencial de competências sociais, de empreendedorismo e de aprendizagem ao longo da vida, isto é, competências para a vida</u> ▪ <u>Monitorização e avaliação dessas ações/atividades.</u> Tempo de execução De forma contínua e sistemática, para além da revisão da Carta Educativa.
MEDIDA 8 Consolidação da segurança nas escolas	Pressupostos ✓ Atuação preventiva, para reduzir ou erradicar as situações de violência e insegurança nas escolas e meio envolvente. Fundamentação ✓ Contributo para o sucesso educativo, através da existência de um ambiente de segurança Tipologia de ações ▪ <u>Desenvolvimento de um projeto que vise:</u> Identificar os indicadores; Recolher informação para ventilar esses indicadores; Fundamentar o conhecimento sobre a realidade na rede educativa do concelho; E articular os instrumentos existentes. Tempo de execução De forma contínua e sistemática, para além da revisão da Carta Educativa.

MEDIDA 9 Melhoria da qualidade das refeições 1º CEB e pré-escolar	Pressupostos ✓ Melhoria da qualidade nutricional das refeições escolares Fundamentação: ✓ Promoção da alimentação saudável que contribui para o sucesso educativo e saúde escolar ✓ Contributo no combate à insuficiência/carência alimentar das crianças Tipologia ■ <u>Criação de ementas de refeição com uma qualidade nutricional mais adequada à idade escolar</u> Tempo de execução De forma contínua e sistemática, para além da revisão da Carta Educativa.
--	--

Em jeito de conclusão, pela complexidade e articulação das problemáticas aqui sinalizadas, é fundamental que o conselho local de educação desenhe um plano estratégico para a área de educação e formação, mobilizando outros atores que não têm assento naquele órgão. A definição de prioridades e de metas em função das problemáticas mais estruturantes deve ser uma preocupação a ter em linha de conta neste contexto.

O município das Lajes do Pico está perante diversas alterações estruturais na sua rede escolar, pelo que, se considera que a monitorização anual da Carta Educativa é essencial, neste caso.

Por último, é importante dizer-se que a aposta no redimensionamento da rede, assente na centralização dos alunos (numa perspetiva a médio/longo prazo) em apenas dois estabelecimentos educativos no concelho, permitirá evoluir para edifícios que se encontram apetrechados com espaços destinados a valências diversificadas (biblioteca, polivalente/refeitório, sala de professores, e espaços multifuncionais), que poderão contribuir para a melhoria da qualidade do espaço educativo e das aprendizagens, e que, por outro lado, poderão, igualmente, ser partilhados pelas comunidades locais em que as escolas se inserem.

Porém, deve salientar-se as implicações que esta organização terá, nomeadamente ao nível das deslocações casa-escola – correspondendo a um aumento dos tempos e custos com o transporte de alunos atualmente assegurado pelas freguesias –, o número de edifícios escolares que são suspensos da rede e ficam devolutos (se não forem afetos a outros usos) ou mesmo a desqualificação do centro da Vila das Lajes provocado pela saída da EB2,3/S das Lajes do Pico e o consequente esvaziamento de funções associadas à circulação da população escolar.

3. PROGRAMA DE EXECUÇÃO

Tendo em consideração a tipologia de propostas que integram a Carta Educativa do Município das Lajes do Pico, centrada na suspensão de estabelecimentos e transferência de alunos para estabelecimentos com maior capacidade e na imposição da construção da nova Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico, o desenvolvimento deste capítulo fica limitado à construção do novo estabelecimento escolar.

3.1. HIERARQUIZAÇÃO, CALENDARIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE

A reconfiguração da rede educativa resulta na diminuição de sete estabelecimentos para apenas dois: a escola da Ponta da Ilha – a qual constitui um centro escolar integrado que tem como oferta educativa o ensino pré-escolar e o 1º CEB – e a nova escola básica e secundária (EBI/S) das Lajes do Pico, que irá abranger os alunos do ensino pré-escolar, ensino básico e ensino secundário (dos 3 aos 17anos).

A escola da Ponta da Ilha está em funcionamento desde o presente ano letivo (2013/2014), pelo que o programa de execução apenas inclui a construção da nova escola e um programa de requalificação dos estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1º CEB existentes que irão funcionar até à conclusão do novo equipamento. A médio/longo prazos deverá ponderada a pertinência da introdução do 2º CEB na Escola da Ponta da Ilha, caso a evolução demográfica do concelho assim o justifique.

Tabela 3.1_Programa de Intervenções

Intervenção a realizar	Hierarquização	Calendarização	Responsabilidades	Estimativa de custos (€)
Construção da nova EBI/S Lajes do Pico	1	2014-2016	Governo Regional	13.900.000,00*
Requalificação/manutenção do parque escolar do ensino pré-escolar e 1º CEB	1	2014-2016	Município	-
Introdução do 2º CEB	2	2018-2020	Município/DRE	-

(*) valor sem IVA.

As propostas de intervenção no âmbito do programa de requalificação do parque escolar compreendem intervenções de beneficiação de cinco estabelecimentos existentes e que atualmente ministram o ensino pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico (não está incluída a Escola da Ponta da Ilha por ser um equipamento muito recente).

A abertura da nova escola básica e secundária das Lajes do Pico – que se constituirá como um grande centro escolar integrado com ensino secundário – implica o encerramento dos restantes estabelecimentos escolares de pré-escolar e 1º CEB nas freguesias de São João, Lajes do Pico e Ribeiras.

Com a aplicação do regime de autonomia das escolas (Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 10 de maio, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2010/A de 13 de abril) passaram os órgãos de gestão dos estabelecimentos de educação e ensino a ser diretamente responsáveis pela pequena e média manutenção dos edifícios escolares. Por outro lado intensificou-se a cooperação financeira e técnica com as autarquias com o objetivo de recuperar e ampliar os edifícios escolares existentes e mesmo construir novos. Essa alteração na repartição de responsabilidades já se reflete positivamente no estado de conservação daqueles edifícios.

Para permitir a manutenção do processo de recuperação, e evitar o retorno às situações anteriores, é fundamental que se mantenha o nível de investimento e se crie uma cultura de exigência de qualidade e de responsabilidade nas escolas.

Assim, para além da manutenção por mais alguns anos do esforço de investimento em cooperação financeira com as autarquias na recuperação da rede da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, é necessário criar estabilidade nos fluxos financeiros destinados à conservação dos edifícios e clarificar as responsabilidades das diversas entidades envolvidas.

3.2. IMPACTOS PREVISTOS COM O REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA

Os impactos previstos ou previsíveis com o reordenamento da rede educativa, que passa pela suspensão dos atuais estabelecimentos (com exceção da Ponta da Ilha) e construção da nova Escola (centro escolar com secundário), são os seguintes:

- Ganhos em termos equidade da oferta, no que diz respeito à qualidade física dos estabelecimentos: os alunos terão acesso a espaços e valências que atualmente nem todas as escolas têm, tais como bibliotecas, áreas desportivas, espaços de recreio adequados, laboratórios, salas informática, entre outros);
- Ganhos relativamente aos custos de manutenção e de funcionamento da rede de estabelecimentos: os alunos e docentes bem como todos os recursos, passam a estar concentrados em apenas 2 estabelecimentos (em vez de 6);
- Perdas no que diz respeito aos níveis de sociabilidade quer de professores e/ou educadores quer dos alunos/crianças (dada a localização afastada do centro urbano);
- Perdas relativamente aos custos de transportes.

3.3. CUSTOS PREVISTOS PARA O REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA

Prevê-se que a construção da nova escola básica e secundária das Lajes do Pico tenha início no final do primeiro semestre de 2014, estando definido um prazo de construção de cerca de 24 meses.

A construção da nova escola terá início no curto prazo, estando previsto um montante total de investimento na ordem dos 13.900.000,00€ (valor sem IVA), sendo que parte deste valor é assegurado pelo Governo Regional, que de acordo com o Plano Regional Anual para 2014 é de 6.852.500,00€ (cerca de 48,9% do valor total da obra) no âmbito do eixo “Promover a qualificação e a inclusão social”, inscrito no programa “Educação, Ciência e Cultura”.

Até à entrada em funcionamento do novo estabelecimento, as intervenções preconizadas no quadro do reordenamento da rede educativa pressupõem a seguinte tipologia de custos:

- Realização de obras de beneficiação das edificações e arranjo de espaços exteriores de escolas existentes;
- Aquisição de mobiliário escolar, material didático e equipamento informático destinado a apetrechar os espaços e edifícios objeto de intervenção.

Estas intervenções devem ter em linha de conta que existem montantes máximos de financiamento de forma a assegurar a otimização de recursos financeiros.

Não existindo para a Região Autónoma dos Açores custos de referência, torna difícil a previsão dos custos. O mesmo se passa com a determinação dos custos previsíveis com a concretização do novo equipamento escolar, sendo apenas possível indicar o montante global de investimento publicado na imprensa e o valor cabimentado no plano regional anual para 2014 atrás mencionado.

4. MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO

A Carta Educativa do Município das Lajes do Pico constitui um documento estratégico “(...) *inacabado, na medida em que tem de se adequar a uma realidade que evolui constantemente em função de dinâmicas demográficas, socioeconómicas, de alterações de política educativa e do desenvolvimento local*”⁹.

Enquanto instrumento de planeamento e parte integrante do PDM, a Carta Educativa está sujeita a um processo de atualização constante. Esta tarefa de atualização é facilitada com a implementação de um sistema de monitorização, ou seja, um processo que permitirá recolher informação útil para apoiar a conceção e a decisão de medidas de intervenção no que respeita à política educativa para o município, em função das necessidades de cada ano letivo, tendo em consideração o comportamento de um conjunto de indicadores variados, nomeadamente ao nível da procura.

4.1. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO

A monitorização é um procedimento fundamental que visa permitir acompanhar e supervisionar o processo de implementação da carta educativa e, assim, identificar possíveis desvios face à programação definida, facto que pressupõe a existência de um adequado sistema de informação.

A implementação de um processo de monitorização, seja de que natureza for, que tem como objetivo a produção de informação (recolha de informação para ventilação de indicadores) pressupõe a existência de um sistema de informação adequado às necessidades, implicando alguns meios técnicos e humanos específicos.

O sistema de informação deverá ser materializado numa base de dados. A base inicial de trabalho – que será incrementada à medida das necessidades de atualização – encontra-se integrada no presente relatório.

A base de dados apresentada permitirá à Câmara Municipal – complementando com outros indicadores que reconhecer como relevantes – realizar o processo de monitorização dos principais indicadores indispensáveis para a atualização permanente do diagnóstico do sistema educativo local e que, por sua vez, permitirá proceder a ajustamentos na componente de reordenamento da rede de estabelecimentos educativos. Assim que se revelar necessário, a equipa responsável pela monitorização deverá incluir outros indicadores que favoreçam a realização de um diagnóstico adequado às necessidades do sistema educativo municipal.

Seguidamente, apontam-se alguns indicadores, a título de exemplo, cujo acompanhamento no tempo deve ser objetivado:

- Taxa de escolarização e de pré-escolarização;
- Número de alunos por escola/jardim-de-infância;
- Número de alunos por ano/ciclo de ensino;
- Taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino;
- População em idade escolar;
- Estado de conservação dos edifícios;

⁹ *Manual para a Elaboração da Carta Educativa, elaborado pelo Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento, no âmbito da Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento da Educação, Ministério da Educação, 2000*

- Taxa de insucesso/desistência;
- (...).

Para a obtenção de elementos com vista à atualização da informação para a base de dados, a equipa responsável pela monitorização da carta educativa deverá recorrer a processos de inquirição dos estabelecimentos da rede educativa e/ou à Unidade Orgânica, aos pais e encarregados de educação, aos alunos e às entidades empregadoras, se for caso disso. Para além desta inquirição dos principais atores que participam no sistema educativo local (fontes diretas), a equipa deverá recorrer a outras fontes de informação, tais como a Direção Regional de Educação, o Instituto Nacional de Estatística (INE), a Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico, as Juntas de Freguesia, entre outros.

Todo o processo de recolha de informação para carregamento da base de dados deve ser antecedido da fase de seleção e conceção dos instrumentos de recolha. Poderão ser utilizados, com este objetivo, os seguintes instrumentos:

- Fichas de sistematização física de estabelecimentos educativos, as quais funcionam com um retrato da situação atual dos equipamentos, devendo ser atualizadas com uma periodicidade maior relativamente a outros instrumentos de recolha de informação (em anexo integra-se o documento que foi utilizado para a elaboração do diagnóstico que poderá ser mobilizado para os mesmos efeitos no processo de monitorização da Carta Educativa);
- Inquéritos por entrevista, em que a informação de carácter qualitativo ajuda a alimentar a reflexão em torno de várias dimensões de análise aos diversos atores do sistema educativo local (estabelecimentos e/ou agrupamentos, professores, alunos, entidades empregadoras, etc.);
- Inquéritos por questionário, que assegurem uma recolha de informação qualitativa e quantitativa aplicados aos vários níveis de ensino, tendo também aqui por referência os diversos atores que participam no sistema educativo local.

A informação recolhida através dos instrumentos referidos, cujos elementos deverão ser carregados na base de dados, é também relevante para a gestão corrente da rede educativa, para além da monitorização da Carta Educativa, permitindo:

- Facilidade na consulta de dados (estabelecimento por freguesia, localidade, ano letivo, grau de ensino, visualização de mapas com localização, entre outros)
- Registo de parâmetros específicos de cada estabelecimento educativo (contactos, horários, distâncias, taxas de aproveitamento, etc.)
- Registo de dados do ano letivo em curso e dos anos anteriores;
- Atualização de dados (graus de ensino, cursos ministrados, instalações, segurança envolvente, acessibilidades, avaliação, etc.)
- Centralização de toda a informação relevante para o processo de monitorização da Carta Educativa.

Como por exemplo, um processo de inquirição dirigido aos pais e encarregados de educação com crianças em idade de frequentar creches, em relação às suas preferências quando ao estabelecimento de ensino em que pretendem matricular os seus filhos quando atingirem a idade de frequentar a educação pré-escolar.

Além da informação alfanumérica, há que salientar a importância de incorporar informação cartográfica, relevante para a operacionalização do processo da Carta Educativa, bem como a sua articulação com o PDM e outros instrumentos de gestão territorial. Trata-se de informação cartográfica de base do concelho, em formato digital (*shapefile.shp*) com a seguinte informação vetorial: arruamentos, edifícios, linhas de água, altimetria, etc. (geralmente em escalas 1:10 000 ou 1:25 000).

Como exemplo dos elementos a recolher, identificam-se:

- BGRI 2011 (base geográfica de referência do Censo de 2011, INE);
- Localização dos edifícios e equipamentos da rede educativa e tipologia (de natureza pública e privada, com georreferenciação à escala 1:25 000;

- Localização de outros equipamentos coletivos complementares e respetivas tipologias;
- Rede de transportes públicos e transportes escolares, com identificação dos percursos e paragens;
- Situação e propostas do PDM para a rede escolar, hierarquização dos aglomerados e dotação funcional dos equipamentos;
- Acessibilidades e transportes, dinâmicas e estratégias de desenvolvimento e ordenamento.

Finalmente, convém salientar a importância da articulação entre vários departamentos da autarquia, desde que relevantes para responder às necessidades de informação alfanumérica e cartográfica para o processo de monitorização da Carta Educativa e consequentemente para o reordenamento da rede educativa do município.

4.1.1 PERIODICIDADE

A equipa responsável pelo processo de monitorização deverá ter a preocupação de efetuar este procedimento **no mínimo numa base anual**, regendo-se de acordo com o ano letivo. Contudo, o processo de recolha de informação circunscrito a algumas fases específicas deverá ser uma preocupação permanente e contínua da equipa.

4.1.2 SISTEMATIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Cada processo de monitorização deverá dar lugar a um processo de tratamento e sistematização da informação recolhida e à produção de um relatório síntese de diagnóstico do sistema educativo municipal, integrando os respetivos desvios relativamente ao planeado em sede de proposta de Carta Educativa.

As alterações resultantes do processo de monitorização deverão ser submetidas ao parecer do Conselho Local de Educação.

4.1.3 GESTÃO DO PROCESSO DE RECOLHA, SISTEMATIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A responsabilidade de monitorização da Carta Educativa, isto é, de recolha, sistematização e gestão da informação e resultados deverá estar centralizada no município, particularmente no departamento/divisão ou pelouro que detém a área da Educação. Neste contexto, deverá ser designado um técnico para implementar este processo, o que não invalida a participação de outros técnicos de outros departamentos que diretamente possam dar um contributo relevante para um processo mais eficaz e eficiente. O apoio da Unidade Orgânica é indispensável e deverá ser efetivo.

Por fim, o Conselho Local de Educação deverá desempenhar um papel estruturante no processo de acompanhamento e validação dos resultados. Ou seja, este deverá ter como responsabilidade o acompanhamento do processo e avaliação periódica dos resultados, com o objetivo de garantir uma rede educativa adequada às necessidades locais. A partir da análise dos resultados e conclusões apresentados no relatório síntese de diagnóstico da realidade educativa municipal e das propostas identificadas, este órgão deverá desenvolver uma reflexão de avaliação acerca do desenvolvimento da Carta Educativa, propondo, em sede deste Conselho, os ajustamentos estratégicos considerados pertinentes para o reordenamento da rede educativa.

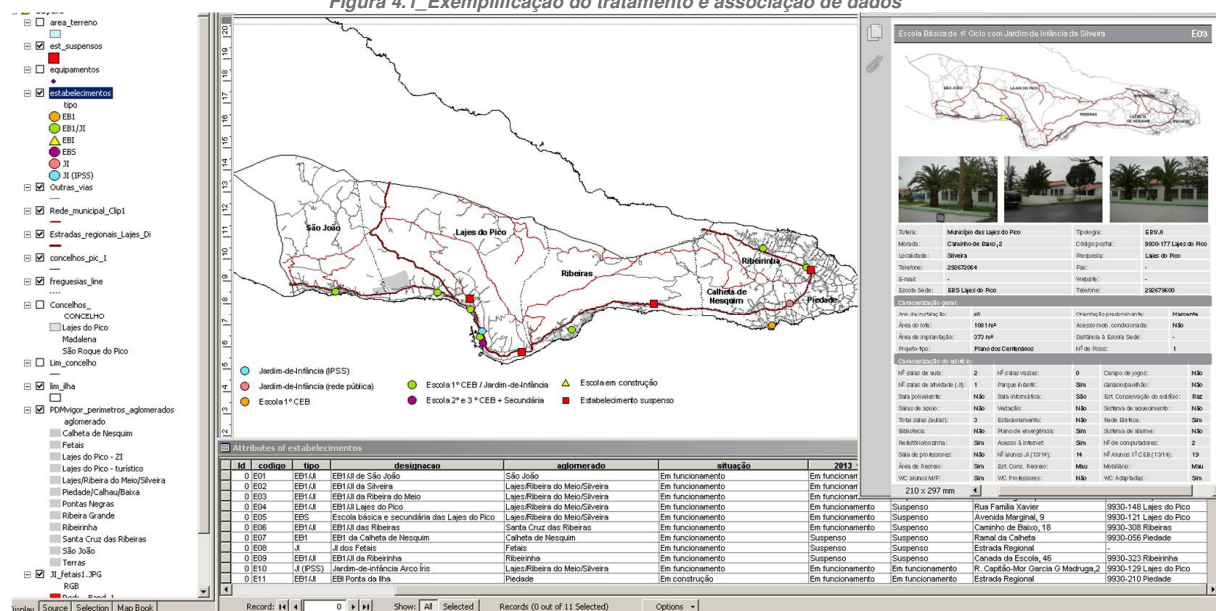
4.2. APRESENTAÇÃO DA BASE DE DADOS

A base de dados que integra a Carta Educativa do Município das Lajes do Pico tem por objetivo dotar a Câmara Municipal, particularmente a equipa que ficará afeta ao processo de monitorização, de uma ferramenta de suporte à recolha, armazenamento e análise de informação referente à rede educativa.

Tendo em consideração o número reduzido de estabelecimentos de ensino que constituem a rede educativa do município, optou-se por não construir uma base em ambiente *Microsoft Office Access*, pois apesar de esta ser uma ferramenta muito utilizada na criação de tabelas, formulários e relatórios, bem como nas consultas em SQL (*Structured Query Language*) e programação (*Visual Basic for Applications*), não constitui a alternativa mais viável no tratamento da informação em casos com um número reduzido de “registos”.

Assim, a base de dados que se apresenta em anexo configura uma base muito simples e aberta, elaborada em ambiente *Microsoft Office Excel 2007*, tendo os utilizadores total liberdade ao nível da criação ou eliminação dos campos criados. Este instrumento está também estruturado de forma a permitir a integração em ambiente SIG (Sistema de Informação Geográfica), associando a informação alfanumérica à base cartográfica municipal.

Figura 4.1_ Exemplificação do tratamento e associação de dados



A base de dados é constituída por seis tabelas, podendo a qualquer momento ser criadas novas tabelas ou novos indicadores de monitorização:

➤ **T1_RedeEducativa** – corresponde à identificação dos estabelecimentos de ensino que constituem a rede educativa do concelho, referindo-se à sua localização, contactos, tipologia, tutela, situação atual, entre outros dados gerais;

➤ **T2_Caracterização** – em que se sistematiza os dados relativos aos estabelecimentos de ensino, nomeadamente as características dos edifícios, dos espaços exteriores, a sua adequação às necessidades e as intervenções realizadas;

➤ **T3_Oferta** – relativa aos dados da oferta educativa, integra a informação referente ao número de salas e capacidade de cada estabelecimento por tipologia e grau de ensino;

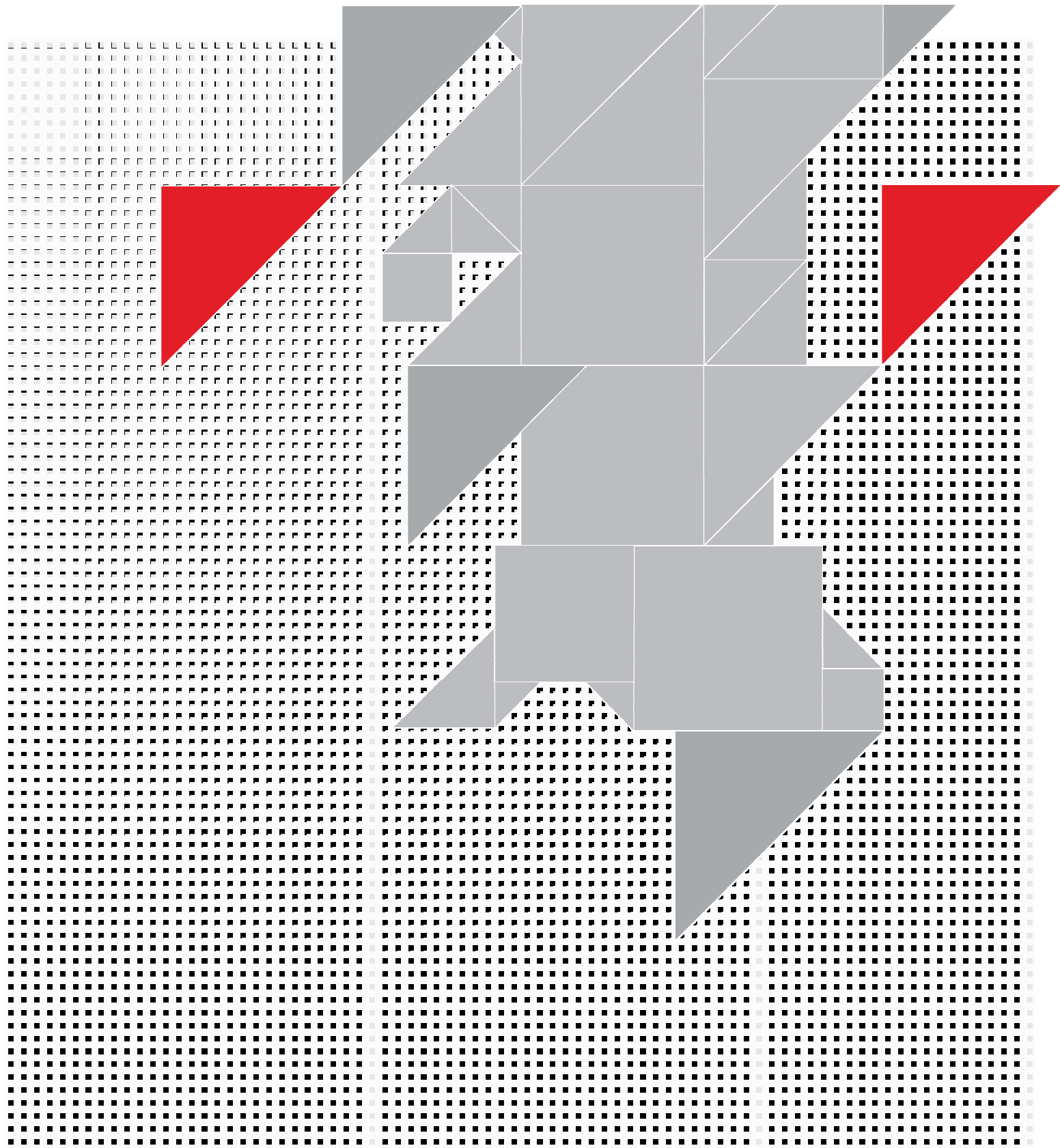
➤ **T4_Procura** – corresponde à compilação dos dados relativos a cada ano letivo (neste caso tomou-se como referência o ano 2013/2014) no que respeita ao número de alunos matriculados, por tipologia de estabelecimento e grau de ensino;

↗ **T5_RecHumanos** – apresenta a informação sobre o pessoal docente e não docente afeto a cada estabelecimento de ensino (dada a ausência de dados mais atuais, tomou-se como referência o ano 2013/2014);

↗ **T6_AçãoSocial** – identifica os mecanismos de ação social escolar disponibilizados em cada estabelecimento de ensino, designadamente o fornecimento de material e livros escolares, o apoio alimentar e o transporte escolar (dada a ausência de dados mais atuais, tomou-se como referência o ano 2013/2014).

Esta base é ainda complementada com um conjunto de fichas de caracterização dos estabelecimentos de ensino que compõem a rede educativa, tendo como referência o ano letivo 2013/2014.

ANEXOS



Matosinhos
R.Tomás Ribeiro, nº412 – 2º
4450-295 Matosinhos Portugal

Tel (+351) 229 399 150
Fax (+351) 229 399 159

Lisboa
Av. 5 de Outubro
nº77 – 6º Esq
1050-049 Lisboa Portugal

Tel (+351) 213 513 200
Fax (+351) 213 513 201

geral@quaternaire.pt

www.quarternaire.pt